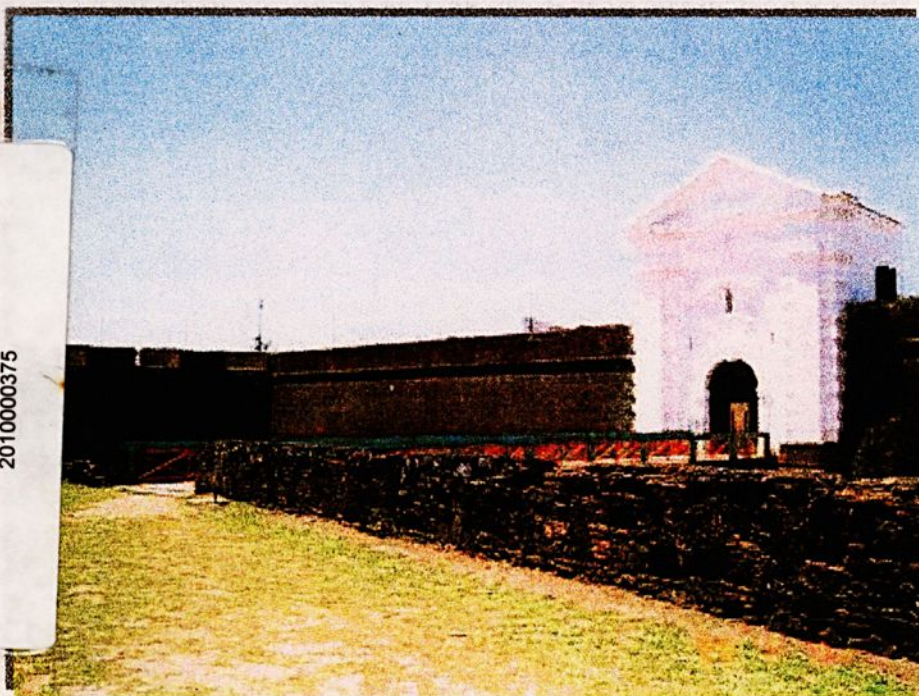


João Batista Gomes de Oliveira

**Musealização da Fortaleza de São José de Macapá-
F.S.J.M.: sede de um Complexo Museológico para o
Estado do Amapá.**



Dissertação apresentada ao Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista

como exigência do curso de pós-graduação em Artes para obtenção do

título de mestre.

Orientador

Prof. Dr. João Jurandir Espinelli

São Paulo

1999

T/UNESP
708.981
048m

Exemplar de Defesa de Dissertação de
Mestrado de João Batista G. de Oliveira
Anexo ao Proc. 633/99
Instituto de Artes - UNESP

Agradecemos ao apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo-FAPESP, para a realização desta pesquisa.



Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. João Jurandir
Espinelli pelo apoio intelectual, incentivo e amizade.



Agradecimentos

À Ana Carolina, minha filha, pela compreensão e amor.

Às minhas irmãs Claudia, Ester e Ceíça pelo incentivo constante e amor.

À Cristiane e família pela amizade e apoio.

Aos meus professores do curso de pós-graduação do Instituto de Artes da UNESP pelo apoio intelectual, incentivo e amizade.

Ao Prof. Mário Chagas pela colaboração, incentivo e amizade.

Às Profas. Cristina Bruno, Fernanda de Camargo-Moro e Maria Regina M. Furtado pela colaboração.

Aos amigos e colaboradores Hermano, Verônica, Val, Elizabhet, Dorotheia, Sílvia, Adler, Clécio, Mônica, Vanessa, Giovana, Marcos, Roseane, Rosineide, Socorro, Randholf, Silvana, Sheila, Joyce, Aquino, Adervan, Tácio, Augusta, Jean e Yacy Ara.

Ao Governo do Estado do Amapá, através da Fundação Cultural do Estado do Amapá – FUNDECAP-GEA.

À 2ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 2ª SR/IPHAN.

À Profª. Maria da Conceição Coelho de Souza pela revisão do projeto.

Ao Prof. Manoel Cabral de Castro pela avaliação do projeto.

Aos meus professores do curso de graduação em museologia da Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO pelo apoio intelectual.

Aos funcionários do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva e da Fortaleza de São José de Macapá.



“Já construimos muitos Museus para objetos, é
tempo de construí-los para homens”

Varine-Bohan



Sumário

1. Resumo.....	07
2. Introdução.....	09
3. Capítulo I - Museus, Museologia e Patrimônio Cultural	
3.1. Museus, Museologia e Museografia: algumas considerações históricas.....	18
3.2. Novos processos museais e “novos” museus: alguns aspectos teórico-metodológicos.....	26
3.2.1. Museologia e Museografia.....	26
3.2.2. Novos Museus.....	33
3.2.3. Patrimônio cultural: abordagem museológica.....	36
3.2.4. Museus Históricos: pressupostos para implantação de uma instituição museológica e musealização da Fortaleza de São José de Macapá.....	42
4. Capítulo II - Fortaleza de São José de Macapá: subsídios histórico-sociais para viabilizar um modelo de instituição museológica.	
4.1. Breve histórico da F.S.J.M.....	46
4.1.1. Alguns dados sobre o Governo de D. José I e a política de Pombal para a Amazônia brasileira.....	46
4.1.2. A região de Macapá e a Fortaleza de São José de Macapá.....	53
4.1.3. F.S.J.M.: Patrimônio Cultural Brasileiro.....	63
4.2. Algumas considerações sobre a arquitetura da F.S.J.M.....	66
4.3. Necessidades e sugestões sócio-culturais para a Fortaleza: 2º SR/IPHAN e Governo Estadual.....	91



5.	Capítulo III – Modelo de instituição museológica para a F.S.J.M.: sede de um Complexo Museológico para o Estado do Amapá.	
5.1.	Algumas considerações sobre o Complexo Museológico.....	96
5.2.	Modelo de instituição museológica para a F.S.J.M.....	106
5.2.1.	“Museu Aberto” da Fortaleza.....	106
5.2.2.	Museu Fortaleza de São José de Macapá – M.F.S.J.M.....	107
5.2.2.1.	Alguns aspectos conceituais e metodológicos.....	107
5.2.2.2.	Estrutura Organizacional.....	113
5.2.2.3.	Distribuição dos espaços arquitetônicos x serviços.....	123
5.2.2.4.	Considerações sobre o funcionamento do “Museu Fortaleza de São José de Macapá” – M.F.S.J.M.....	135
6.	Considerações finais.....	139
7.	Bibliografia.....	144
8.	Anexos.....	153



1. Resumo

Quando fomos convidados a desenvolver um projeto museológico para a Fortaleza de São José de Macapá – AP, já estávamos realizando pesquisas na área de museologia, como parte desta dissertação de mestrado. O objetivo era detectar e sistematizar as atuais tendências de conhecimentos museológicos - salvaguarda e comunicação museológica - adequáveis aos monumentos histórico-culturais. Então, passamos a redimensionar nossa proposta, ou seja, direcionar nossas investigações ao monumento citado. Assim, este trabalho tem como objetivo articular um modelo de instituição museológica aplicável à Fortaleza de São José de Macapá - F.S.J.M., com extensão para todo o Estado do Amapá .

O trabalho mostra uma base teórico-metodológica na área de museologia e patrimônio cultural, apresenta alguns aspectos históricos e arquitetônicos da Fortaleza de São José de Macapá e disserta sobre um modelo de instituição museológica adequável à F.S.J.M.. A instituição museológica projetada para a Fortaleza fomentará a criação de “Núcleos de Culturas” nas várias regiões do estado do Amapá - “Complexo Museológico” - que, entre outros aspectos, contribuirá com o desenvolvimento sócio-cultural regional, base do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental do Governo do Amapá.

Ressaltamos, entretanto, que não temos a pretensão de conceituar em profundidade a disciplina científica Museologia, nem o “fenômeno” Museu, antes, buscamos subsídios capazes de justificar e embasar um modelo de projeto museológico para a Fortaleza de São José de Macapá, instrumento articulador de uma política museológica para o Estado do Amapá. Dessa forma, responderemos à questão proposta por esta dissertação: até que ponto os estudos museológicos – processo de salvaguarda e comunicação museológica – se aplicariam a um projeto de reutilização social da F.S.J.M.



Não há modelo pré-estabelecido de instituição museológica capaz de adequar-se às diversas realidades sócio-culturais e patrimoniais. A própria metodologia utilizada pela disciplina museologia - salvaguarda e comunicação - aponta um conjunto de medidas pautadas, especialmente, em demandas sociais e culturais ímpares, únicas. Assim, cada caso ou prática museológica é um aprendizado profissional e pessoal que prima por seus aspectos multiculturais.



2. Introdução

A Fortaleza de São José de Macapá foi projetada para garantir o domínio geográfico, econômico e político Português na fronteira norte da colônia brasileira em meados do séc. XVIII. Era parte de um conjunto de fortificações implantadas, estrategicamente, ao longo do rio Amazonas e seus afluentes.

A construção da Fortaleza teve início em 1764 e suas obras, praticamente paralisadas em 1777, com a morte de D. José I e ascensão ao trono de D. Maria I – a louca. A nova monarca não tinha interesses políticos e recursos financeiros para continuar tal empreendimento. Em 1782 é inaugurada com alguns elementos arquitetônicos externos inacabados. Apresenta a forma de “um quadrado com quatro baluartes pentagonais nos vértices, o que permitia o cruzamento de fogo sobre o inimigo, detalhe este marcado pela influência da engenharia francesa do Séc. XVII, com bases defensivas de guerra de posição expressa no 8º modelo do construtor Sebastién de Le Prestre, Marquês de Vauban”(Araújo:1998:1), célebre engenheiro de Luis XIV. Suas dependências internas - praça central com oito blocos e duas casamatas com doze celas cada – possibilitava, tanto o aquartelamento de tropas, como o abrigo dos moradores da Vila de São José de Macapá, em caso de ataque inimigo.

Esse grande complexo fortificado foi construído com mão-de-obra livre (soldados e especialistas em construções), compulsória (índios) e escrava (negros). As péssimas condições de trabalho e a exploração dos índios e negros deixaram vestígios permanentes nas memórias coletivas destes povos, cujos vestígios estão materializados hoje na região através de danças, músicas, histórias míticas, etc.

Muitas são as histórias sobre a Fortaleza presentes nas memórias dos diversos grupos sociais residentes no Estado do Amapá. Tais fatos, de cunho mítico e/ou histórico, são frutos,



especialmente, dos diversos usos e funções atribuídas à F.S.J.M. ao longo de seus dois séculos de existência. Então, as informações materializadas no “documento-fortaleza” são fundamentais para a reeleitura da história da formação da sociedade amapaense. Faz parte também da história do Brasil Colonial.

Foi oficializada como Patrimônio Nacional, em 1950, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, processo no. 423/T/50. Ainda, a bandeira do Estado do Amapá apresenta, no centro, o desenho desta Fortaleza.

Algumas intervenções – reformas – foram realizadas na F.S.J.M. no passado, sem critério restaurativo, ou seja, a utilização de processos de restauração inadequados à estrutura física original do monumento. Também foram implantadas diversas atividades sócio-culturais em suas dependências, ao longo deste século. Entretanto, apesar das boas intenções, logo o monumento encontrava-se em estado de abandono e em estágio avançado de deterioração. Na década de 70, foi desenvolvido um projeto de restauração da fortaleza pelo casal Dora e Pedro de Alcântara (1979), encomendado pelo Governo do Estado que, apesar de não ter sido concluído, teve etapas preliminares marcantes: levantamento histórico e prospecções arqueológicas. Tais informações são as principais referências sobre o monumento.

Nas décadas de 80 e 90 a F.S.J.M. passa a ser objeto de estudos, visando a sua restauração e revitalização. Entretanto, somente a partir de 1997 foi desenvolvido, de fato, um grande projeto de restauração e reutilização social. Foram convidados arquitetos/restauradores, museólogo, engenheiros, historiadores e arqueólogos para discutirem tal empreendimento. A fortaleza passa a ser um grande “laboratório”, tendo em vista suas particularidades arquitetônicas e físicas, além do pioneirismo nos tratamentos restaurativos. A restauração, talvez a maior já desenvolvida no norte do Brasil, continua em andamento. Entretanto, não basta somente restaurar, é preciso atribuir novos usos sociais à F.S.J.M. capazes de atuarem



em sua conservação efetiva. A preservação e conservação de monumentos históricos dependem, necessariamente, dos novos usos e significados que a sociedade lhe atribui, pois o desuso e a utilização inadequada são caminhos férteis para a deterioração, como aconteceu com a Fortaleza no passado.

Alguns projetos de revitalização ou requalificação do monumento foram apresentados e, apesar de bem estruturados e com boas intenções, não responderam às necessidades e interesses dos dois órgãos responsáveis pela Fortaleza: Superintendência Regional - 2ª SR/IPHAN e Governo Estadual -GEA, através da sua Fundação Cultural do Estado do Amapá - FUNDECAP. Naquele momento – agosto de 1997- estávamos apresentando um "workshop" sobre exposição museológica, no Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva-Macapá-Amapá. Então, fomos convidados a idealizar um novo projeto de utilização social para a F.S.J.M. Houve um imbricamento de propostas, ou seja, já estávamos desenvolvendo uma dissertação de mestrado pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, onde realizávamos uma sistematização de conhecimentos museológicos – pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e visitas a instituições museológicas. O objetivo era detectar as contribuições museológicas nos processos de apropriação social de monumentos histórico-culturais. Resolvemos redimensionar nossos estudos e direcionar para a F.S.J.M, pois “o aproveitamento de edificações antigas é uma maneira de colocar no circuito vivo os monumentos importantes, que necessitam ser preservados”(Silveira, 1992:92).

Assim, esta proposta visa discutir até que ponto estudos museológicos – processo de salvaguarda e comunicação museológica – se aplicarão a um projeto de reutilização social da Fortaleza de São José de Macapá. O objetivo final é articular novas relações entre o monumento e a população local, ou seja, o modelo de instituição museológica projetado por este trabalho, para a F.S.J.M., articulará um conjunto de atividades e serviços capazes de



contribuírem com o desenvolvimento educativo, científico e cultural dos diversos grupos sociais amapaenses, além de ser mais uma alternativa de lazer para a cidade. Tais estratégias irão também possibilitar a efetiva preservação e conservação da Fortaleza. Parte das atividades e serviços, que estão sendo inseridos no projeto, foram sugeridos pelo GEA e 2º SR/IPHAN, além de profissionais da área e usuários da Fortaleza. Analisamos e articulamos essas propostas segundo as atuais tendências teórico-metodológicas da área museológica e afins.

Não temos conhecimento de proposta similar implantada em Fortalezas históricas nacionais. Através de pesquisa, em diversas Fortalezas do território nacional, detectamos as seguintes atividades desenvolvidas em suas dependências:

- Exposição das dependências da Fortaleza;
- Lojas, livrarias e restaurantes;
- Museus históricos com vocação “tradicional”: exaltam a memória das forças armadas e/ou a história do próprio monumento.

Decidimos buscar subsídios teórico-metodológicos, na área museológica, tendo em vista sua metodologia de salvaguarda (coleta, pesquisa, documentação, conservação) e comunicação museológica (exposição, educação, ação-cultural, lazer) aplicados ao Patrimônio Cultural, capazes de criar novos valores e significados aos bens histórico-culturais, que se esvaziaram de suas funções utilitárias originais. Hugues de Varine-Bohan aponta a necessidade de preservar o patrimônio para “contribuir na construção e para dar continuidade cultural. O patrimônio não é só um elemento do passado, mas a criação e o desenvolvimento que continuam no elemento futuro” (Varine-Bohan, 1974:12). Klaus Schreiner complementa “Mas a questão é sempre salvar rapidamente aqueles testemunhos concretos e percíveis do passado histórico, da natureza e da sociedade para o presente e para o futuro, já que estes

podem se perder devido ao desenvolvimento da natureza e da sociedade, que não pode ser parado”(Schreiner, 1990:69).

A museologia, os museus e o Patrimônio Cultural mantêm uma histórica e estreita relação. A preservação do Patrimônio Cultural da humanidade é um legado histórico que a sociedade atribui, em especial, às instituições museológicas, sendo o seu principal papel social. Profundas mudanças conceituais e metodológicas vêm ocorrendo nos interiores dos museus, nas últimas décadas, visando se adequarem às novas realidades sócio-econômico-culturais. João Evangelista Silveira comenta que o museu é um “agente dinâmico e influente na pesquisa de novas estruturas mentais para a sociedade” (Silveira, 1992:40).

Novas formas de trato e uso dos bens culturais e novas instituições são criadas visando responder esta responsabilidade social: ecomuseu, museu de sítio, museu ao ar livre, museu comunitário, museu integral, museu integrado, museu de desenvolvimento. A disciplina Museologia, inicialmente conceituada como ciência dos museus, amplia seus horizontes, influenciada pelas ciências sociais e humanas. A conceituação e as formas de preservação do Patrimônio Cultural são elementos de investigação e base para sua estruturação técnico-científica, independente das “novas” museologias ou dos novos processos museais: ecomuseologia; museologia comunitária, museologia social, nova museologia. Neste sentido, a museologia questiona os museus clássicos, que preservam somente coleções “sacralizadas” em um “templo”, e se destaca como o estudo que busca relacionar o homem com sua herança patrimonial (cultural), em um cenário (território). Segundo Anna Gregorová “museologia é a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na conservação intencional e sistemática de objetos selecionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e, principalmente, objetos tridimensionais, documentando, assim, o desenvolvimento da natureza e da sociedade e deles fazendo uso científico, cultural e educacional”(Mensch, 1994:12). Vale citar ainda, o “Documento Final do Encontro

Nacional do Conselho Internacional de Museus-ICOM”, o objeto central de estudo da museologia, hoje, é um “fenômeno de comunicação”, construído a partir da articulação das múltiplas formas de relação entre o homem e o objeto, em um cenário (1995:9).

No Brasil, esta idéia foi abordada especialmente por Waldisa Russio: “museologia estuda a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir, no espaço institucionalizado”. Por outro lado, a museografia é conceituada como a museologia aplicada, ou seja, o estudo da forma pela qual ocorre esta relação (Documento Final ICOM, 1995:9). Então, podemos apontar que há uma tendência de unicidade teórica – relação homem, objeto e espaço institucional ou cenário . Tal “fenômeno de comunicação” é articulado, metodologicamente, através dos processos de salvaguarda e comunicação museológica. Entretanto, de acordo com a vocação da instituição e sua relação com a sociedade, podemos apontar que atua sobre os novos processos museais ou os tradicionais.

Processos tradicionais: **homem** (público – espectador)

objeto (patrimônio cultural)

cenário (edifício fechado – museu)

Novos processos: **homem** (comunidade – agente)

objeto (patrimônio comunitário)

cenário - (território onde a instituição está inserida).

Cristina Bruno comenta que “a função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação, que explica e orienta as atividades específicas do museu, tais como: coleção, conservação e exibição do patrimônio cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informações ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento de interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais” (Bruno, 1995:39).

Nossa pesquisa está dividida em três capítulos.

No primeiro, sistematizaremos os principais conhecimentos teóricos e metodológicos das áreas de museologia, museografia e patrimônio cultural. Abordaremos alguns aspectos sobre o desenvolvimento dos estudos museológicos e museográficos, sua configuração nos museus e os processos de salvaguarda e comunicação museológica aplicados aos bens histórico-culturais, com fins de transformá-los em herança patrimonial. Não pretendemos nos aprofundar em demasia nas questões teóricas ou em longos históricos. São breves “cortes” históricos e teóricos, a fim de embasar os processos de musealização - salvaguarda e comunicação – desenvolvidos, atualmente, pela museologia clássica e os novos processos de musealização, no tocante aos bens histórico-culturais. Dessa forma, reuniremos subsídios conceituais e práticos desta área de conhecimento adequáveis à Fortaleza de São José de Macapá.

No segundo, apresentaremos a F.S.J.M., refletindo sobre suas peculiaridades histórico-sócio-culturais. Tais informações subsidiarão o processo de musealização, abordado no capítulo seguinte. Serão mostrados aspectos históricos e arquitetônicos, além das necessidades e sugestões sócio-culturais para as suas dependências apresentadas, em especial, pela 2ª SR/IPHAN e Governo Estadual (instituições responsáveis pelo monumento).

No capítulo terceiro, faremos uma avaliação das informações abordadas anteriormente, cujos dados subsidiarão a articulação de um modelo de “Complexo Museológico” para o Estado do Amapá. O Complexo será formado por uma sede e diversos “Núcleos Culturais” nos Municípios. A sede funcionará nas dependências da F.S.J.M.. O modelo de instituição museológica projetado para a Fortaleza (sede) será apresentado em detalhe nesse capítulo. Tal instituição deverá catalisar, estudar e comunicar aspectos diversos das culturas dos vários segmentos sociais amapaenses. Será uma estrutura central que dará apoio técnico-científico nas áreas de história, museologia, artes, arqueologia, etnologia e antropologia aos diversos

municípios do Amapá. O objetivo é articular um Complexo Museológico sólido, capaz de trabalhar as referências culturais das diversas regiões e, em especial, a requalificação da F.S.J.M.. Será também mais um instrumento de fomento da Política de Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental implantada pelo Governo Estadual .

Concluindo, abordaremos a importância do envolvimento da população local nas discussões sobre suas referências histórico-culturais e a necessidade de uso constante do bem cultural pela mesma, comum, hoje, na ação museológica. A participação da população na implantação e gestão de projetos culturais é fundamental para sua manutenção e eficiência, evitando seu esvaziamento em meio às sucessivas mudanças políticas.

Então, procuraremos estruturar uma instituição museológica que possibilite às pessoas apresentarem idéias de tratamento e utilização, não só da Fortaleza, mas de toda suas referências culturais. Também apontaremos a necessidade de gestões administrativas democráticas e éticas. Frisamos ainda que os museus são instituições dinâmicas, sendo assim, articularemos os espaços/serviços na F.S.J.M. de forma que possam receber alterações no futuro, pois Silveira comenta, baseado em Douglas A. Allan: “Os museus são como organismos, tendem a se desenvolver e se adaptar às necessidades em plena evolução ou morrer de morte natural, no abandono”(Silveira, 1992:21).

Não temos a pretensão nem é o nosso objetivo esgotar o assunto, nem abordar todos os aspectos da museologia e da museografia, antes, utilizaremos algumas referências teóricas e práticas para melhor embasar nosso trabalho.

Finalizando, a idéia de Germain Bazin “neste mundo em marcha para uma unidade, a museologia é uma das instituições humanas mais adequadas para responder a este apelo rumo

ao universal; ela é uma ciência, uma filosofia, uma ética e uma política, ela possui sua ONU (ICOM), suas comissões técnicas, e centros de pesquisa, sua legislação”(Silveira, 1992:32).



3. Capítulo I. Museus, Museologia e Patrimônio Cultural.

3.1. Museus, museologia e museografia: algumas considerações históricas

Os museus europeus entraram em nosso século envoltos em profundas mudanças. As novas perspectivas sociais, econômicas políticas e culturais que se estabeleceram, exigiram novas práticas museológicas. Suas funções tradicionais eram de salvaguardar e expor, para deleite visual de uns poucos “esclarecidos”, coleções históricas, científicas e artísticas (referências culturais das classes dominantes). Apresentavam-se como instituições tradicionais, elitistas e autoritárias. Suas grandes coleções foram reunidas através de doações, expedições científicas e militares, compras e ‘desapropriação’. Guarnieri aponta este momento como “caracterizado pela urbanização (ou, pelo menos, pelo crescimento das cidades), industrialização e modernização, o que vai levar, na área dos museus, à especialização e à profissionalização (se não como prática habitual e reconhecida, ao menos como uma necessidade de que se vai tomar consciência). O fazer museal, pela própria diversificação dos acervos e emergência de novos públicos, abandona a mera descrição, passando pela prática e absorção de técnicas que, entretanto, ainda estarão demasiadamente centradas no conhecimento físico-externo dos objetos; mas, aos poucos, evolui para uma museologia que é conhecimento suscetível de ser transmitido (disciplina acadêmica, conhecimento formalizado)” (Guarnieri, 1989:9).

Os discursos expositivos eram influenciados pelas idéias evolucionistas e positivistas. Lopes comenta: “Organizados sob forte influência darwinista, os museus viviam esta época marcada por apresentações exaustivas do conhecimento, de “exposições enciclopédicas” Os museus tornavam-se, paulatinamente, instituições de pesquisas científicas e, como tais, incorporando a visão positivista dominante, adquirindo um caráter de verdadeiros templos de saber, refletindo, inclusive, em suas construções monumentais”(Lopes,1988:20-21). Muitas instituições mantinham uma abordagem empírica ou intuitiva (vontade e gostos individuais)



no tratamento e uso de bens culturais, assim como nas políticas culturais. Entretanto, segundo Silveira, ainda no final do século XIX, “a partir de 1870, aparece nos países nórdicos uma tendência aos museus de etnografia, de folclore, artes populares e ao ar livre”(Silveira, 1992:29). Ainda neste aspecto, vale apontar o projeto de reformulação do Museu do Homem de Paris-França, liderado por Paul Rivet, na década de 30. Contando com uma equipe interdisciplinar, onde na área museológica destacou-se o trabalho de Georges Henri Rivière, que antecipa os pressupostos básicos do movimento de renovação da museologia, na déc. de 70, denominado, por alguns especialistas, como “Nova Museologia”. Assim, “constituíram no âmbito do museu diversas associações científicas ligadas à África, América e Ásia com o objetivo de reunir os interessados pelos estudos e destinos dos povos destes continentes e mais ainda, inovaram nas estratégias museográficas” (Bruno, 1996:73). Bruno complementa que este museu passou a ser uma espécie de “tribuna” e uma “vitrine” destes povos.

Naquele período, a museologia era concebida como um estudo das funções e organização dos museus (ciência dos museus) e a museografia como disciplina que detinha conhecimentos dos métodos de reprodução das estruturas dos grandes museus. Gustavo Barroso , em 1946, afirmou: “Entende-se por museografia a descrição de um Museu ou dos Museus. Museógrafo é aquele que descreve Museus. Tratado de museografia é uma obra que descreve Museus. Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar os objetos” (Barroso,1946:6). Museologia e museografia tinham, praticamente, as mesmas atribuições.

As duas grandes guerras mundiais estabeleceram uma nova estrutura político-econômico-cultural no mundo: bloco capitalista (liderado pelos E.U.A.) e comunista (liderados pela U.R.S.S.). “Atingidos pelas guerras mundiais e não mais se adaptando ao ritmo vertiginoso das transformações sócio-econômicas e à disseminação dos meios de comunicação de massa,



os museus europeus do início do século permaneceram sem grandes incentivos para sua recuperação até praticamente meados do séc. XX. Os museus americanos, ao contrário, acompanhando a hegemonia econômica mundial dos E.U.A. avançaram solidamente ajudados pelas grandes doações de financistas e industriais” (Lopes, 1988:22). Vale ressaltar que os museus dos Estados Unidos já foram concebidos como instituições públicas, após sua independência, e administrados de forma mista: iniciativa privada e poder público.

Assim, as instituições museológicas vão adotando medidas que modificarão definitivamente sua estrutura. Tais mecanismos visavam sua adaptação à nova realidade mundial. Bruno ressaltava tais medidas:

- “1) estabelecer critérios de guarda e controle para o volume, às vezes inacreditável, de objetos que cresceu de forma irreversível;
- 2) encontrar a maneira adequada para o diálogo com as distintas camadas da sociedade que, por sua vez, vêm impondo demandas diferentes às instituições;
- 3) delimitar o seu papel de organismo preservacionista, científico e educativo, capaz de exercer uma específica função social.” (Bruno, 1995).

Questões como: política de aquisição de objetos, extroversão de conhecimentos com bases científicas e de forma pedagógica, atendimento às necessidades do público, são a tônica deste momento. Então, os museus passaram a funcionar como agentes educativos, “como fator de integração e formação cultural”(Silveira, 1992:109). No Brasil, por exemplo, em 1932, foi criado o curso de museus no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Gustavo Barroso, seu idealizador e grande mentor, apontou que o curso é uma “fonte de ensinamento e cultura, de devoção à pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos” (Barroso, 1946:3). Por seu lado, a museografia muito se desenvolveu nesse período: as exposições e as demais práticas museológicas são melhor articuladas. A influência do crescente avanço tecnológico e científico (imbricamento de diversas áreas de conhecimento) e a estrutura técnica dos cursos de formação na área, como podemos notar nas palavras de



Gustavo Barroso, foram os principais responsáveis por tal processo. A partir da déc. de 50, influenciados pelos ingleses e norte-americanos (Silveira, 1992:51), os museus passaram a intensificar a utilização de modelos educacionais em seu processo de extroversão de conhecimentos científicos. A pesquisa científica passou a ser um elemento fundamental para projetos culturais dessas instituições - produção de conhecimentos para transmissão através de projetos pedagógicos. Stránsky afirmou que “enquanto no século XIX e mesmo na primeira metade do século XX a abordagem intuitiva ou empírica era suficiente em muitas das esferas da atividade humana, a segunda metade do presente século apresenta mudanças profundas e revolucionárias. Os fatores da revolução científico-tecnológica penetram a totalidade das realidades naturais e sociais, atingindo profundamente suas estruturas” (Stránsky, 1990:82).

Esses conceitos são disseminados nas instituições brasileiras, especialmente a partir do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, em 1958, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Tal evento marca um aspecto importante na relação Museu-Sociedade: a questão educacional passa a ser a principal aliada dos museus brasileiros em seu processo de inserção social.

A partir destas idéias, os museus brasileiros passam também a identificar-se como agências educacionais. Entretanto, extrapolam esta função e tornam-se um complemento da Escola. Este processo de “escolarização” minimizou os espaços de atuação dos museus, ao invés de contribuírem com o processo educacional, especialmente com o uso de outras linguagens, assumem os mesmos métodos da pedagogia escolar. Assim, a instituição museológica deixa de valorizar-se como um espaço aberto, dinâmico, que extrapola o universo escolar. Como comenta Lopes (1988), o museu, salvo raras exceções, limitou-se a seguir os moldes da escola. Graciela Schmilchk também aponta para a necessidade da “...exposição com



elementos táteis, olfativos e auditivos, diferentes de uma educação formal, escolar”.
(Schmilchk, 1991:33)

Naquele momento, a disciplina museologia era concebida como um estudo da organização estrutural dos museus e suas atividades: preservação do patrimônio cultural - artístico, histórico e científico - e a exteriorização destes “produtos culturais” em forma de exposições educativas. A museografia era compreendida como conjunto de técnicas relacionadas à museologia: museologia aplicada. Vale apontar que, assim como o conceito de museologia, o conceito de “museu” é palco de definições em transição. Este é um aspecto que justifica a posição dos especialistas que defendem o “fenômeno museu” como o objeto central de estudo da museologia nos dias de hoje. Tal instituição, neste momento, é concebida como “um estabelecimento permanente, administrado para satisfazer o interesse geral de conservar, estudar, evidenciar através de diversos meios e, essencialmente, expor, para o deleite e educação do público, um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de interesse artístico, histórico, científico e técnico, jardins botânicos, zoológico e aquários, etc.”(Araújo e Bruno, 1995).

A partir do Seminário da UNESCO, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, seguindo a tendência internacional, o conceito de museu amplia-se e passa a englobar todas as instituições que preservam, estudam e expõem objetos e/ou seres vivos. Entretanto, ainda se mantinha como uma instituição detentora dos “conhecimentos eruditos” expondo para educar e entreter a população. Nesse evento, foram delimitadas também ações museológicas voltadas para o meio ambiente e os monumentos históricos: “Outras formas de apresentação ecológica são os lugares de interesse cultural e os monumentos históricos, utilizados ou não. Neste último caso, mesmo que se tenha conservado ou não seu mobiliário. Será aqui muito útil um museu do lugar ou do monumento, instalado, segundo o caso, em edifícios especiais ou sala, ou em uma dependência do monumento”(Araújo e Bruno, 1995:15). Foi acentuado o



papel da exposição no processo educacional: exposição ecológica, polivalente, especializada e com ambiente sonorizado. As funções básicas dos museus foram reafirmadas: conservação dos bens culturais e pesquisas científicas. Nesse contexto, tornou-se imprescindível a participação de uma equipe multidisciplinar no âmbito dos museus: museólogos, historiadores, artistas plásticos, arqueólogos, antropólogos, arquitetos, administradores, sociólogos, etc.

O conceito de museologia enquanto finalidade e organização dos museus, também compreendida como “ciência dos museus”, teve papel importante na formação de vários profissionais da área. Nesta linha, Peter van Mesch destaca: “Em 1972, o ICOM elaborou uma definição mais detalhada, na qual conceituava a museologia como o estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus” (Mensch, 1994:4). Este conceito de museologia permeou durante muitos anos e foi base de estruturação das escolas de formação profissional em museologia. Vale apontar que a Escola de museologia do Rio de Janeiro seguiu esta linha até o final da déc. de 80. Mário Gonçalves Viana, especialista português, na déc. de 50, definiu bem esta concepção: “A museologia propende a transformar decisivamente os museus em instrumentos de cultura por excelência, em atividades vivas capazes de valorizarem uma obra pedagógica no seio das Universidades, de colaboradores com a Escola e de atingirem todas as camadas sociais”(Viana, 1953:19).

Esta ligação museu-museologia também é citada por Giraudy e Bouilhet: museologia é “ciência aplicada, a ciência do museu que estuda a sua história, seu papel na sociedade, os sistemas específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, a arquitetura e os sítios, a tipologia.”(1990:11).



Entretanto, os movimentos sócio-culturais das décadas de 60 e 70 vão revolucionar o universo museológico. Sobre esse momento Menezes aponta: “No auge da ebulição provocada pelo chamado “Maio de 68”, - revolução cultural que da França estendeu-se por boa parte do mundo - era comum na Europa e nos Estados Unidos prever-se a morte dos museus, acusados de templos que armazenavam e sacralizavam os valores burgueses. Deveriam por isso ser substituídos pelo fórum, a praça pública que servia à discussão, ao confronto, à criação do novo. Em Paris, a palavra de ordem “é preciso queimar o Louvre” quase chegou às vias de fato.”(1990:3). A partir de tais críticas e seguindo tendência já articulada conceitualmente por Georges Henri Rivière, estabelecem-se dois processos de musealização, ou seja, duas metodologias de trabalho:

a)“Museologia clássica ou tradicional” - museus tradicionais (grandes museus metropolitanos).

Função principal: divulgar conhecimentos históricos, científicos e artísticos advindos das suas coleções .

b) “Nova museologia” ou novos processos museais - novos museus (pequenos e médios museus regionais). Função principal: instrumentos de conscientização e desenvolvimento das camadas menos favorecidas, centrados, especialmente, nas periferias das grandes cidades e nos meios rurais.

São características dos novos processos museais: o desenvolvimento comunitário e a preservação do meio ambiente(desenvolvimento sustentável), bem como o aspecto político-ideológico na ação museológica. Assim, a ação museal “se desenvolve fora dos grandes orçamentos estatais ou das ricas fundações privadas. E fora também de uma equipe técnica onipresente, privilegiando o fator humano, relegando o objeto à condição de utensílio da ação museal e não como o fim desta mesma ação”(I Encontro Inter. Museus, 1992:108).

A instituição museológica amplia seu campo de atuação, configurando-se como um mecanismo social dinâmico, mutável. Scheiner comenta: “ como fenômeno social, em



permanente e contínua mutação, independente de um local e tempo específicos, mas que pode acontecer nas ruas, nas praças, nos campos, nas casas, onde quer que um território, objeto ou traço cultural possa ser, de alguma forma, utilizado para ampliar a consciência do homem sobre si mesmo e sobre a realidade” (I Encontro Inter. Museus, 1992:56).

Nestes processos de profissionalização e humanização, os museus trazem para seus departamentos profissionais de diversas áreas, em especial das ciências sociais e humanas história, etnologia, antropologia, arqueologia, sociologia, etc. Ficou patente que nenhuma área específica de conhecimento poderia responder ao vasto campo de atuação dos museus, ou seja, a multidisciplinariedade é a base da ação museológica.

Finalmente, os museus debruçam-se sobre novas investigações: “a educação científica das massas, o desenvolvimento da cultura e sua democratização, a ecologia do homem e da natureza presidem a fundação de um número cada vez maior de museus organizados cientificamente em prédios diversificados, que começava a preparar serviços anexos que facilitam o acesso do grande público...”(Giraudy e Bauilhet, 1990:31).



3. 2. Novos Processos Museais e “Novos” Museus : Alguns aspectos teórico-metodológicos

3.2.1. Museologia e museografia

Muitos dos conhecimentos das áreas ligadas às ciências sociais e humanas serão incorporados pela museologia e museografia, que buscavam, e ainda buscam, sua estruturação teórico-metodológica. Entretanto, o desenvolvimento do pensamento museológico encontra diversas dificuldades: a teoria museológica não é estruturada a partir de “Escolas de Pensamentos”; as contribuições são efetuadas através de especialistas isolados em diversas partes do mundo; o campo de atuação é multidisciplinar; a bibliografia especializada é produzida em diversos idiomas; as diferentes atuações sócio-culturais das instituições museológicas (Mensch, 1994).

Partes das idéias e experiências museológicas são apresentadas e sistematizadas em congressos e encontros internacionais promovidos, especialmente, pelo Conselho Internacional de Museus-ICOM, fundado em 1946, como uma organização afiliada da UNESCO. Este órgão possui diversos comitês que estudam a evolução e o papel social dos museus e da disciplina museologia. Vale apontar o Comitê Internacional de museologia-ICOFOM - responsável pela sistematização e desenvolvimento teórico-metodológico da disciplina museologia. Na direção deste órgão, em 1994, Peter Van Mesch sistematizou, de forma genérica, as principais orientações sobre o desenvolvimento do pensamento museológico no âmbito do ICOFOM:

1. a museologia como estudo da finalidade e organização dos museus;
2. a museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural:

- a) dentro do contexto da instituição;
- a) independente de qualquer instituição.
- 3. a museologia como estudo:
 - a) dos objetos museológicos;
 - b) da musealidade como uma qualidade distintiva dos objetos de museus.
- 4. a museologia como o estudo de uma relação específica entre homem e realidade. Tal realidade, é composta de objetos (tangíveis e intangíveis) e cenário (território).

Nesta análise, observa-se que o objeto de estudo da museologia vem se deslocando. Ainda hoje, encontramos 3 linhas de pensamento: a museologia como estudo da finalidade e organização dos museus; a museologia como estudo dos objetos museológicos; a museologia como estudo da relação específica entre o homem e a realidade (fenômeno de comunicação). Entretanto, em entrevistas com alguns especialistas da área, em “Documentos” de encontros internacionais e nacionais de museologia e pesquisas em bibliografias especializadas, constatamos que há uma tendência de unicidade teórica da disciplina científica museologia, “num campo mais abstrato”. Seu objeto central de estudo é um “fenômeno de comunicação”, construído a partir da articulação das múltiplas formas de relação entre o homem e o objeto, em um cenário (Documento Final – Encontro Nacional ICOM, 1995). Para tanto, utiliza uma metodologia específica: salvaguarda – coleta, identificação, estudo, documentação e armazenamento – e comunicação museológica – exposições, ações educativo-culturais, atividades de lazer. A abordagem dos elementos desta relação (homem, objeto, cenário) é que delimita a vocação do projeto: tradicional ou novos processos museais.

Processo tradicional:

- Homem** (público/espectador)
- Objeto** (patrimônio Cultural)
- Cenário** (Edifício)

Novos Processos:

Homem (comunidade/agente)

Objeto (patrimônio comunitário/ global)

Cenário (território onde a instituição está inserida)

Trabalhamos com esses pressupostos teórico-metodológicos nessa dissertação. Entretanto, pela museologia atuar em universos sociais, científicos, geográficos, econômicos, enfim, culturais díspares, alguns especialistas não concebem uma “tendência de conhecimento” única para a área. Contudo, a trilogia homem/objeto/cenário, articulada através da metodologia de salvaguarda e comunicação museológica, tendo a interdisciplinariedade como instrumental básico para efetivação da ação museológica, ganha espaço neste grande universo multidisciplinar. A museografia, por seu lado, se efetiva como um instrumental técnico.

Vale acompanhar as etapas apontadas por Mensch (1994) para chegar ao conceito citado. Após ciência dos museus, a museologia estrutura-se em duas direções:

a) “o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural”, dentro ou fora da instituição museológica.

Destacaram-se, neste pensamento, pesquisadores de diversas nacionalidades: A. M. Razgon, J. Benes e J. Neustupny, K. Scheiner, V. Schimpff e P. Van Mensch (1994).

b) o estudo dos objetos museológicos - estrutura física e informações (musealidade).

Nessa linha, em 1965, Z. Bruna afirmou: “o problema relativo ao material, aos objetos móveis, autênticas peças da realidade objetiva, os quais - tendo perdido suas funções originais e agora obsoletas – têm adquirido, estão adquirindo ou vão adquirir novas funções como evidência de sua trajetória” (Mensch, 1994:8). Ainda nessa direção, temos o conceito de museologia como o estudo da musealidade: “um valor documental específico de objetos perecíveis e concretos da natureza e da sociedade, o valor da evidência autêntica da realidade” (Schreiner, 1990:68). Ainda, segundo Stransky, “a missão da museologia é interpretar cientificamente essa atitude do homem em relação à realidade (i. e. a atitude específica que encontra sua expressão na tendência de adquirir e preservar autênticas



representações de valores) e fazer-nos entender a musealidade em seu contexto histórico e social”(Mensch, 1994:11). Nessas idéias, dois aspectos vão balizar os estudos museológicos: a interpretação científica da relação do homem com a realidade e a abordagem dos objetos museológicos como fonte de informações, dependente de outros meios informativos (contexto histórico e social) para a reeleitura de fatos do passado.

Esses “movimentos” aconteciam, às vezes, paralelamente, sendo objeto de longos debates em Encontros Internacionais. Então, é notória a inter-relação entre estes conceitos, assim como suas contribuições à atual definição de museologia, em especial no âmbito do ICOFOM.

Finalmente, em especial a partir da década de 80, o conceito mais utilizado é da museologia enquanto “estudo da relação específica entre o homem e a realidade”. Tal conceito aplica-se nos museus clássicos e nos novos museus: ecomuseus, museus comunitários, etc. Sobre esse percurso, Bruno comenta: “Revisando estas idéias, constatou-se que a preocupação desta disciplina está voltada para dois grandes fenômenos, conforme já foi apontado. Por um lado, a necessidade de compreender o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio e, por outro lado, desenvolver mecanismos para que, a partir desta relação, o patrimônio seja transformado em herança e esta, por sua vez, contribua para a necessária construção das identidades (individuais e coletivas)”(Bruno, 1995:148).

Assim, a museologia é uma disciplina independente que, entretanto, está intimamente ligada aos museus. Bruno afirma: “a museologia pode consolidar os museus já existentes e propiciar a criação de novos museus” (Bruno, 1995:148). Entretanto, a museologia engloba um universo mais abrangente: tratamento e uso da herança patrimonial da humanidade. Mensch complementa, apontando a idéia de Judith Spielbauer: “se a museologia é o estudo e a compreensão do processo de preservação ativa e integrada ao invés do estudo da instituição museus em si, novas possibilidades surgem. Em tal conceito de museologia, o termo”ativo”

expressa a interação dinâmica e contínua entre o indivíduo/público/comunidade e a evidência/informação/compreensão disponível dentro de um espaço museológico” (Conferência de Hyderabad do ICOFOM-1988) (Mensch, 1994). Então, a museologia extrapola o universo do museu: limite histórico, territorial, social, político e cultural. Articula-se também fora de seus “muros”. Entretanto, para a efetivação das atividades museológicas é necessária a infra-estrutura de uma instituição museológica.

Portanto, o processo de salvaguarda - coleta, pesquisa, conservação- e comunicação - exposição, educação, ação cultural - das referências culturais e naturais, visando o desenvolvimento da sociedade, são os principais desafios da museologia – metodologia de trabalho. Tal processo de comunicação, no entanto, não é tão lógico como parece ou deveria ser, há questões político-ideológicas incorporadas, independente do modelo de musealização. Bruno comenta: “Neste momento, transparece não só a cumplicidade da museologia com as áreas de conhecimento ligadas ao estudo dos bens patrimoniais, mas, sobretudo, a sua inerente submissão a questões ideológicas”(1995). Assim, o ato de preservar e comunicar é também político-ideológico: interesses coletivos e/ou individuais. Mário Moutinho afirma “O trabalho que fazemos com a comunidade, o trabalho que as comunidades fazem sobre elas mesmas, é um trabalho político, sentido como delinquência e subversivo pelas autoridades, e que portanto há um conflito permanente, aberto, frio ou acalorado, entre o trabalho comunitário e as autoridades políticas... os museus são um palco de ação política”(I Encontro Inter. de Ecomuseus, 1992:326).

A Profª. Dra. Cristina Bruno (entrevista -MAE/USP -18/08/97) aponta que nos modelos tradicionais de museus este aspecto é mais acentuado: poucas pessoas participam do processo. Nas novas formas de musealização (novos museus) participam um número maior de pessoas (comunidades), limitando a subjetividade do sujeito.



A **Museografia** é articulada enquanto disciplina aplicada - técnica.

“A museologia aplicada (museografia) coloca em prática os princípios científicos com a ajuda de grande número de disciplinas auxiliares”(Mensch:1990:58). Nossas escolas de formação profissional - graduação - dão ênfase a esta área. Também o desenvolvimento tecnológico contribuiu para a sua profissionalização. Assim, a museografia apresenta um grau de especialização acentuado. Entretanto, não há um “modelo museográfico”, cada instituição articula-se, tecnicamente, de acordo com sua realidade. Esta frase da Mesa - Redonda de Santiago do Chile, em 1972, exemplifica tal aspecto: “Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem fins lucrativos, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos” (Araújo e Bruno, 1995:21).

Finalizando, vale ainda apontar algumas afirmações que configuram o campo de atuação da museografia: “As técnicas museográficas são utilizadas com sutileza para que a mensagem dos objetos seja eloquente, entre os homens que os fabricam, e os que aprenderão a vê-los, compreendê-los e amá-los” (Giraudy e Boulhiet, 1990:37) Schmilchk Graciela completa: “Como efetivar esta proposta em uma montagem museográfica? ... No plano informativo, seria aconselhável que cada museu reservasse um espaço museográfico adequado para apresentar, em forma gráfica e audiovisual, o panorama histórico do período que compreende”(Schmilchk, 1991:34).

Entretanto, há outras concepções sobre museografia, inclusive o questionamento de ser uma atividade distinta da museologia. Tomislav Sola aponta: “É verdade que tal permanência no objeto trouxe para o campo da museologia um grande número de conhecimentos práticos sobre o funcionamento do trabalho museal e, sob a pressão de uma possível mistura de



informações, introduziu-se uma distinção entre museologia e museografia - a última tomando a função da aplicação prática da teoria, a técnica e tecnologia do procedimento museal. Segundo tal divisão (passível de discussão) há opiniões sobre o fato de que ambas as seções contêm conteúdos insuficientes. Um possível argumento a favor de tal afirmativa pode ser um número significativo de instâncias mundiais onde os nomes de vários estudos e instituições confundem museologia e museografia, de forma que não há nenhuma certeza de que estamos lidando com duas atividades distintas, mesmo quando usamos nomes diferentes”(Sola, 1990:75). Silveira, por exemplo, afirma, baseado em Franco Minissi, que a museografia é “uma disciplina complexa, estreitamente ligada à arquitetura e à restauração preventiva dos monumentos, dentre outros aspectos” (Silveira, 1992:39).



3.2.2. Novos Museus

As transformações mundiais obrigam, necessariamente, os museus a redefinirem suas estruturas e seu papel social. Neste sentido, foram concebidos os “novos museus” e as “novas museologias”. Tais idéias foram “institucionalizadas” nos Congressos de Grenoble-França, 1971, na “Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, que introduziu o conceito de museu integral, abrindo novas trilhas para as práticas museais; a Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os princípios básicos da nova museologia e a Declaração de Caracas de 1992, que poderia ser interpretada como uma avaliação crítica de todo este percurso ao reafirmar o museu enquanto canal de comunicação”(Araújo e Bruno, 1995:6). Vale ressaltar também, que em 1985, em Portugal, esses conceitos são intitulados de Movimento Internacional por uma Nova Museologia-MINOM. Posteriormente, o “Movimento” foi aceito pelo ICOM, como uma de suas organizações afiliadas.

Portanto, novas formas de musealização “ativa” são estruturadas: ecomuseu (ecomuseologia), museu comunitário, museu de desenvolvimento (museologia social, nova museologia). O ecomuseu é um conceito de museu e foi a expressão mais utilizada por esse “movimento” num primeiro momento. Sobre essa “nova museologia” Mário Moutinho afirma: “Por oposição a uma museologia de coleções, tomava forma uma museologia de preocupações sociais”(Araújo e Bruno, 1995:26). Então, as questões ecológicas e sociais serão os desafios destes novos museus, que, entre outros aspectos, irão contribuir com os princípios conceituais e práticos de programas de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental: “...a participação das populações como agentes e utilizadores das programações ecomuseológicas com vistas ao desenvolvimento social do meio que lhes dá vida”(Araújo e Bruno, 1995:27-28). Esta forma de musealização teve como objetivo inicial apoiar as comunidades em dificuldades, como instrumento de solidariedade. Em relação aos bens culturais: “A

utilização de testemunhos materiais e imateriais deveria ter por objetivo dar conta, explicar e desenvolver experimentação, antes (...) de serem transformados em objetos passíveis de constituir coleções” (Araújo e Bruno, 1995:27).

A atuação do ecomuseu abrange as questões sociais, políticas, econômicas e culturais das comunidades “...promotor de postos de trabalho pela revitalização artesanal, agrícola e industrial” (Araújo e Bruno, 1995:27). Novos tipos de patrimônio são incorporados a este universo museológico: indústrias, máquinas, etc. A interdisciplinaridade é reafirmada: “contrariando os saberes isolados e redutores, abrindo novos territórios à reflexão científica, empírica ou mesmo pragmática” (Araújo e Bruno, 1995:27). Dentro desta perspectiva, várias experiências foram realizadas: Museus Nacionais de Niger, Mali, República de Camarões e Panamá, Museus de Vizinhanças - EUA, Casa del Museo -México, Museus de Arqueologia industrial-Reino Unido. Esta nova forma de “museologia ativa” deixa os grandes museus e suas coleções e passam a se debruçar sobre os problemas das pequenas e médias comunidades e a preservação de seu patrimônio global: referências culturais, ecossistemas, memória dos “dominados”, etc. Neste conceito de musealização importa o desenvolvimento do homem: para este fim é que os bens culturais devem servir. Os museus são instrumentos para desencadear mudanças sociais.

Assim, “Após ter sido coleção de prestígio pessoal ou político, instrumento de educação e cultura, local de conservação do patrimônio nacional ou regional, o museu torna-se hoje o lugar de expressão da sociedade e, colocando-se finalmente ao seu serviço, passa a expressá-la”(Giraudy e Bauilhet, 1990:33).

Atualmente, o museu é concebido como um instrumento de desenvolvimento social, independente do processo museal adotado: “museologia tradicional” ou “nova museologia”.



Finalizando, um resumo nas palavras de Bruno: “Considerando que os fenômenos museais tradicionais correspondem aos museus estruturados institucionalmente, que atuam a partir de coleções constituídas e exercem sua função social por intermédio da produção científica e de suas formas de intervenção comunicacional e educacional. Já os novos processos que procuram interagir extra-muros voltam-se para as perspectivas do trabalho comunitário”(1995:158).



3.2.3. Patrimônio Cultural: abordagem museológica

A museologia possibilita, no âmbito dos museus, várias experiências, a partir do patrimônio cultural. Menezes comenta que “certamente as formas de fruição desses objetos são variadíssimas: o sonho, o devaneio, a contemplação estética, a expansão da afetividade, o exercício lúdico...(Menezes, 1990:4). René Rivard aponta o mesmo caminho: “triângulo de criatividade” - valorização do patrimônio em três enfoques: didático (educação), estético (museu de arte) e lúdico (museu científico, experimental). Então, no cenário museal, o objeto passa do nível vivencial (utilitário) aos níveis sensorial, intuitivo e intelectual. Graciela relata sua experiência em exposições interativas de artes: “Na realidade esta proposta tem dois eixos: um, que o público possa envolver-se sensorialmente e emocionalmente através de uma experiência vivencial. Outro, proporcionar bases para que a obra possa ser abordada como objeto cultural, tanto material como espiritual, com um pé no mundo artístico e outro no mundo econômico, tecnológico, etc.”(Schmilchk, 1991).

As instituições museológicas utilizam instrumentos de comunicação de massa em seu processo de extroversão de conhecimentos, entretanto, tais mecanismos não visam à manipulação e à massificação cultural da sociedade, antes contribuem para seu desenvolvimento sócio-cultural. Assim, “A atividade essencial do museu, após a aquisição e constituição de seu acervo, sua linguagem própria e a finalidade de sua ação é a exposição dos objetos pelos quais é permanentemente responsável ou dos que toma emprestado para figurar em eventuais exposições temporárias, com o objetivo de criar um contato direto entre o acervo e os visitantes, quer se trate de uma pintura abstrata, um fóssil, um inseto ou um motor de explosão” (Giraudy e Boulhiet, 1990:3). Menezes acrescenta: “...o museu é sempre um espaço que estabelece uma intermediação institucionalizada entre o indivíduo e objetos materiais”(1990:3).



Então, a função principal do processo de musealização é decodificar as informações do objeto e de seu contexto para, em seguida, comunicá-las ao público. O objeto é um testemunho material de tais informações, um documento. Menezes afirma: “No museu os objetos se transformam, todos, em documentos, isto é, objetos que assumem como papel principal o de fornecer informação, ainda que, para isso, tenham que perder a serventia para a qual foram concebidos ou que definiu sua trajetória...Naturalmente, esse esvaziamento do valor de uso, em benefício do valor documental, não é o mesmo para todo tipo de objeto. Ele é reduzido nos museus de arte...Num museu de tecnologia, o esvaziamento pode ser radical, pois, normalmente, aí se opera somente com a sucata tecnológica. Num museu histórico, nenhum objeto é utilizado segundo seus objetivos práticos originais”(Menezes, 1990:4).

Para melhor exemplificar este processo, vale apontar Frans F.J. Schouten, Piet J.M. Pouw e Peter Van Mesch, que articularam relações específicas entre museologia e semiótica do objeto (Mensch, 1990:57-62). Para tais autores, há três dimensões ou campo de interpretação ligadas ao objeto: semântica (valor, significado); sintaxe (ordem, inter-relação) e praxis ou pragmática (uso, efeito nas pessoas).

Destacam-se três categorias de informação: informação do objeto (informação que pode ser lida diretamente do objeto – exemplo: funcionalidade); documentação (pesquisa sobre o objeto) e informação contextual (contexto onde está e/ou esteve inserido o objeto como fonte de informação).

“ Os objetos e a documentação nos permitem perceber o(s) contexto(s) no(s) qual(is) os objetos funcionaram e adquiriram seu significado. Podemos descrever a história da vida de um objeto como uma travessia por diversos contextos. Cada contexto pode ser visto como um sistema no qual cada objeto pode ser situado tanto funcional quanto espacialmente.” (Mensch, 1990:60).



Na dimensão sintaxe - informação do objeto (descrição física ou inventário de informações do objeto) – analisa-se a composição (o material), a construção (a técnica) e a morfologia. A morfologia é subdividida em forma espacial, estrutura da superfície, cor, padrões de cor (imagens) e texto (se existir).

Com base nestas informações do objeto, é possível elaborar um sistema de classificação e subdivisão:

- sistema fenótipo, baseado na comparação das informações do objeto, a parte da cronologia e da geografia;
- sistema filótipo, baseado nas relações, tendo geralmente uma dimensão cronológica.

Na dimensão semântica, que é utilizada para interpretação do objeto, analisam-se as informações, distinguindo um conjunto de significados. O significado principal constitui-se como funcional (funcionalidade do objeto) e/ou expressivo (valor emocional). O significado secundário constitui-se como simbólico e/ou significado metafísico.

Na dimensão pragmática ou praxis, é articulada a relação entre o objeto e seu usuário ou seu observador. O objeto é interpretado como um veículo de informação. Para tanto, elabora-se a reconstrução da história da vida de um objeto (informações que foram adicionadas ou perdidas).

Os fatores importantes para a pesquisa museológica relacionada ao objeto (informações) são:

- a) a gênese, processo pelo qual a idéia e matéria-prima se transformam no objeto;
- b) o uso, no qual reconhecemos:
 - . uso inicial (geralmente de acordo com as intenções do fabricante);
 - . reutilização (na maioria das vezes não corresponde ao uso inicial).



c) a “marca do tempo”, na qual reconhecemos:

- . fatores endógenos;
- . fatores exógenos.

d) a conservação, restauração

Na esfera museológica, o objeto pode ser utilizado para pesquisa científica e/ou para transmissão de conhecimentos. Por seu lado, a preservação do objeto pode ser efetiva (preservação material num sentido amplo, sua matéria-prima) e/ou preservação funcional (mantendo novas relações com a sociedade). Tal preservação pode ser “in situ” (no local) ou “ex situ” (fora do local- habitat natural).

As formas de preservação museológica são:

1. Preservação in-situ (habitat natural) - “cultura viva”:

Reservas naturais, Ecomuseus, etc.

2. Preservação in-situ (habitat natural)- “cultura morta”:

Museu de sítio, Casas Históricas, Cidades-Museus.

3. Preservação ex-situ (fora do habitat natural) - “cultura viva”:

Jardins Zoológicos e Botânicos

4. Preservação ex-situ (fora do habitat natural) - “cultura morta”:

Museus tradicionais.

5. Preservação por documentação:

Arquivos, livros, filmes”(apostila do curso de museologia – UNI-RIO)

As instituições museológicas salvaguardam (coleta, pesquisa, documentação e conservação) e comunicam (exposições diversificadas, educação e ação cultural) o Patrimônio Cultural, a fim de transformá-lo em Herança Patrimonial, objetivando o desenvolvimento da sociedade.

Este método de preservação e comunicação do patrimônio cultural e natural da humanidade é que caracteriza uma instituição museológica (legado histórico).

Por outro lado, são várias as ameaças ao Patrimônio Cultural. Hugues de Varine-Bohan aponta as principais: “as ameaças tradicionais são as guerras, as destruições devido às mudanças de “costumes”, à ignorância, ao vandalismo dos missionários, ao desaparecimento puramente físico no correr dos séculos”(Varine-Bohan, 1974:9). As ameaças atuais são os “desvios de significação do patrimônio cultural, valorização equivocada, fabricação de valores culturais e o “açarbacamento” - apropriação indevida: roubo, transferência, compras, etc.(Varine-Bohan, 1974:10).

No Brasil, temos leis especiais e órgãos oficiais encarregados de proteger nossa herança patrimonial em várias esferas - federal, estadual e municipal, de acordo com o Estado. Vale ressaltar que o Estado do Amapá ainda não possui uma legislação própria para proteção do seu patrimônio cultural.

A comunicação de informações na esfera museológica pode ser articulada por meio de conceito fechado (induzido) ou conceito aberto (não induzido: o público interage livremente). O processo pode ser cognitivo (comunicando conhecimentos) e/ou afetivo (comunicando valores emocionais e estéticos).

O Patrimônio Cultural, segundo Varine-Bohan , é formado pelo: Patrimônio natural - “meio ambiente do homem, o quadro da vida do homem”;

Patrimônio científico - “o que provém da ciência e do conhecimento “ (conjunto de conhecimentos acumulados pelo homem):

Patrimônio cultural - “o que o homem fabricou, geralmente com a natureza e seus conhecimentos” para responder às necessidades de sua vida e de seu



desenvolvimento.(Varine-Bohan, 1974:4) . Por seu lado, o conjunto deste três elementos formam o ecossistema do homem, seu Patrimônio Cultural: natural, intelectual e cultural.

O conceito de patrimônio definido no Doc. Final Congresso ICOM-Brasil, 1995, segue a mesma linha: “conjunto de bens fruto das relações do homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações” Entretanto, importa para a museologia transformá-lo em Herança. A Herança é assim definida: “a consciência da existência desse patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço”(Documento Final do Encontro do ICOM,1995).

Os museus trabalham, geralmente, com este conceito de patrimônio.

Entretanto, algumas definições foram elaboradas para delimitar a forma de abordagem dos objetos museológicos nos diferentes tipos de museus.

Tais exemplos são:

Patrimônio comunitário (Museu Comunitário e Ecomuseu)

“conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas em um determinado espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo” (MAE-USP. mimeo)

Patrimônio Integral (Museu Integral)

“conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos”(MAE-USP.mimeo)

Patrimônio Cultural Brasileiro

“Constitui o Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade Brasileira” Constituição Federal Art. 216. (Castro, 1991:84)



3.2.4. Museu Histórico: pressupostos para implantação de uma instituição museológica e musealização da Fortaleza de São José de Macapá.

O modelo de instituição museológica projetado para a Fortaleza de São José de Macapá (sede do Complexo Museológico) será, especialmente, de vocação histórica, ou seja, o monumento será exposto – Museu Aberto – e comportará três exposições históricas de longa duração: exposição sobre a história da formação da sociedade amapaense, exposição de arqueologia e etnologia e exposição histórica sobre a fortaleza (multimídia). Então, vale apontar algumas características dos museus históricos.

Ressaltaremos alguns equívocos no tratamento dos objetos museológicos. O historiador e museólogo Bezerra de Menezes afirma que: “Nisso tudo há confusão cuja raiz está na tentativa de classificar objetos conforme categorias apriorísticas estanques e unívocas de **significação documental**, fragmentando o conhecimento, objetos artístico, objetos históricos, objetos tecnológicos, folclóricos, etc., como se as significações fossem geradas pelos próprios objetos e não pela sociedade...Ora, as significações das coisas materiais são sempre atribuídas”(Menezes, 1990,4).

As instituições museológicas devem observar a história e vocação dos objetos, mas não limitar seu discurso expositivo a essas esferas. Sendo assim, Menezes propõe que os museus históricos, por exemplo, atuem sempre em questões históricas, problemas históricos, não em torno de objetos históricos. Os “objetos históricos” possuem também informações artísticas, tecnológicas. As significações e valores dispensados aos objetos são atribuições sociais.

Ainda, segundo Menezes “ **Objetos históricos** - são de qualquer natureza ou categoria que permitem a formulação e o encaminhamento de problemas históricos...Problemas Históricos



- proposta de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade”(Menezes, 1990:5). O autor, em outro texto, complementa o tema, apontando a História como forma de conhecimento que procura estudar a realidade histórica das sociedades. “Concebida como o conhecimento da dimensão temporal do homem enquanto ser social, a história tem por objetivo reconstruir e explicar a organização, funcionamento e transformação das sociedades”(Menezes, 199?:2).

Então, os museus históricos devem trabalhar os objetos enquanto referências de fatos do passado, indicadores de memória, ou seja, objetos portadores de conhecimentos/informações, independente das classes sociais a que pertenceram e celebram. Tais informações devem ser utilizadas para reconstruir e promover a consciência histórica. Assim, para contribuir com conhecimentos históricos, os museus devem trabalhar com a “...chamada cultura material constituída pelos sistemas materiais de produção e reprodução da vida social...Mas a cultura material é um domínio vastíssimo para ser documentada - com acervo, bibliografia, informações - e transforma-se em ponto de partida para pesquisa, programação cultural e educacional” (Menezes,1990:8).

Nesta linha, no âmbito da memória, podemos citar Mendonça que afirma: “ a memória é um fenômeno psíquico que tem seu suporte na acumulação de resíduos de experiências individuais. Sem memória não há vida psíquica e o indivíduo estaria impossibilitado de adquirir hábitos ou conhecimentos”(Anais do I Encontro Inter. de Ecomuseus, 1992:50). Aponta também que a memória social “é formada pelos resíduos e sobrevivências do passado encontrados nas memórias individuais e coletivas...é um patrimônio que vive no indivíduo, mas transcende, pois não é produzido por ele, é constituído por um conjunto de vivências da sociedade à qual pertence o indivíduo e que se atualiza nas vivências particulares e coletivas destes indivíduos” (Anais do I Encontro Inter. de Ecomuseus, 1992:50) A autora cita o pensamento de Maurice Halbwachs “a memória individual é um ponto de vista sobre a



memória coletiva, este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupa” (Anais do I Enc. Inter. Ecomuseus, 1992:50) Assim, os museus históricos devem proceder a reeleitura das memórias individuais e coletivas das sociedades, pois é impossível “resgatar” a memória: “A memória é um fenômeno sempre atual, em evolução permanente, onde o passado não é reconstituído, mas sim reconstruído, reapropriado num plano afetivo e mágico...a memória não é a representação do passado, isto é a história ... A memória é a vivência passada de uma coletividade ou de um indivíduo e a história é uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico para interpretá-la”(Anais do I Enc. Inter. Ecomuseus, 1992:51).

Nesse processo, o museu deve contribuir para que os cidadãos e cidadãs valorizem suas referências culturais, exercitem suas consciências críticas, dados essenciais para a construção de uma sociedade organizada, comprometida com o passado e o presente (consciência histórica). Nesses termos, a apropriação “inconsciente” de uma memória nacional é perigosa: “as memórias coletivas - entendidas como expressão de identidade de grupos e movimentos - ricas por suas diferenças, complexas em seus significados próprios, cedem lugar a uma memória nacional ligada à razão do Estado. A nação ocupa o espaço do imaginário coletivo como elemento capaz de reunir os valores de uma população, apesar de suas individualidades, tradições, situações diferenciadas e seus interesses específicos. Neste contexto, a memória popular perde seu espaço e se esvazia”(Anais do I Encontro I. Ecomuseus, 1992:52).

Finalizando, Menezes aponta “julgo que seria obrigação primordial de um Museu, não fornecer o “típico” para consumo, mas condições para que se possa entender como, numa sociedade, se constrói a tipicidade, como se formulam nos diversos lugares sociais e se articulam entre si (inclusive hierarquicamente) os inúmeros vetores materiais emblemáticos de objetos, práticas e valores, e como estes conteúdos “típicos” e seus suportes são utilizados, funcionam e mudam”(1993:214). Então, o Complexo Museológico – M.F.S.J.M. e “Núcleos



de Culturas” – deverá ser um “fórum” para debates críticos sobre os vários mecanismos da vida social, elementos fomentadores das identidades culturais dos vários grupos sociais.



4. Capítulo II – Fortaleza de São José de Macapá: subsídios histórico-culturais para viabilizar um estudo de modelo de instituição museológica.

4.1. Breve histórico da F.S.J.M.

4. 1.1. O governo de D. José I e a política do Marquês de Pombal para a Amazônia brasileira.

No início do séc. XVIII a situação militar da Capitania do Grão-Pará e Maranhão era precária: tropas sem soldos e indisciplinadas e redutos militares arruinados. Também na esfera econômica a Capitania vivia em estado de abandono: incipiente extrativismo vegetal e agricultura de subsistência. A rentabilidade no comércio de tais produtos era insuficiente para a manutenção da população, que, em sua maioria, vivia em estado de lamúria. As missões religiosas, em especial jesuíticas, eram as únicas favorecidas com o comércio dos produtos da região e a exploração da mão-de-obra indígena. “O extrativismo era a única atividade econômica geradora de riqueza. Alguns elementos da população, em especial indígena, embrenhavam-se pela floresta à procura de madeira de corte e das chamadas “drogas do sertão” (cacau, cravo, canela, salsaparrilha, anil e outras). Até o terceiro quartel do séc. XVIII, a exportação destes produtos era a única responsável pelo movimento comercial dos portos de São Luiz e Belém” (Castro, 1998/99:61).

As questões internacionais forçavam severas mudanças por parte de Portugal, no extremo norte do Brasil. As fronteiras lusitana são ampliadas na Amazônia com o Tratado de Madrid, firmado entre Portugal e Espanha, em 1750.

“As agruras encontradas nas demarcações da hinterlândia e na defesa das fronteiras, oriundas do problema da organização defensiva que os Tratados de Madrid (1750), de Paris (1763) e de Santo Ildefonso (1777) não conseguiram totalmente solucionar, são elucidativas das contradições ibéricas na Amazônia e da luta portuguesa pela preservação territorial”(Dias, 1971: 456).

As mudanças começaram a acontecer quando D. José I assume o governo lusitano, em 1750. Nomeia Sebastião José Carvalho e Melo – Marquês de Pombal - como seu Primeiro Ministro do Reino. Pombal, articulador político-administrativo, procurou reativar a economia portuguesa através do incentivo ao capital comercial, lançando o país na era do liberalismo econômico, política desenvolvida pela maioria dos países europeus.

“Deu especial atenção aos anseios da burguesia, como único caminho para o engrandecimento da nação, cujo desenvolvimento era impedido pela estrutura arcaica da economia portuguesa. Procurou condições para o pleno funcionamento do capital mercantil, estagnado desde a época áurea das rotas do Oriente”(Castro, 1997/98:59).

Marquês de Pombal aliou-se aos burgueses, buscou fortalecer o Estado, representado pelo Rei D. José I, reafirmando uma política administrativa absolutista. Alguns setores da nobreza lusitana e do clero (Igreja Católica) que influenciavam e viviam dos privilégios do Estado foram prejudicados. “Na Segunda metade do século XVIII, a defesa territorial, aliada à exploração econômica, foi a tônica das políticas absolutistas lusitanas em seus domínios” (Ravena, 1990:31).

A mudança da Capital do Estado do Maranhão – Cidade de São Luís – para o Estado do Pará – Cidade de Belém – foi um ato geo-político de Pombal de extrema importância para a região.

Outro ato importante foi o de “retirar” os jesuítas da Amazônia. As missões formavam os principais povoados da região e detinham o comércio das “drogas do sertão” e exploração da mão-de-obra indígena. Assim, o domínio econômico, geográfico e político no norte do Brasil passou efetivamente ao Estado Português. A Amazônia, região onerosa ao Estado Português, deveria tornar-se área rentável.

“O ponto de partida dessa obra gigantesca em todos os sentidos foi a transferência da sede do Estado para Belém. A esse ato político seguiram-se outros sobremaneira repercussivos. A liberdade do índio, a expulsão dos jesuítas, a instalação do “Directório”, a lei sobre o casamento com mulheres da terra (índias), datada de 4 de abril de 1755, o estabelecimento da Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão e a criação da Capitania de São José do Rio Negro são elos de uma mesma corrente elucidativa da inauguração de “processus” histórico inteiramente novo”(Dias,1971:493). Tais mecanismos vão modificar o panorama sócio-político-econômico na Amazônia.

Para efetivar a política “pombalina”, na região, foram planejadas algumas medidas: implantação de agricultura comercial, articulação de sua comercialização e reestruturação das defesas através de novos núcleos fortificados. Assim, a região amazônica passou a fazer parte dos projetos lusitanos de exploração econômica, não apenas geográfico (fronteiras).

O irmão de Pombal – Francisco Xavier de Mendonça Furtado – assumiu o Governo de Grão-Pará e Maranhão com a incumbência de implantar a política “pombalina”.

“Trazia um pesado programa administrativo, incluindo numerosas incumbências, entre elas, chefiar a Comissão de Limites com as colônias espanholas, modificar a política em relação aos indígenas, reduzir a um mínimo a interferência das ordens religiosas”(Alcântara, 1979:13).

Mendonça Furtado trouxe também uma política agrária e mercantil para a região. A colonização foi incentivada “por meio da imigração e miscigenação de elementos humanos oriundos das ilhas atlânticas e de três continentes, com os quais se argamassou a nova sociedade do alto-norte da colônia”(Dias,1971:477).

Os núcleos fortificados militares e coloniais articulados pela política do Primeiro Ministro do Reino, reunindo aldeamentos indígenas e colonos, marcaram a posse definitiva da Amazônia pelos portugueses. Os colonos ficavam isentos de impostos régios, recebiam sesmarias e instrumentos agrícolas e teriam o transporte e comercialização de seus produtos garantidos pela Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão.

“Se a indústria vegetal não conseguiu mudar a paisagem física das Capitanias do Grão-Pará e Maranhão, o agrarismo criado e estimulado pelo giro mercantil do cometimento pombalino mudou-lhe, no entanto, o complexo fisionômico social, político e econômico” (Dias,1971:477).

A europeização das populações da região foi outro mecanismo da política social de Pombal: as aldeias jesuítas foram transformadas em vilas ou povoados com nome de cidades portuguesas e passou a ser obrigatório o uso exclusivo da língua portuguesa, em detrimento da língua falada - uma combinação da língua portuguesa com a indígena. Assim, os índios saíram da dominação jesuítica e passaram a ser “vassalos do rei”.

As questões relacionadas às fronteiras lusitanas e a exploração econômica da região foram os principais fatores que justificaram a construção das fortificações. Tais fortificações deveriam resguardar a soberania da Coroa Portuguesa na região, proteger o patrimônio colonial e facilitar a navegação na costa.

A Coroa Portuguesa não possuía recursos suficientes para implantação do programa de Pombal na Amazônia, então recorreu aos empresários da Cia. de Comércio. “Pombal, através de uma modalidade de instituição mercantilista, as Companhias de comércio, introduziu no Estado do Grão-Pará, mudanças estruturais de grande significado. Tiveram como pontos centrais: a política relativa à mão de obra indígena; a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755), que durante 20 anos de funcionamento pretendeu introduzir a mão de obra escrava negra a crédito e incrementar a produção agrícola; a redistribuição da propriedade confiscada dos jesuítas, com o intuito de captar recursos através de vendas em hasta pública ou mesmo doação aos moradores para favorecer e impulsionar núcleos de povoamento e desenvolvimento agrícola” (Ravena, 1990:37).

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão possuía o monopólio do abastecimento, comércio e navegação na região. Também orientava a produção agrícola e extrativista. Era administrada por uma “Junta Administrativa” com participação da Coroa e de comerciantes: “formada de 1 provedor, 8 deputados, 1 secretário, 3 conselheiros e, ainda, um representante da casa dos 24 de Lisboa” (Castro, 1997/98:63). Nesse período, grande contingente de escravos vieram para a região. “Este tráfico manteve-se estável até o final das atividades da Companhia. De 1756 a 1778, chegaram ao Maranhão e Pará um total de 25.365 escravos oriundos das colônias portuguesas de Bissau, Cacheu e Angola”(Castro, 1997/98:65).

A Companhia foi de fundamental importância para a estruturação e implantação de um sistema de defesa militar para a Amazônia e para o desenvolvimento do extremo norte do Brasil. Todas as fortificações da região foram, praticamente, reconstruídas ou construídas e aparelhadas militarmente no período áureo de sua atuação mercantil. Ainda, para viabilizar os planos econômicos e políticos de Pombal, a ação mercantil dessa Companhia logo se estendeu à Capitania de Mato Grosso e às províncias espanholas de Quito Orinoco e Peru.

Assim, havia interesses mercantilistas atrelados aos objetivos político-militares Pombalino nesse empreendimento.

A região amazônica passou por um período de prosperidade econômica após meados de séc. XVIII, fruto da política de Pombal que articulou a produção extrativista – drogas do sertão e madeira – e da produção cultivada – algodão e arroz, além da pecuária bovina.

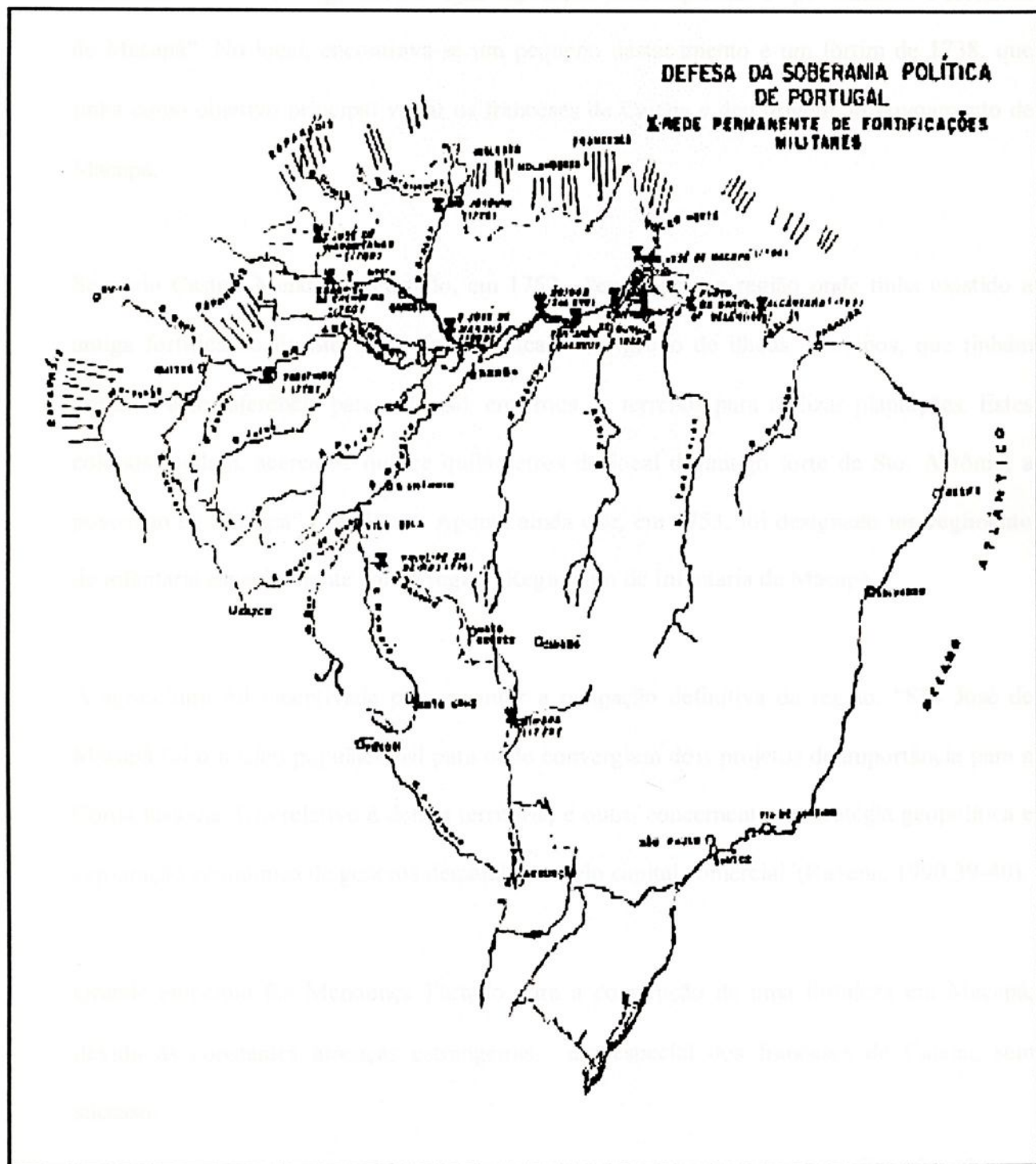
“numa altura do séc. XVIII em que a Amazônia surgia aos olhos maravilhados do capitalismo europeu como uma das presas mais ambiciosas dos trópicos” (Dias, 1971:454).

Outro dado importante no processo de construção das fortificações foi a criação das Comissões Demarcadoras ou de Limites (duas), formadas por experientes engenheiros e agrônomos. Entre outras atribuições, projetaram um conjunto de fortificações, articuladas, estrategicamente, no Rio Amazonas e fronteiras, e procederam a um inventário da região. Segundo mapa da segunda metade do século, onze fortes são projetados para defesa da região.

“O aparelhamento defensivo da costa atlântica, sobretudo da entrada da Barra de Belém e da embocadura amazônica, assentava na força militar de três cidades: São José de Macapá, Santo Antônio de Gurupá e Balurte da Barra de Belém”(Dias, 1971:465).

Rede de Fortificações da Amazônia.

Fonte: Dias,1971:463



4.1.2. A região de Macapá e a Fortaleza de São José de Macapá

Francisco Xavier de Mendonça Furtado assumiu o governo da Província do Grão-Pará e Maranhão em 1751, e logo enviou uma expedição para implantar o “povoamento e fortaleza de Macapá”. No local, encontrava-se um pequeno destacamento e um fortim de 1738, que tinha como objetivo principal vigiar os franceses de Caiena e deu origem ao povoamento de Macapá.

Segundo Castro, Mendonça Furtado, em 1752, “envia para a região onde tinha existido a antiga fortificação de Sto. Antônio de Macapá um grupo de ilhéus açorianos, que tinham aceitado a transferência para o Brasil, em troca de terrenos para realizar plantações. Estes colonos fundam, acerca de quinze quilômetros do local do antigo forte de Sto. Antônio, a povoação de Macapá” (1997/8:1). Aponta ainda que, em 1753, foi designado um regimento de infantaria especialmente para a região: Regimento de Infantaria de Macapá.

A agricultura foi incentivada para permitir a ocupação definitiva da região. “São José de Macapá foi o núcleo populacional para onde convergiam dois projetos de importância para a Coroa lusitana. Um relativo à defesa territorial e outro concernente à estratégia geopolítica e exploração econômica de gêneros demandados pelo capital comercial”(Ravena, 1990:39-40).

Grande empenho fez Mendonça Furtado para a construção de uma fortaleza em Macapá, devido às constantes ameaças estrangeiras, em especial dos franceses de Caiena, sem sucesso.

“Preocupado com a função de Macapá no sistema defensivo da Amazônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao visitar essa Vila, em março de 1752, na qualidade de Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, promove uma análise topográfica do sítio e a discussão da fortificação a ser aí instalada” (Alcântara, 1979:8). Em 1758, Macapá foi promovido a



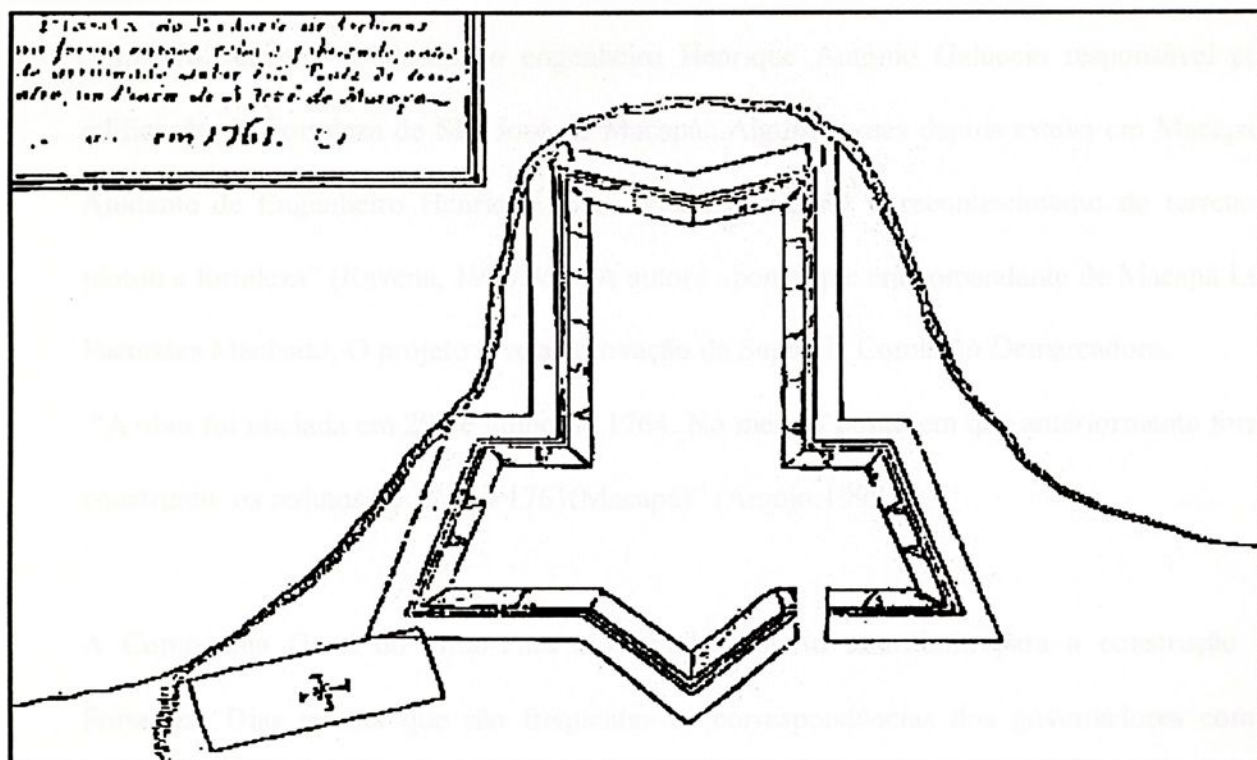
categoria de Vila – Vila de São José de Macapá – com a presença de Mendonça Furtado, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em Portugal.

A região retorna aos domínios espanhóis, em 1761. “Neste ano, devido aos problemas de aplicação do Tratado de Madrid, é assinado o de El Pardo, cancelando o primeiro, o que colocaria Macapá (elevada à Vila em 1758) de novo nos domínios espanhóis”(Castro,1997/8:3). Portugal relutou para aceitar tal situação e ingressou na Guerra dos Sete em curso (1756-1763). Com o fim dessa guerra e a vitória da aliada Inglaterra contra a França, apoiada pela Espanha, Macapá voltou ao domínio Português. Nesse período, o atual Governador da Província, Manoel Bernardo de Mello e Castro (1759-1763), viajou para a região com uma comitiva, chefiada pelo engenheiro Gronfelds, para articular um sistema de defesa. Foi construído um fortim de faxina (fachina), próximo ao quartel dos soldados, para proteger provisoriamente a Vila de desembarque inimigo. Também foi construído uma guarita no Curiaú e formadas milícias com os colonos para reforçar a infantaria lusitana.

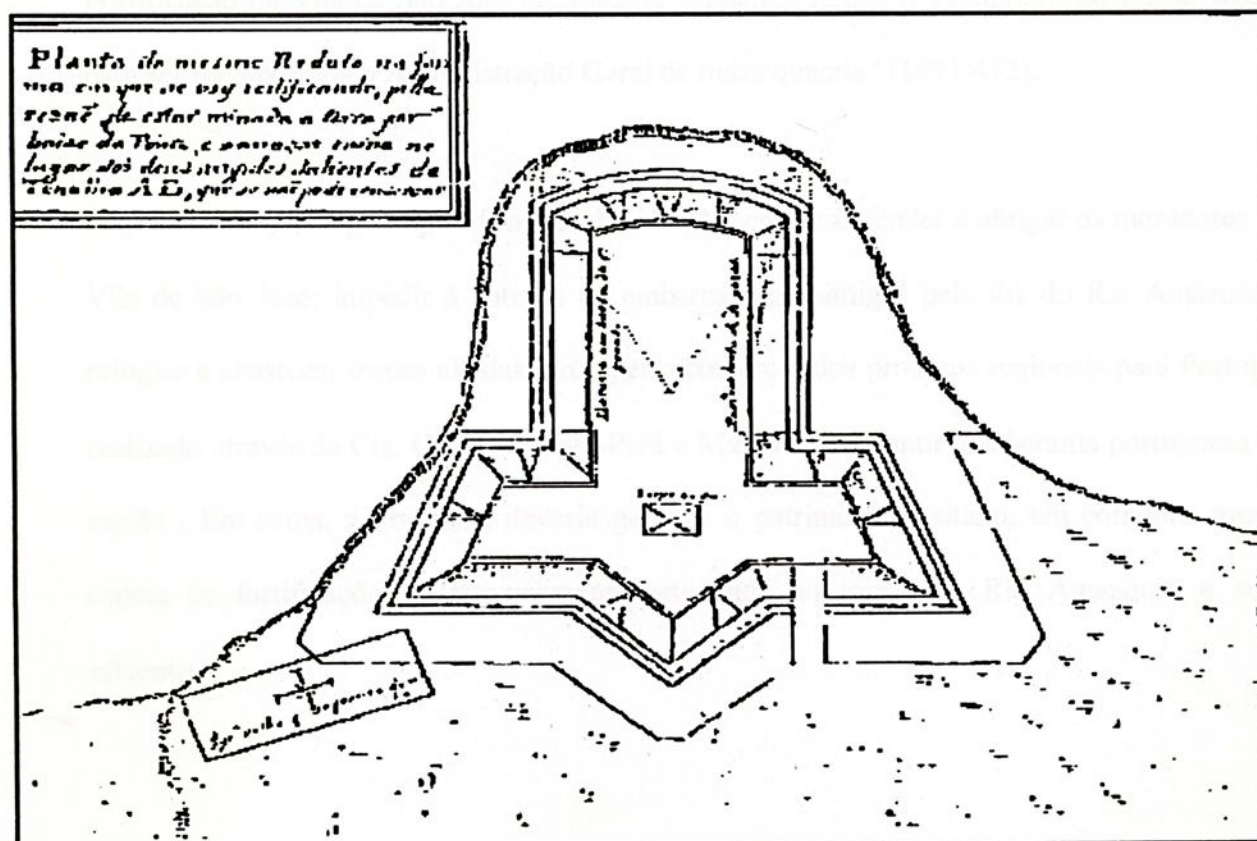
Tais soluções provisórias - fortim e milícias - eram frágeis e dificilmente resistiriam a um ataque de tropas organizadas: artilharia de sítio. Mesmo depois de reforçado as muralhas e ampliada as canhoneiras (capacidade para canhões de grande porte) do fortim. O engenheiro Gronfelds ainda projetou a ampliação desse reduto militar, mas tal obra não foi concretizada e em seu espaço é projetada a F.S.J.M. No local do fortim são construídas as baterias baixas da citada fortaleza.

Planta do 1º Fortim projetado pelo engenheiro Gaspar João G. Gronfelds.

Fonte: Alcântara, 1979



Planta do 2º Fortim projetado pelo engenheiro Gaspar João G. Gronfelds.



Foi no governo de Fernando da Costa de Athayde Teive que D. José I determinou que o engenheiro Henrique Antônio Galluzzi (Galúccio) planejasse e construísse a Fortaleza de São José de Macapá.

“Em 1762 chegou a Macapá o engenheiro Henrique Antônio Galúccio responsável pela edificação da Fortaleza de São José de Macapá...Alguns meses depois estava em Macapá o Ajudante de Engenheiro Henrique João Wilkens, que fez o reconhecimento do terreno e plotou a fortaleza” (Ravena, 1990:45). A autora aponta que era comandante de Macapá Luis Facundes Machado. O projeto teve a aprovação da Segunda Comissão Demarcadora.

“A obra foi iniciada em 29 de junho de 1764. No mesmo ponto em que anteriormente foram construído os redutos de 1738 e 1761(Macapá)” (Araújo:1998:1).

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão muito contribuiu para a construção da Fortaleza. Dias aponta que são frequentes as correspondências dos governadores com a Provedoria da Fazenda Real. “O Provedor da Fazenda Real tomará por empréstimo aos administradores da Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão para as despesas da Provedoria e da Fortificação da Vila de São José de Macapá, passando Letras o Tesoureiro do Erário Régio para ser reembolsada a Administração Geral de outra quantia” (1971:472).

Segundo Araújo, as principais funções da F.S.J.M. eram : defender e abrigar os moradores da Vila de São José; impedir a entrada de embarcações inimigas pela foz do Rio Amazonas; refugiar e abastecer tropas aliadas; proteger o comércio dos produtos regionais para Portugal realizado através da Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão; garantir a soberania portuguesa na região . Em suma, a Fortaleza deveria garantir o patrimônio lusitano, em conjunto com a cadeia de fortificações estrategicamente articulada ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes.

A obra durou 18 anos. Os recursos eram elevados e burocrática a sua liberação pela metrópole. O material era escasso, o terreno pantanoso e a mão-de-obra difícil, tanto a especializada como a operária. Os índios eram poucos e a mão-de-obra negra cara. A alimentação dos operários era outro entrave. A correspondência do Governador João Pereira Caldas, em 1773, ao Ministro Martinho Melo e Castro, em Portugal, aponta tais problemáticas.

“Até aqui tenho representado a V.Exc. os três inconvenientes ou danos que ameaçam a dita fortaleza indicando na forma da ordem de V. Exc. as despesas que computei serem necessárias para os reparos das sobreditas ruína. Devo porém dizer a V. Exc. que não obstante usar-se toda diligência no cálculo das despesas das obras expressadas; nunca estes cumpridos podem ser certos. A farinha da terra, que é o pão que se dá aos operários não tem um preço determinado. Se as sobreditas obras se houverem de fazer com pretos alocados, cada um destes fará uma despesa de sete ou oito vinténs por dia. Um índio que vence o salário de doze tostões por mês, além de dois vinténs por dia que pode importar o sustento, faz uma despesa diária de quatro vinténs, que é metade do que se gasta com um preto. Para os trabalhos sobreditos se poderem fazer só com índios, seriam a despesa mais moderada; mas eu duvido que V. Exc. o possa conseguir. Os trabalhos daquela fortaleza de Macapá, a fábrica da Maré, o corte e conduções de madeiras que há tanto anos vão nas charruas para o reino, e as frequentes expedições para o Matogrosso, todos têm sido trabalhos que têm sensivelmente diminuído o número de índios destes Estado; sendo já tão sensível a falta deles, que para vencer o aterro dos baluartes da fortaleza, se empregarão índios rapazes. Para se efetuarem os ditos trabalhos com a menos despesa da Real Fazenda, e sem agravar o Estado, o mais conveniente será comprarem da África pretos escolhidos por conta da Real Fazenda, transportando-os nas charruas de V. Majestade que costuma vir a este Estado, até se completar aqui um número de seiscentos ou setecentos, com os quais se poderão fazer os trabalhos sobreditos”.(documento-foto no. 52241,52242,52243).

Foi utilizada mão-de-obra livre, compulsória e escrava na construção da F.S.J.M..

- Mão-de-obra livre: oficiais, soldados, capatazes e mestres de ofício.
- Mão-de-obra compulsória: índios.
- Mão-de-obra escrava: negros africanos.

“Nos documentos datados de 1765, enumeram-se novos grupos de índios recém-chegados para os canteiros e 114 escravos da Câmara de Belém, também destinados à construção ... A maioria dos trabalhadores escravos pertencia ao Senado da Câmara de Belém e eram alugados à fortificação... A participação da mão-de-obra escrava de origem africana na edificação da Fortaleza de Macapá foi pequena...Mas esta mão-de-obra, tanto os 339 índios constantes no mapa como os 205 escravos africanos, permaneciam no canteiro da obra....Foram utilizados nos meses de 1765 cerca de 300 operários como “carreiros” das pedras. A obra, ao todo, chegava a mobilizar cerca de 800 trabalhadores mensalmente, sem contar os oficiais artífices, geralmente portugueses ou de origem européia. No universo de trabalho da fortificação, agregados ao conjunto dos trabalhadores havia os soldados incumbidos da vigilância”. (Ravena,1990 :45-46)

Nos dezoito anos de construção da F.S.J.M., foram variadas as proporções de índios e escravos nos canteiros de obra, em especial devido às mortes, fugas e a falta de alimentos (abastecimento).

A utilização deste tipo de mão-de-obra na Amazônia foi constante na política “pombalina”.

“A política pombalina montou-se sobre a tríade: mão de obra importada, agricultura comercial e exercício do monopólio pela Companhia do Comércio. Dessa forma a agricultura foi estimulada e, através de mecanismos de compra a crédito, implantou-se o mercado de trabalho escravo africano” (Ravena, 1990:37).

Um dado importante do ponto de vista histórico-cultural é a relação de nações indígenas da região com a Fortaleza de São José de Macapá. Populações indígenas inteiras foram



dizimadas no processo denominado “descimento” de índios: os indígenas eram arregimentados e obrigados a trabalharem nos canteiros da F.S.J.M. em troca de baixos salários ou rações para seu sustento. Neste processo, parte dos antepassados dos waiãpi foram dizimados ou expulsos de suas terras. O sofrimento de seus primórdios durante a construção da Fortaleza marcou profundamente a memória deste povo, dado pesquisado por Dominique Gallois. Os waiãpi vivem, atualmente, no curso alto do rio, entre o Brasil e a Guiana Francesa, e falam a língua tupi-waiãpi. Gallois aponta que em suas narrativas mítico-históricas a Fortaleza é conhecida como Mairi “ As narrativas apresentadas... Tratam do distanciamento em relação ao lugar que, hoje, consideram como sua origem; o paraná, ou o rio grande, onde esta Mairi, a fortaleza construída pelo herói Ianejar para abrigar a verdadeira humanidade, waiãpi” (Gallois,1994:12). Segundo eles, os brancos não existiam na região, vieram depois de barco pelo Oceano e tomaram Mairi dos Waiãpi, massacrando-os. Entretanto, Gallois afirma que “É praticamente impossível, ou inútil, datar os episódios iniciais desta história de contato, especialmente os relativos à construção de Mairi e à primeira aproximação dos brancos. Os textos não se referem a acontecimentos propriamente ditos, mas à origem mítica de um tipo de relacionamento conflituoso, situado nos primórdios da humanidade, fora do tempo histórico...O que nos é contado é que a história começa no palco da fortaleza, Mairi, hoje um marco essencial na história territorial e na consciência étnica do Amapá” (Gallois, 1994:30). Segundo a autora, tais relatos necessitam de melhores estudos para compreensão desse processo mítico e histórico. Entretanto, é mister não ignorado esse importante documento da região. Neste sentido, sugerimos no projeto de exposição da F.S.J.M. (Museu Aberto) a tradução dos textos também na grafia waiãpi: tupi-waiãpi, além do português e inglês. Maiores informações sobre os wiãpi consultar Gallois, 1994.

No ano de 1777, morre D. José I e o Marquês de Pombal é destituído do cargo. A fortaleza não é mais considerada instrumento essencial para a nova política de D. Maria I – a louca - e

suas obras são praticamente paralisadas. A nova Rainha retoma à antiga estrutura do Estado Português: a aristocracia e o clero voltam a influenciar a política estatal e viverem de seus privilégios.

Em 19 de março de 1782, aniversário de São José, a fortaleza é inaugurada ainda inacabada, especialmente seus elementos arquitetônicos exteriores. Tal fortificação nunca entrou em combate.

No Império, a fortaleza abrigou a Guarda Imperial, entretanto, paulatinamente, foi perdendo sua importância estratégica e militar. No início do século XX, a F.S.J.M. passou por um período de pouco uso militar. Entretanto, “ pelo início do nosso século, o Serviço de Sinalização Náutica do Canal Barra Norte – Marinha do Brasil, assenta uma torre com farolete sobre o baluarte Nossa Senhora da Conceição, visando facilitar a navegação neste embocadura”(Araújo,1998:2).

Em 1945, a Guarda Territorial, polícia ostensiva do recém implantado Território Federal do Amapá, instala-se na Fortaleza e realiza algumas reformas em suas dependências. Na década de 50, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Maiores detalhes em “FSJM: Patrimônio Cultural Brasileiro”.

Finalizando, as dependências da fortaleza também abrigaram, provisoriamente, famílias de imigrantes, a Cadeia Pública, a Imprensa Oficial, o Exército e o Museu Territorial. No Regime Militar apenas o Comando da Guarda Territorial permaneceu no Monumento.

“Diante do Regime de Força, a sociedade amapaense testemunha o recolhimento de intelectuais e trabalhadores na fortaleza como presos políticos”(Araújo,1998:3). Foi nesse período que instalou-se um clube de lazer dos militares – Círculo Militar – na área das baterias baixas, já deterioradas.



Na década de 70, sob orientação do IPHAN, foi retirado o sinalizador náutico. Também foi desenvolvido um projeto de restauração pelos arquitetos Dora e Pedro de Alcântara, contratados pelo Governo Territorial. O projeto não foi totalmente concluído, entretanto, prestou uma grande contribuição nas etapas realizadas: pesquisa iconográfica e documental.

Na década de 90, o projeto de restauração foi retomado pelo governo do Estado. A DPJ Arquitetos associados realizou um projeto de restauração e reutilização sócio-cultural que sofreu diversas alterações após análise de especialistas e técnicos do Estado do Amapá e do IPHAN.

A Construtora Vale Queiroz ganhou a concorrência para desenvolver o projeto de restauração.

Na questão da reutilização sócio-cultural da F.S.J.M., o projeto apresentado pela DPJ Arquitetos não respondia às necessidades do Estado e do próprio IPHAN; assim, em reunião no dia 27 de agosto de 1997, fomos convidado a desenvolver uma proposta de ocupação da fortaleza. Tal proposta deveria reafirmar e compor com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá. O Diretor-Presidente da Fundação de Cultura – FUNDECAP e a Coordenadora da 2ª SR/IPHAN apresentaram um conjunto de atividades que deveriam ser incorporadas no projeto de uso da Fortaleza.

Vale ressaltar que, quando convidados para desenvolver o referido projeto, já estávamos realizando uma dissertação sobre o tema pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Assim, inserimos o objeto – F.S.J.M. – na pesquisa. O tema será melhor abordado no item “Necessidades e sugestões sócio-culturais para as dependências da FSJM: Governo Estadual e IPHAN”. A pesquisadora Yacy Ara Froner prestou contribuição significativa, foi autora do



4.1.3. Fortaleza de São José de Macapá: Patrimônio Cultural Brasileiro

Ressaltaremos alguns mecanismos legais de proteção da F.S.J.M..

Na década de 50, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O processo recebeu o no. 423/T/50, sua inscrição foi feita no Livro de Tombo Histórico, no. 269, de 22 de março de 1950.

A partir desse momento, a 2ª SR/IPHAN assumiu a coordenação desse bem cultural que oficialmente passou a fazer parte do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, segundo Decreto-Lei No. 25, de 30 de novembro de 1937, em seu Art. 1º “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico” (Telles, 1992:109-110).

O Estado do Amapá tem, segundo o artigo 22 de tal Decreto-Lei, o direito de preferência de administração e utilização sócio-cultural do bem após a União (Governo Federal). A 2ª SR/IPHAN é o órgão competente para proceder à vigilância do bem, podendo embargar as interferências no monumento que julgar, após análise técnica, causar prejuízos físicos e/ou histórico-cultural. Ainda, no Art.23 do Dec.25/37, é apontada a necessidade de criação de uma legislação estadual específica para o Patrimônio Cultural, visando a uma atuação em sintonia da União com o Estado. Tal legislação estadual complementar sobre o tema, ainda não foi desenvolvida pelo Estado do Amapá, não só para a F.S.J.M., mas para tombamentos e proteção das referências culturais materiais e imateriais da região.

O crescente número de bens culturais tombados pelo IPHAN, o oneroso custo da manutenção e as atuais tendências teórico-metodológicas na área de preservação e conservação do

Patrimônio Cultural, são alguns aspectos que apontam a necessidade da participação de todo o conjunto da sociedade nesse processo. Essa é uma forma de apropriação efetiva dos bens culturais. Dado comentado no primeiro capítulo. Ainda, a Constituição de 1988, em seu Art. 216, que define o Patrimônio Cultural Brasileiro, em seu inciso 1º, chama a sociedade para engajar-se em tal “missão”: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”(Telles, 1992:108).

O tombamento da F.S.J.M. não levou em consideração o entorno do monumento, considerando “apenas a existência dos remanescentes mais concretos da fortificação – o recinto, delimitado pelas cortinas e baluartes”(Castro,1997/98:1). As obras externas não foram incluídas no processo, fato que possibilitou a ocupação desordenada do entorno do monumento: espaços de abrangência do projeto original de Gallúcio.

No início da década de 90, o Governo Estadual promulgou uma Portaria, dispondo sobre a proteção da área do entorno da Fortaleza. Ainda, a 2ª Superintendência Regional - SR/IPHAN e o Departamento de Proteção – DEPROT / IPHAN elaboraram uma nova proposta de “reratificação” da área de tombamento, que encontra-se em estudo.

Delimitação da área do entorno da Fortaleza em estudo pelo IPHAN:

“A área de tombamento do Forte de São José de Macapá passará a ser aquela delimitada pela poligonal que tem o ponto inicial (P1) na interseção da linha das margens do rio Amazonas com o prolongamento do eixo da Avenida Mendonça Júnior, seguindo por este até encontrar o eixo da Avenida Cândido Mendes (P2), onde inflecte 90° na direção Sul, seguindo o eixo da Avenida Cândido Mendes até a interseção desta com o prolongamento do eixo da Avenida Antônio Coelho de Carvalho (P3), onde faz um ângulo de 90° na direção oeste, seguindo até encontrar a linha de prolongamento da estrada do Mercado Público Municipal (P4), onde



volta a girar 90° na direção Sul, prosseguindo até encontrar o eixo da Av. Henrique Gallúcio (P5). Neste ponto inflecte 90° no sentido leste, seguindo até encontrar o eixo da Av. Cândido Mendes (P6), onde gira 90° , tornando a seguir no sentido Sul até a interseção do prolongamento do eixo desta avenida com as margens do rio Amazonas (P7), de onde segue pelo contorno das margens até encontrar o ponto inicial desta descrição (P1)” (Castro,1997/8).

Então, paulatinamente, estão sendo “resgatados” os elementos externos da Fortaleza, os quais estão sendo investigados, através de escavações arqueológicas e pesquisas históricas. Também está sendo desenvolvido um projeto de urbanização da área externa. O próximo passo, sugerido por este projeto, é sua documentação museológica e exposição de toda a praça fortificada - “Museu Aberto”. Detalhes no capítulo 3.

Apesar da complementação do acautelamento do monumento estar sendo proposta, a área já é acautelada legalmente , pois como aponta Magalhães, o tombamento da F.S.J.M. “... implicou em que, não só a estrutura principal: a Praça Central, os Baluartes, as Casamatas, etc; deveriam ser preservadas, assim como as estruturas externas como o Revelim, as Estradas Cobertas, etc....é também da década de 50, a lei que garante à União a posse do subsolo; ou seja, minérios...e também os sítios arqueológicos”. Tais sítios também são amparados pela Lei no. 3924 de 26.7.61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. O próprio Decreto-Lei 25/37 dispõe sobre o entorno do monumento.



4.2. Algumas considerações sobre a arquitetura da F.S.J.M.

Segundo Alcântara, “A compreensão da F.S.J.M. exige, em primeiro lugar, o entendimento do significado de uma fortificação, seu papel no sistema militar de uma época e o próprio conceito de guerra que orientava as ações militares”(1979:1). Assim, os conflitos entre nações ou populações associados ao progresso da engenharia bélica e o melhor preparo das tropas invasoras são os principais subsídios para a evolução da arquitetura militar das fortificações.

A arquitetura da F.S.J.M. é articulada para a “guerra de posição”: suporta o cerco (assédio) do inimigo, defendendo e abrigando os defensores por um máximo de tempo (provisões). Prevalece, especialmente, o aspecto defensivo. Contudo, além de defender, este tipo de fortificação “servia como base para reabastecimento de um exército aliado; de refúgio para a tropa derrotada em batalha; era ponto de ataque ao inimigo invasor, cortando-lhe a penetração nas fronteiras”(Alcântara, 1979:6). Protegia tanto os espaços urbanos como vias terrestres ou viárias importantes.

Os baluartes (polígonos com prolongamentos nos vértices) foram articulados para “cruzar fogo” sobre as tropas invasoras.

O núcleo central mais baixo – enterrado – possibilitava seu cerco com obras complementares, em especial, as grandes muralhas, protegendo da invasão de tropas inimigas.

Na parte externa uma grande barreira defensiva era formada pelos fossos seco e aquático, reparo, esplanada, revelins e baterias baixas.

Tais características estratégicas e táticas foram marcantes no séc. XVII

“ do ponto de vista militar, como resposta adequada aos objetivos, aos equipamentos e à capacidade logística de seus protagonistas”



Então, o partido arquitetônico da F.S.J.M. é baseado no sistema militar de guerra já ressaltado.

Os princípios arquitetônicos são influenciados por Sebastien Le Preste de Vauban – Marquês de Vauban. Foi o principal engenheiro militar da Luís XIV da França. É tida como seu 8º modelo.

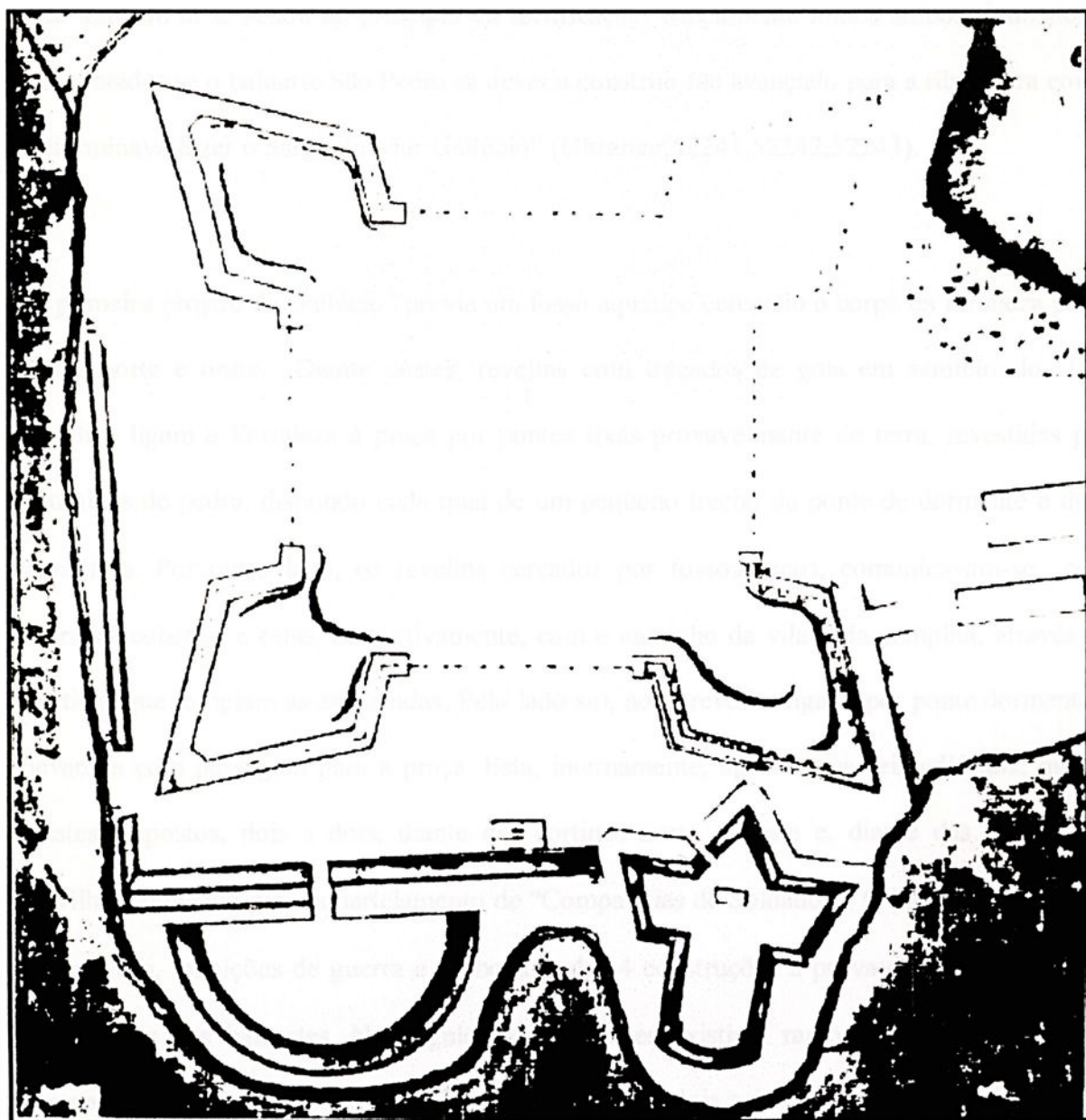
O Tratado “Obra Moderna e de Grande utilidade para os Engenheiros e mais officiaes militares: tirada dos mais célebre authores e dos diários das últimas guerras da Europa” de **Manuel** de Azevedo Fortes, foi fundamental para adequar o projeto da F.S.J.M. do engenheiro Gallúcio às peculiaridades geográficas de Macapá. Entretanto, já no séc. XVIII, na Europa, a utilização deste tipo de fortificação como principal engenho de guerra é relativo devido, especialmente, à sofisticação das armas de fogo e ao preparo estratégico das tropas assediadoras. Contudo, os países da região Ibérica mantiveram tal elemento militar devido à topografia de seus terrenos.

O local escolhido para construção da F.S.J.M. foi o terreno atrás do forte de faxina projetado pelo engenheiro Gronfelds. O terreno era misto: parte alagadiça e parte sólida. Gallúcio “adotou, basicamente, a idéia original de Manuel Luiz Alves: um quadrado com 4 baluartes pentagonais nos vértices. Deu ao projeto, no entanto, outro porte concebendo-o, não como obra de faxina, mas com muralha de alvenaria de pedra, arrematada por cantaria nos ângulos salientes” (Alcântara, 1979:18). Alcântara aponta uma notícia de 1764 em que foi aprovado o projeto da fortaleza pela Comissão Demarcadora ou de Limites. Seus principais membros foram os engenheiros Gaspar João Geraldo Gronfelds (Gronfields), Henrique Antônio Galluzzi (Gallúcio), Henrique João Wilkens, Domingos Sambucetti (Sambucete), Antônio José Landi e os astrônomos João Brunelli e Miguel Antônio Ciero (1979:20).



Detalhe do Fortim projetado pelo engenheiro Gronfelds e o início da construção da F.S.J.M.

Fonte: Alcântara, 1979



O engenheiro Gronfelds, ao assumir a direção das obras da Fortaleza, após a morte de Gallúcio, aponta que tal projeto foi criação exclusiva de Gallúcio. “ ... todo o projeto daquela fortaleza e mais obras exteriores foi feita pelo Sargento Mor Gallúcio, já defunto; e que eu nunca fui consultado em coisa alguma que respeitasse esta obra, nem o ajudante Sabucetti que também lá se achou no princípio da fortificação. Unicamente fomos ambos chamados e perguntados se o baluarte São Pedro se deveria construir tão avançado para a ribanceira como determinava fazer o Sargento Mor Gallúcio” (Ultramar, 52241, 52242, 52243).

O primeiro projeto de Gallúcio “previa um fosso aquático cercando o corpo da fortaleza pelos lados norte e oeste. Diante destes, revelins com traçados de gola em semicírculo. Tais revelins ligam a Fortaleza à praça por pontes fixas provavelmente de terra, revestidas por muralhas de pedra, dispondo cada qual de um pequeno trecho de ponte de dormente e duas levadiças. Por outro lado, os revelins cercados por fossos secos, comunicavam-se com estradas cobertas e estas, respectivamente, com o caminho da vila e da campina, através de sortidas que rompiam as esplanadas. Pelo lado sul, novo revelim ligado por ponte dormente e levadiça com passagem para a praça. Esta, internamente, apresentava seis edifícios: quatro destes dispostos, dois a dois, diante das cortinas norte e oeste e, diante das outras, um pavilhão alongado para aquartelamento de “Companhias de Soldados”. O hospital. Armazéns de pólvora, munições de guerra e de boca, todas 4 construções à prova de bomba, ficavam localizadas nos baluartes. No ângulo interno destes existiam rampas que conduziam aos terraplenos. Do lado leste, fosso e baterias baixas. Os dois principais revelins, para além do fosso aquático, são envolvidos por fossos secos e caminhos cobertos, com praças de armas nos ângulos avançados. Para adiante, as respectivas esplanadas” (Alcântara, 1979:21).



O projeto da F.S.J.M. foi iniciado com esta planta. “A 29 de junho deste mesmo ano (1764) é lançada a primeira pedra do baluarte de São Pedro, depois dos trabalhos preliminares de demarcação da Fortaleza” (Alcântara, 1979:21).

Entretanto, ao iniciar as obras, algumas dificuldades ficaram aparentes: as peculiaridades do terreno (pantanosos), o excesso de água do rio Amazonas na área e as dificuldades de materiais e mão-de-obra. Tais mecanismos acompanharam todas as etapas da obra da Fortaleza e ampliaram seu custo.

Então, Gallúcio, no ano seguinte, por determinação do Governador Athayde Teive, implementa algumas modificações no projeto original. Esse segundo projeto é o que foi implantado efetivamente:

“Internamente, o núcleo (Praça Principal), tem a configuração de um quadrado com quatro baluartes pentagonais nos vértices, o que permitiria o cruzamento de fogo sobre o inimigo, influência da engenharia francesa do século XVII, com bases defensivas da guerra de posição expressada no 8º modelo do construtor Sebastián de Le Preste – Marquês de Vauban-exemplo destacado da obra de Manuel Azevedo Fortes. No interior do quadrado se encontra uma praça rebaixada com um esgotadouro de águas fluviais no centro. Nas laterais, oito prédios destinados ao aquartelamento dispostos dois a dois. Limitam esta área rasa, a conformação de terraplenos elevados que interligam na mesma altura os baluartes, e sob os terraplenos sul e leste, existem, respectivamente, dois conjuntos de casamatas, com doze unidades cada. Externamente, de imediato, temos o fosso seco, que no projeto original contornava toda a Praça Principal, porém, hoje restando apenas na parte sul e a oeste. Ao sul, do fosso seco, ainda é perceptível vestígios da rampa de acesso ao Redente, hoje desaparecido. A oeste, além do fosso seco passar em frente do portão principal, temos o Revelim, também contornado por este fosso. O Revelim ligava-se à Esplanada por passarela de madeira e ao portão principal, através de uma ponte de madeira fixa, com parte dela

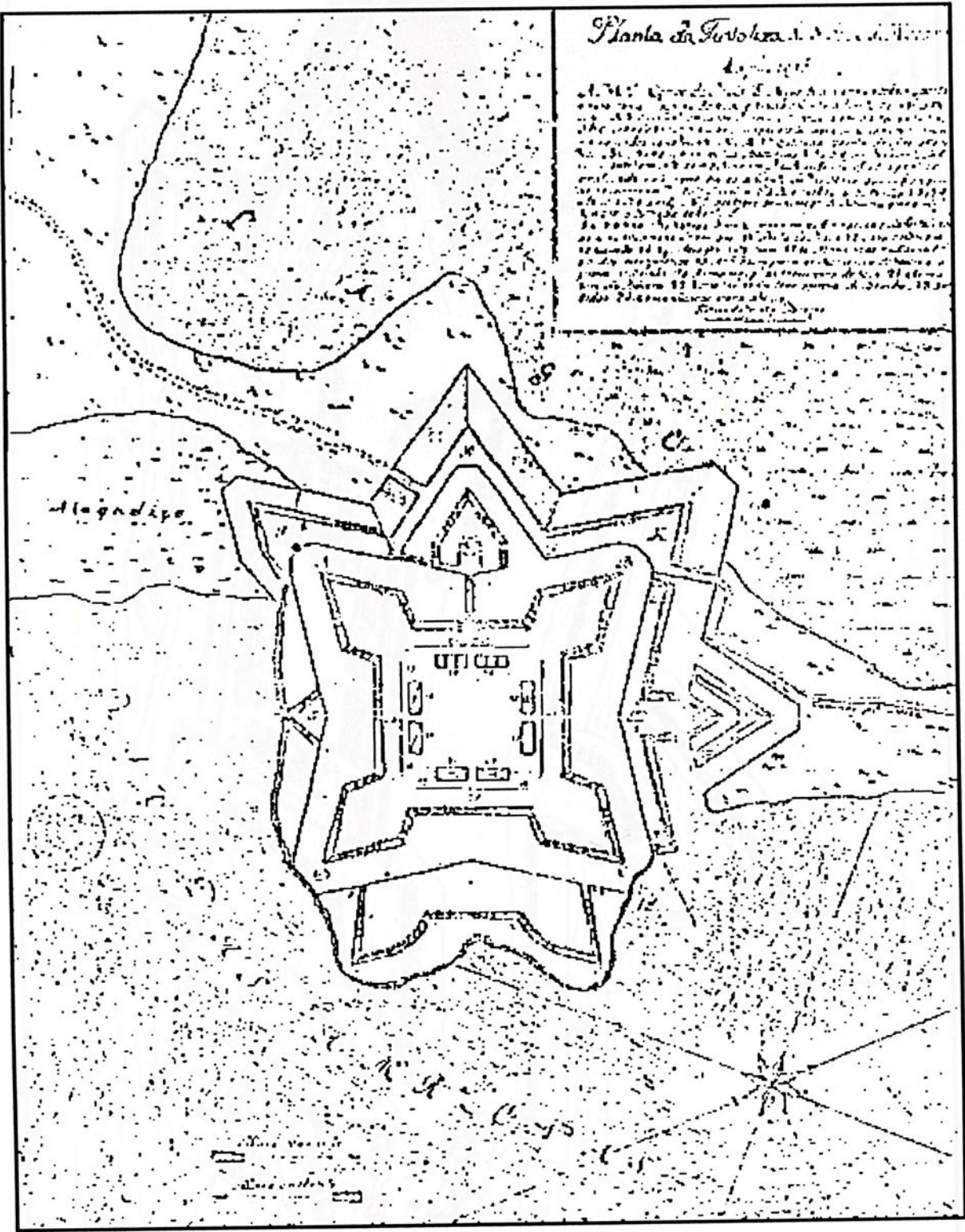


elevadiça, acessórios estes, desaparecidos. Ao norte, no projeto original, além do fosso seco, existiria outro Revelim acompanhado na sua frente de um fosso hídrico; elementos que também sofreram desaparecimento. A leste, além do fosso seco, existiria duas baterias baixas que com o tempo também desapareceram da leitura aparente”(Araújo,1998:2).

“Seu sistema construtivo constitui-se basicamente de alvenaria mista, pedra e tijolos, argamassados com barro e cal”(Braide e Oliveira, 1998:1), com cobertura de telhas de barro.

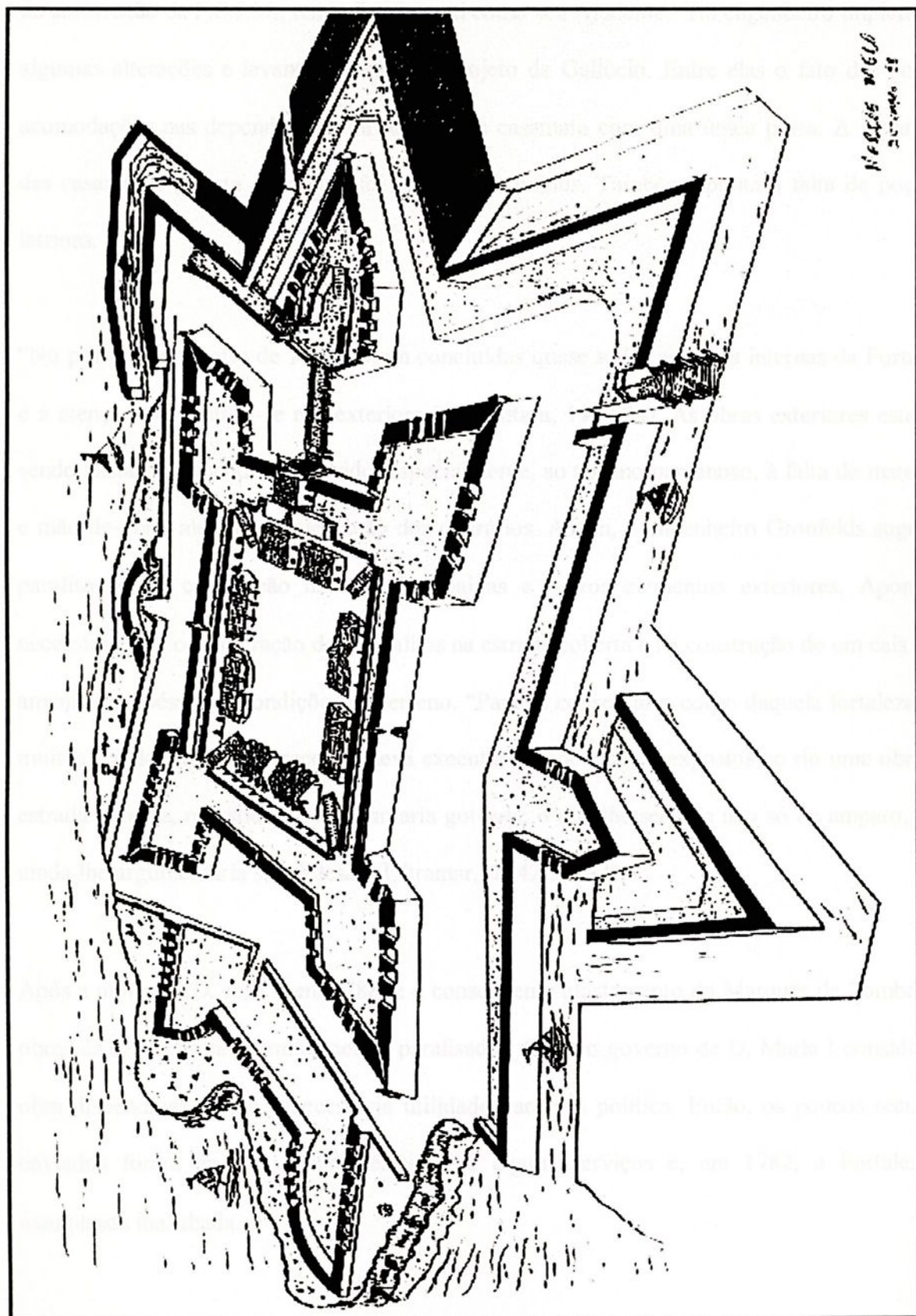
Planta do 2º projeto da F.S.J.M. (projeto implantado)

Fonte: Alcântara, 1979



Projeção do 2º projeto do engenheiro Gallúcio (completo).

Fonte: Marcos Melo

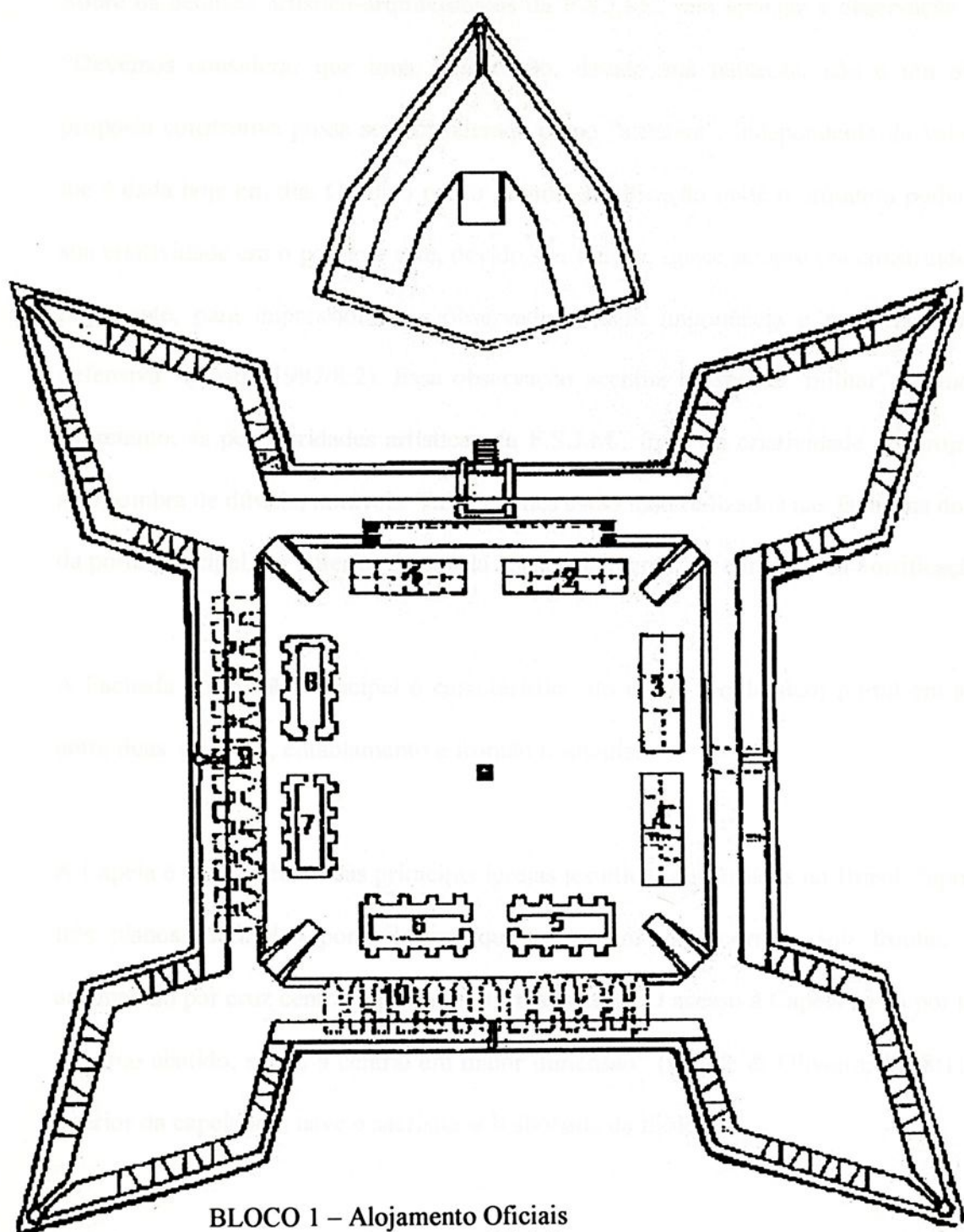


Após a morte de Gallúcio (1769), o engenheiro Henrique João Wilkens assume, provisoriamente, a direção das obras. Entretanto, logo Gronfelds é empossado no comando da construção da F.S.J.M., tendo Sambucetti como seu Ajudante. Tal engenheiro implementa algumas alterações e levanta críticas ao projeto de Gallúcio. Entre elas o fato das poucas acomodações nas dependências da fortaleza e casamata com uma única porta. A separação das casamatas (porta e janela) foi obra de Gronfelds. Também aponta a falta de poços e latrinas.

“No primeiro semestre de 1771, foram concluídas quase todas as obras internas da Fortaleza e a atenção concentrou-se nas exteriores”(Alcântara, 1979:24). As obras exteriores estavam sendo bastante dispendiosas devido, especialmente, ao terreno pantanoso, à falta de materiais e mão-de-obra, além da alimentação dos operários. Assim, o engenheiro Gronfelds sugere a paralisação da construção das baterias baixas e outros elementos exteriores. Aponta a necessidade de concentração dos trabalhos na estrada coberta e na construção de um cais para amenizar as péssimas condições do terreno. “Para se conservar o corpo daquela fortaleza por muitos séculos, sou do parecer se deva executar nos dois lados expostos ao rio uma obra ou estrada coberta, revestida de boa cantaria goteada; o que lhe serviria não só de amparo, mas ainda lhe argumentaria sua defesa” (Ultramar,52242,52243).

Após a morte de D. José I, em 1788, e o consequente afastamento do Marquês de Pombal, as obras da fortaleza são, praticamente, paralisadas. O novo governo de D. Maria I considera a obra dispendiosa e sem a necessária utilidade para sua política. Então, os poucos recursos enviados foram aplicados para término de alguns serviços e, em 1782, a Fortaleza é inaugurada inacabada.

Usos originais das dependências internas da Fortaleza



- BLOCO 1 – Alojamento Oficiais
- BLOCO 2 – Alojamento Oficiais
- BLOCO 3 – Capela
- BLOCO 4 – Casa do Comandante
- BLOCO 5 – Armazém de Munição de Guerra
- BLOCO 6 – Armazém de Munição de Boca
- BLOCO 7 – Armazém de Munição de Pólvora – Paiol
- BLOCO 8 – Hospital ou Enfermaria
- CASAMATA SUL 9 – Alojamento da Tropa
- CASAMATA LESTE 10 – Alojamento da Tropa

Considerações sobre os detalhes artísticos da F.S.J.M.

Sobre os detalhes artístico-arquitetônicos da F.S.J.M., vale apontar a observação de Castro “Devemos considerar que uma fortificação, devido sua natureza, não é um objeto cuja proposta construtiva possa ser considerada como “artística”, independente da valoração que lhe é dada hoje em dia. O único ponto de uma fortificação onde o arquiteto podia expressar sua criatividade era o portão e este, devido sua função, quase sempre era construído de forma imponente, para impressionar os observadores com imponência e resistência da posição defensiva” (Castro,1997/8:2). Essa observação acentua o aspecto “militar” do monumento. Entretanto, as peculiaridades artísticas da F.S.J.M., fruto da criatividade do projetista, são, sem sombra de dúvida, notáveis. Tais detalhes estão materializados nas fachadas dos blocos e da porta principal, no interior da capela e, especialmente, no conjunto da Fortificação.

A Fachada do Portão Principal é característico do estilo neoclássico: portal em arco pleno entre duas pilastras, entablamento e frontão triangular.

A Capela é de influência das primeiras igrejas jesuíticas construídas no Brasil: “apresentando três planos, definidos por pilastras que sustentam uma cornija, sob frontão triangular arrematado por cruz central e pequenas torres laterais. O acesso à Capela se dá por três portas em arco abatido, sendo a central em maior dimensão” (Braide & Oliveira, 1998:1) Ainda, o interior da capela tem nave e sacristia sob abóbada de tijolo.

A fachada dos blocos restantes seguem o mesmo estilo da capela, sempre simétricos. Na casa do comandante há ainda um óculo sob a porta de entrada.



Os armazéns ou paióis são, nitidamente, de influência de Vauban: cobertura com elevada inclinação sobre abóbada de berço, apoiada nas paredes e contrafortes. O armazém de pólvora é isolado por um muro.

Na entrada principal, localizam-se dois compartimentos destinados ao corpo da guarda, sob estes a Casa do Órgão. O órgão é um portão de ferro suspenso, localizado após a porta principal, que protegia o acesso à fortificação.

No interior da Fortificação estão articulados oito (8) blocos e duas(2) casamatas para abrigarem a guarnição e a população da antiga Vila de São José de Macapá, em caso de invasão inimiga.

Segundo documento de 1772, do Governador e Capitão-General da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, os blocos centrais estão assim distribuídos:

Dois quartéis para oficiais (1-2), capela (3) e casa do comandante (4).

4 armazéns: munição de guerra (5), munição de boca (6), de pólvora (7) e hospital (8).
(Ultramar, 52.223/52.230).

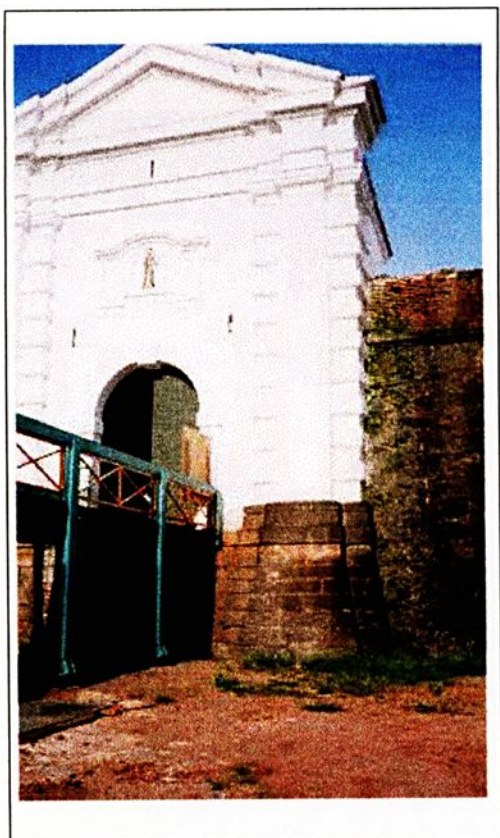
Os baluartes receberam os seguintes nomes: N.S. Madre de Deus, São José, São Pedro e N.S. Conceição.

As casamatas estão embaixo dos terraplenos Sul e Leste. Foram articuladas para abrigarem a população e os soldados, em caso de guerra. São duas casamatas, cada uma compostas de doze compartimentos, alternando fogões com abertura para chaminés.

A casamata sul tem “buracos” no piso, alternados, que poderiam ser utilizadas como latrina ou poço.



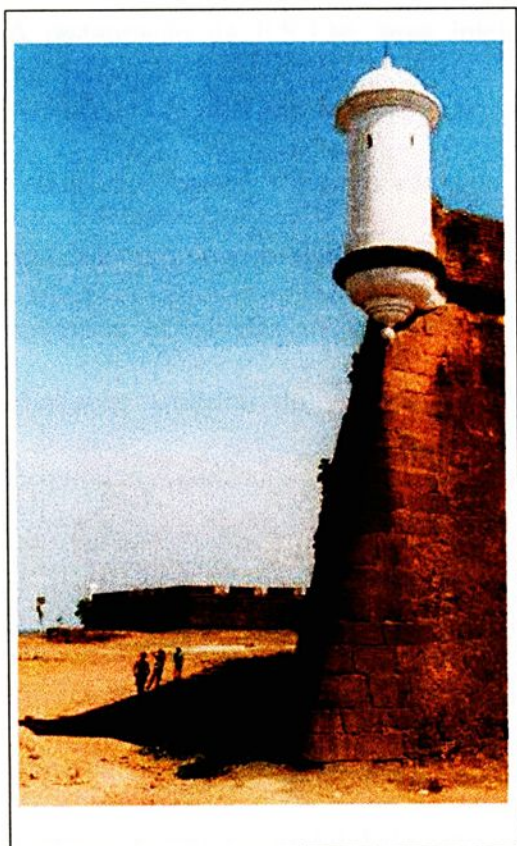
Detalhe da Fachada da F.S.J.M.



Detalhe dos Blocos centrais



Detalhe da Guarita (foto P. Uchôa)



Detalhe da simetria do Bloco 2



Algumas considerações sobre a restauração

A restauração da F.S.J.M. teve início em julho de 1997. O projeto da DPJ Arquitetos Associados (1989) foi adaptado após análise de especialistas do IPHAN e do Governo do Estado do Amapá. Foram revistos alguns tratamentos dos elementos arquitetônicos e realizado um novo projeto de ocupação para as dependências da Fortaleza. As instituições e empresas envolvidas na restauração foram: Superintendência Regional - 2ª SR/IPHAN, Fundação Cultural do Amapá - FUNDECAP, Secretaria de Infra-Estrutura-SEINF, DPJ Arquitetos Associados e Construtora Vale Queiroz.

A restauração tem sido um processo “laboratorial” e conta com a participação de uma equipe multidisciplinar. As arquitetas restauradoras Braide e Oliveira definiram, desta forma, a sua filosofia de trabalho: “A conservação e restauração do monumento visa salvaguardar e garantir a maior durabilidade da matéria, e a melhor transmissão de informações às investigações e gerações futuras, na plenitude de sua autenticidade artística e histórica” (Braide & Oliveira, 1998:2).

Vale, no entanto, apontar algumas questões controvertidas abordadas no decorrer da restauração.

A questão principal foi com respeito à reconstrução, ou não, das pontes entre a Praça principal e o Revelim, e entre o Revelim e a Estrada coberta.

Pelas pesquisas iniciais sobre as pontes originais da F.S.J.M. não foi possível detectar se tinham sido ou não construídas. A dúvida foi sanada com as prospecções e escavações arqueológicas dirigidas pelo arqueólogo Marcos Pereira Magalhães e equipe. As pesquisas históricas reafirmaram tais dados. Nas escavações foram encontradas as sapatas da ponte original, que serão expostas no Projeto “Museu Aberto”. Tais elementos já tinham sido

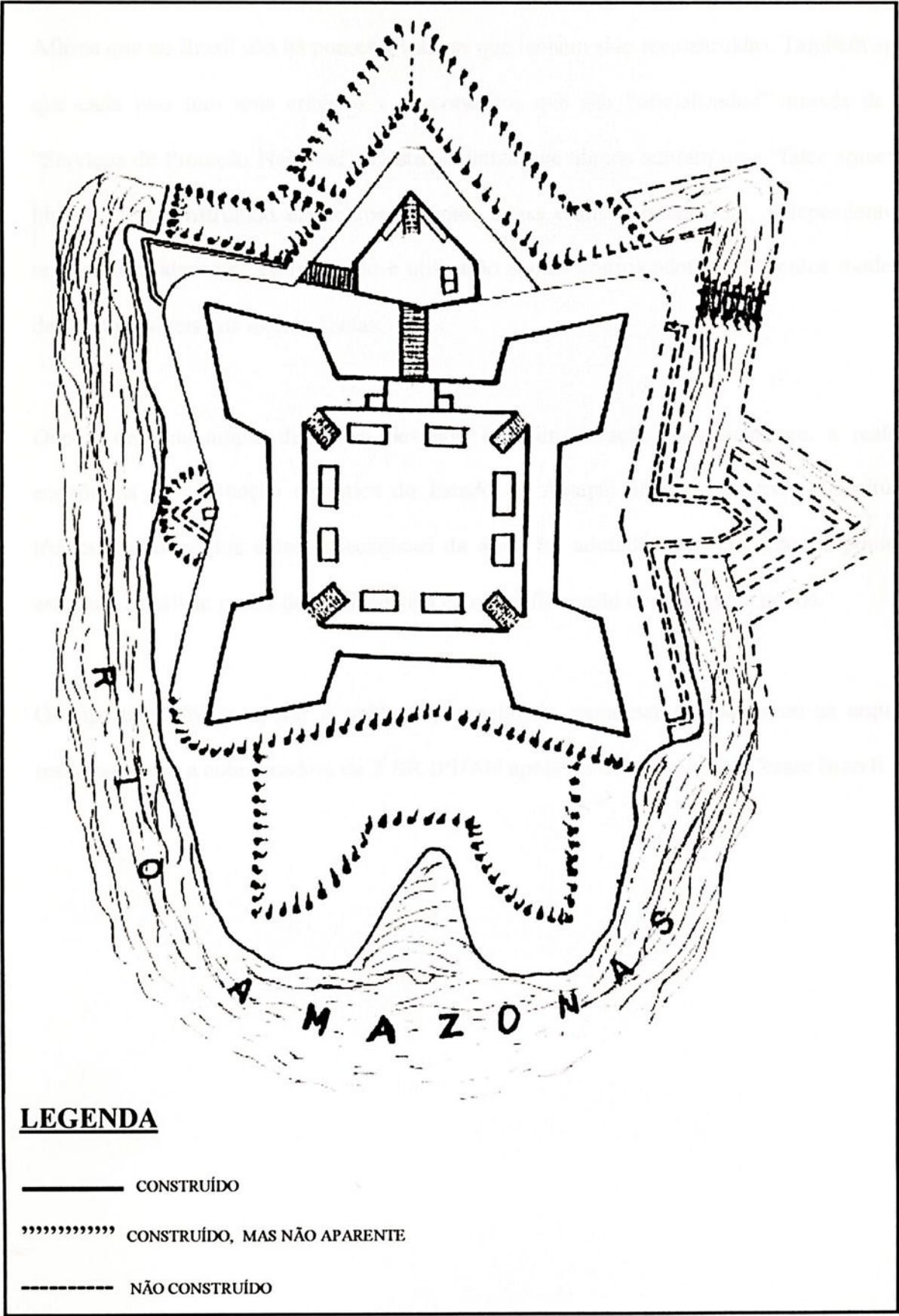


apontados nas pesquisa do casal Dora e Pedro de Alcântara, em 1979. Magalhães afirma que “...é de 1789 o primeiro relatório no qual se solicita a reconstrução da ponte entre o Revelim e a Praça Principal. Apenas 7 anos depois de inauguração da Fortaleza, em 1782, as madeiras já se encontravam em decomposição e as ferragens em avançado estado de deterioração” (1998:1). Com os anos, as pontes deixaram de ser prioritárias, pois o monumento não seria mais utilizado como praça-de-guerra: ataque e defesa.

Entretanto, tendo em vista a necessidade da leitura de todo o conjunto arquitetônico da F.S.J.M., as equipes envolvidas nos projetos de restauração e reutilização social do Monumento optaram pela reconstrução das pontes.

Detalhes arquitetônicos construídos e não construídos

Fonte: F.S.J.M.



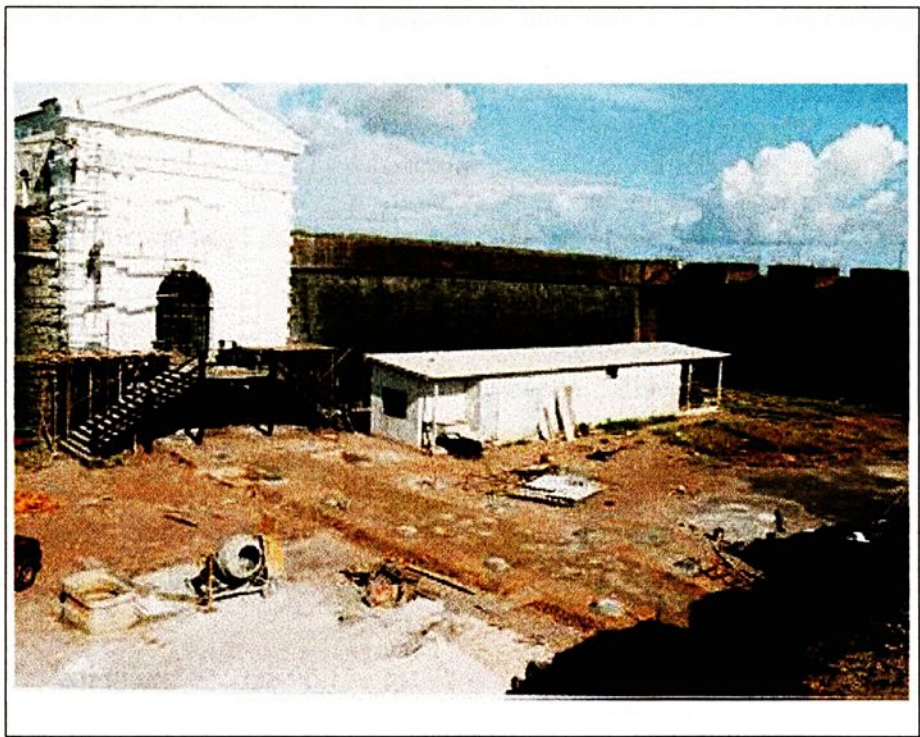
Logo outra questão surgiu: construir uma ponte de madeira semelhante à original ou utilizar materiais modernos que, entre outros aspectos, possibilitasse uma melhor durabilidade. Neste aspecto, foi fundamental a pesquisa do historiador Adler B. H. F. Castro do IPHAN/RJ. Afirmar que no Brasil não há pontes levadiças que tenham sido reconstruídas. Também aponta que cada país tem seus critérios e preconceitos que são “oficializados” através de seus “Serviços de Proteção Nacional”. Castro enfatiza que alguns adotam uma “falsa apreciação histórica”, reconstruindo elementos ausentes como eram originalmente, independente das novas necessidades de conservação e utilização social. Outros adotam elementos modernos, deixando visíveis tais interferências.

Depois de uma ampla discussão, levando em consideração, especialmente, a realidade econômica e a situação climática do Estado do Amapá, além de critérios conceituais e técnicos consagrados entre especialistas da área, foi adotada a construção de pontes de estrutura metálica: maior durabilidade e a clara configuração de elementos novos.

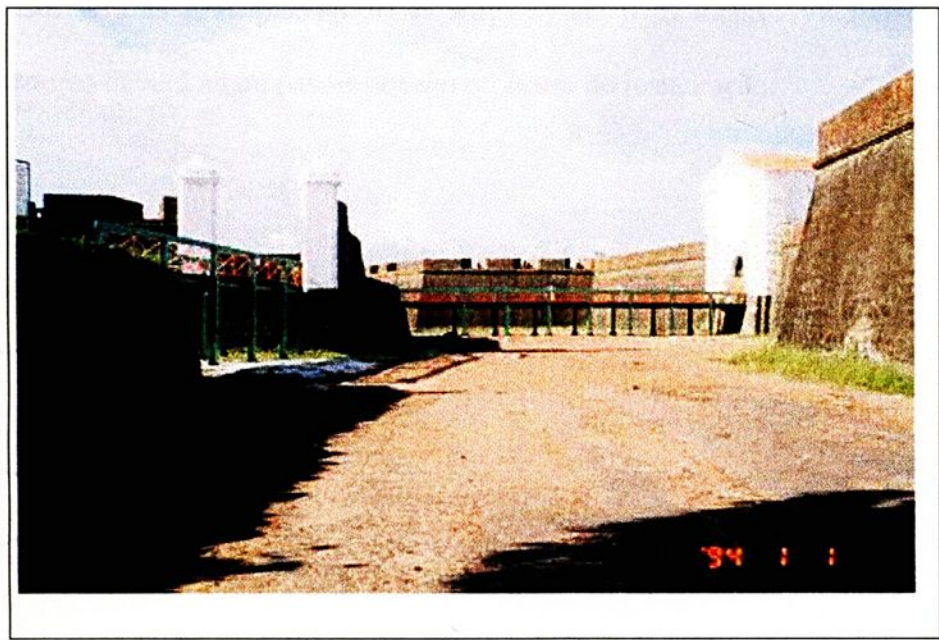
O importante foi recuperar a unidade potencial do monumento, apontaram as arquitetas restauradoras e a coordenadora da 2ª SR/IPHAN apoiadas no conceito de Césaire Brandi.



As pontes da FSJM em construção



FSJM com as pontes



O entelhamento dos armazéns ou paióis à prova de bomba foi outro dado controvertido no processo de restauração. A população amapaense estava acostumada a apreciar tais blocos sem telhas, em concreto (vide pinturas sobre o forte). Entretanto, as pesquisas apontam que no passado os blocos eram cobertos por telhas, tal solução, reversível, seria melhor também para a conservação dos blocos e seu uso sócio-cultural.

As casamatas foram outra problemática, diversas discussões e avaliações técnicas especializadas foram realizadas para detectar possibilidades das celas abrigarem departamentos técnico-científicos e administrativos. Após longos debates, a equipe técnica optou por implementar algumas interferências físicas na F.S.J.M. para viabilizar o projeto museológico. Entretanto, os técnicos em restauração frisaram a necessidade de tempo para avaliação das interferências nas casamatas, já que é um trabalho “laboratorial”. Tais mecanismos foram apontados, especialmente, pela engenheira Sílvia N. de Oliveira do IPHAN-RJ.

Estas são as principais questões surgidas até o momento. Vale ressaltar que toda a área externa deverá ainda passar por um processo de restauração.



Restauração do Fortaleza de São José de Macapá

A Praça e os Blocos Centrais



Detalhe da Praça e dos Blocos Centrais



Detalhe da entrada da Casamata



Detalhe da Casamata



Alguns termos técnicos

Os termos técnicos de fortificações são de:

Albuquerque, Caetano M.de F.e. Dicionário técnico militar de terra.

Lisboa, Typographia do anuário comercial, 1911.

Foram extraídos de Castro, 1997/8

1: RECINTO: Área cingida ou espaço murado.

2 :CORTINA: Trecho reto da muralha que liga dois baluartes.

3: BALUARTE: Obra fortificada com a forma aproximada de um paralelogramo, saliente ao desenho principal da fortificação e formada de duas faces e dois flancos, sendo estes ligados as cortinas.

4: PRAÇA-DE-GUERRA: Cidade murada. Segundo os relatórios do Ministério da Guerra do Império, Macapá era a única praça-de-guerra do território nacional.

5: FORTALEZA: Obra fortificada composta de um recinto principal complementado por diversas outras obras externas.

6: OBRAS EXTERNAS: Trabalho de fortificação complementar ao de uma fortaleza, situando-se fora do recinto principal.

7: REDENTE: Obra de fortificação composta por duas faces formando um ângulo de 60 .

8: ESPLANADA: Espaço descoberto para a frente de uma praça-de-guerra. Aqui usamos este termo com o sentido de aterro que se faz a partir da contra-escarpa, indo em ângulo até terminar no nível do chão.

9: CONTRA-ESCARPA: Talude do fosso que olha para a praça e não exposto aos tiros da artilharia.

10: ÁREA DE INFLUÊNCIA OU ÁREA DE COMANDAMENTO: Espaço sujeito, mais diretamente , ao fogo de uma posição.

11: FACHINA: (antigamente se usava a grafia faxina), no sentido militar da palavra, são ramos finos e desfolhados de árvores, que são entrelaçados, para formar cercas de contenção



em trabalhos de terra, cestões ou ainda feixes de madeiras para servir como aterro temporário. Um fortim de faxina poderia ser feito de várias formas: barricadas de feixes de faxina amontoados, trincheiras cujas paredes eram formadas por cestos de faxina (gabiões), cheios de terra e empilhados uns sobre os outros,ou ainda construções mais importantes e permanentes, de terra solta , cuja forma era mantida por esteiras de faxina.Cremos que o caso do forte de Macapá seja este último.

4.3. Necessidades e sugestões sócio-culturais para a FSJM: 2ª SR/IPHAN e Governo Estadual.

No dia 27 de agosto de 1997 foi realizada uma reunião na Fortaleza de São José de Macapá, com a participação de representantes das seguintes instituições e empresas: Fundação Estadual de Cultura – FUNDECAP, 2ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 2ª SR/IPHAN, DPJ Arquitetos Associados, Secretaria de infra-estrutura - SEINF, Construtora Vale Queiroz, além da Engenheira Sílvia Pulcione – IPHAN/RJ – especialista em restauração de monumentos históricos – e do museólogo João Batista G. Oliveira- pesquisador UNESP/FAPESP convidado pela FUNDECAP. Os temas abordados foram: revisão de algumas soluções restaurativas e discussão da proposta de utilização social da F.S.J.M., ambos os projetos desenvolvidos pela DPJ. O projeto de restauração estava defasado em alguns pontos e o de utilização social não respondia às necessidades sócio-culturais do Governo do Estado e da 2ª SR/IPHAN. O encaminhamento de novas soluções no projeto de restauração foram, de imediato, acatados pela empresa projetista, a engenheira Sílvia teve papel fundamental em tais mecanismos. Restava a nova proposta de utilização sócio-cultural da Fortaleza. Neste sentido, fomos incumbidos de desenvolver tal proposta. Informamos que o projeto iria se encaminhar para a área museológica, já que estávamos desenvolvendo mestrado na área. Foram apresentadas as seguintes recomendações e sugestões:

- 1) O projeto deveria possibilitar captação de recursos junto à iniciativa privada;
- 2) A Coordenadora da 2ª SR/IPHAN sugeriu que tal proposta vislumbasse uma exposição de Arqueologia e Etnologia, Reservas Técnicas e Laboratórios de Restauração e Conservação, dado apontado devido ao grande número de objetos arqueológicos encontrados na região;



- 3) O Diretor-Presidente da FUNDECAP sugeriu as seguintes atividades para as dependências da Fortaleza: Museu de Arqueologia e Etnologia (exposição da arqueologia originária do Amapá, reserva técnica, laboratório de restauração e análise); exposição sobre a história da sociedade amapaense; exposição sobre a história da Fortaleza; exposições sobre as diversas manifestações culturais do Amapá; exposição sobre a história do Contestado; espaço para exposições de artes plásticas.
- 4) O Governo do Estado do Amapá desenvolve uma política pública de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental – PDSA, através da qual busca conciliar o desenvolvimento econômico, social e cultural dos diversos segmentos sociais amapaenses, com respeito aos limites do ecossistema. O projeto museológico deveria atentar para este mecanismo, em especial na articulação de sua política cultural. Maiores informações sobre o PDSA em Castro, 1998.
- 5) O projeto da DPJ Arquitetos Associados, que foi revisto, previa as seguintes atividades para as dependências da F.S.J.M.:
- Corpo da Guarda – exposição sobre informações gerais da F.S.J.M.
 - Bloco 1 – Lanchonete
 - Bloco 2 – Museu da Fortaleza. Em seguida sugerido um conjunto comercial com seis lojas e o museu transferido para casamata 1.
 - Bloco 3 – Capela e Museu de Arte Sacra
 - Bloco 4 – Administração
 - Bloco 5 e 6 – Auditórios
 - Bloco 7 – Ambiente da época
 - Bloco 8 - Múltiplos usos
 - Casamata 1 – Museu histórico
 - Casamata 2 – Reestudar o uso
- 6) O aspecto urbanístico também foi analisado, ou seja, a forma que a população local se apropria dos espaços da Cidade.

De posse de tais dados, conversamos com alguns técnicos que já trabalhavam no monumento, em especial o historiador Hermano Araújo e a pedagoga Socorro. Mais informações foram apontadas para um processo de utilização social da Fortaleza.

Assim, tivemos que realizar um estudo para estruturar as atividades e serviços apresentados, além de acrescentar outros mecanismos, visando viabilizar um modelo de projeto museológico para a F.S.J.M. Maiores detalhes no próximo capítulo.

O passo seguinte seria a realização de uma pesquisa social, buscando avaliar as atividades que a sociedade gostaria de presenciar no monumento, bem como as características dos grupos sociais amapaenses em seus vários aspectos: social, educativo, econômico e cultural. O primeiro item, de certa forma, estava representado pelas várias sugestões colhidas ao longo do desenvolvimento do projeto. O segundo, foi respondido, talvez não de forma satisfatória, mas possível, através de uma breve pesquisa de observação e da análise do “Livro de Presença” de visitantes da F.S.J.M.. O tempo e os recursos econômicos e humanos não possibilitaram a realização de uma ampla pesquisa social. Vale ressaltar que já frequentávamos o Estado há dois anos, apresentando cursos na área de museologia na Universidade Federal e Museus da Região. Através de tais mecanismos foi possível detectar algumas peculiaridades da população da região.

Outro aspecto relevante era o fato do monumento ser tombado pelo IPHAN, característica que impossibilita interferências físicas equivocadas e exige responsabilidade em sua utilização social, tendo em vista, especialmente, as peculiaridades arquitetônicas e a necessidade de manter a F.S.J.M. para o futuro, pois o monumento em si é um documento, uma obra de arte, um bem cultural.



Vale apontar que a ocupação das dependências da Fortaleza com atividades/serviços é apenas um aspecto do trabalho, apesar de ser compreendido, pela maioria dos técnicos e dirigentes envolvidos no mesmo, como o elemento principal. Explicamos tais mecanismos em palestras, entretanto, observamos que foi pouco compreendido. Assim, durante o desenvolvimento do projeto, em reunião com técnicos da 2ª SR/IPHAN, FUNDECAP, DPJ, Vale Queiroz e SEINF, deslocávamos algumas atividades de um bloco para outro, éramos, algumas vezes, criticados.

Entretanto, tal trabalho tem, em seu aspecto metodológico, exatamente estas particularidades: trabalho multidisciplinar, democrático e respeitando as características arquitetônicas da Fortaleza. Por certo, tais mudanças não podiam inviabilizar a proposta maior de funcionamento de uma grande instituição museológica nas dependências da F.S.J.M.

A grande dificuldade no aspecto da distribuição dos espaços físicos/arquitetônicos foi o fato de planejarmos algo incerto, ou seja, a obra de restauração estava em curso e os resultados imprevisíveis, dado característico deste tipo de trabalho, além de ser uma experiência única no Brasil.

De posse das informações citadas, a grande responsabilidade seria desenvolver um projeto museológico com embasamento teórico e aplicável à realidade (prática) local.

Quando convidados para desenvolver tal trabalho, já realizávamos pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPES –, uma dissertação de mestrado e, como primeira etapa do trabalho, articulamos uma sistematização de conhecimentos na área museológica. A adequação destes conceitos ao universo prático, ora apresentado, foi o grande desafio.



5. Capítulo III - Modelo de instituição museológica para a F.S.J.M.: sede um Complexo Museológico para o Estado do Amapá.

5.1. Algumas considerações sobre o Complexo Museológico.

O Complexo Museológico será formado por uma Sede – F.S.J.M. - e vários “Núcleos Regionais de Culturas” distribuídos pelas regiões do Amapá. Poderá ser “oficializado” ou “institucionalizado” como uma Fundação ou como um Departamento da Fundação Cultural do Estado do Amapá – FUNDECAP.

O Complexo Museológico atuará, se implantado, através das novas formas de musealização “ativa”, com preocupações sociais, patrimoniais e ecológicas, mecanismos abordados especialmente no Congresso de Museologia de Grenoble-França-1971. Será essencialmente um canal de comunicação que articulará relações profundas entre cidadãos e cidadãs e suas referências culturais. Então, o patrimônio cultural ou as referências patrimoniais relevantes para os vários grupos sociais amapaenses serão a base de atuação de tal instituição. Bruno, citando Lucena, aponta “a expressão patrimônio cultural se aplica às coisas que cada grupo preserva, porque nelas estão a sua sobrevivência. A noção de patrimônio engloba: objetos, técnicas, espaços, edificações, crenças, rituais, instrumentos, costumes, explicitados no cotidiano das pessoas”(Bruno, 1996:43-44). Assim, os bens culturais materiais e imateriais serão valorizados e utilizados como mecanismos passíveis de desencadear mudanças sociais. Varine-Bohan aponta que os testemunhos do passado são “responsabilidade coletiva da população, traços de identidade de um território, instrumento de educação popular e da invenção criadora do futuro”(1987:43). A metodologia utilizada para trabalhar os bens culturais será a de salvaguarda – identificação, coleta, pesquisa, documentação, conservação - e comunicação museológica – exposição, educação, ação cultural e lazer.



Os diversos grupos sociais amapaenses serão agentes e usuários deste processo: utilizarão os espaços museológicos (Sede e Núcleos) como instrumentos de solidariedade e desenvolvimento global: científico, educacional, econômico, social e cultural. Assim, o Complexo Museológico deverá expressar os diversos segmentos sociais da região.

O território, que engloba uma comunidade de culturas pluralistas, será abordado como um elemento cultural da vida quotidiana da comunidade. Tal valorização terá como meta impedir o êxodo das populações regionais para os “guetos” dos grandes centros urbanos. Assim, para efetivação dessas experiências coletivas serão necessários espaços essencialmente comunitários. Estes espaços serão utilizados para discussões comunitárias e materialização dos resultados dos trabalhos programados coletivamente. Neste sentido, propusemos o Complexo Museológico – Sede e Núcleos.

O processo de conscientização do homem e do grupo social será pautado na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. “A intuição genial de Paulo Freire se verifica a cada dia quando as comunidades tomam em suas mãos seu destino e que o sistema estabelecido permite, voluntariamente ou não, a conscientização necessária que transforma cada um e todos em parceiros responsáveis pelo desenvolvimento... Mas é a cada sociedade que pertence o poder de inventar e de ajustar seus próprios instrumentos” (Varine-Bohan, 1987:23). Assim, as instituições museológicas projetadas (Sede e Núcleos) serão instrumentos sócio-culturais das diversas comunidades. Deverão alertar para os perigos das mudanças bruscas da sociedade atual – processo de globalização -, bem como a necessidade da solidariedade entre os indivíduos e o grupo social. Então, o processo de desenvolvimento comunitário deverá ser endógeno, autogerenciado. Entretanto, inicialmente, o Governo Estadual “despertará” a iniciativa comunitária, ou seja, criará uma infra-estrutura com departamentos técnico-científicos e comunicação cultural na Fortaleza de São José de Macapá para fomentar iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Varine-Bohan aponta que o desenvolvimento comunitário “é o conjunto de conceitos, atos e espaços, visando favorecer o avanço social, cultural, econômico e, em geral, humano de uma certa comunidade, por iniciativa de seus membros tratados, às vezes, individualmente, às vezes, coletivamente”(Varine-Bohan, 1987:29).

Os conceitos apontados para os Museus Regionais no Encontro do Conselho Internacional de Museus, no Rio de Janeiro, em 1995, são indicativos para o Complexo Museológico:

“1. Ações articuladas e provocativas que contribuam para o enriquecimento da cultura local:

- agentes catalisadores e difusores do conhecimento, cumprindo uma função sócio-educativa de base no desenvolvimento comunitário e na compreensão dos ecossistemas;
- espaços democráticos para as manifestações culturais, que reforcem a identidade local, tornando-se referências regionais;
- espaços referências de memória local a partir da pluralidade cultural, incentivando a preservação da identidade comunitária, levando à reflexão sobre a realidade sócio-cultural local, e criando ressonância em nível nacional;
- instrumento de fomento e de difusão do conhecimento científico e empírico da realidade cultural.

2. A dinamização museológica, baseada na recriação do patrimônio coletivo a partir de práticas que se caracterizam como:

- ações didático-pedagógicas voltadas para o ensino fundamental e médio, e funcionando como suporte prático-teórico para acadêmicos e pesquisadores;
- ações técnicas de preservação, manutenção e conservação do Patrimônio, promovendo o entendimento deste Patrimônio como conceito abrangente, estendido às relações sociais de interação do homem com a natureza;
- estímulo à pesquisa e ao levantamento da memória oral e à produção de materiais de suporte documental, educativo e promocional;

- revitalização da auto-estima do grupo social através da valorização da identidade coletiva e individual” (Documento Final ICOM,1995:14).

Cultural do Estado

Tais estratégias de ação museológica acompanham os conceitos do Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDSA - desenvolvido pelo Governo Estadual. No “I Encontro Internacional de Ecomuseus”, realizado no período da ECO-92/RJ, foi abordada a necessidade da contribuição efetiva das instituições museológicas para o desenvolvimento dos diversos segmentos sociais e a de preservação dos ecossistemas. Portanto, o modelo de instituição museológica articulado para o Estado do Amapá funcionará como um instrumento a serviço da população, um mecanismo para discussão e participação de toda população local no processo de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Também incentivará o turismo cultural no Estado.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDSA –, que está sendo implementado pelo Governo Estadual, procura conciliar o desenvolvimento econômico, social e cultural dos diversos segmentos sociais, com respeito aos limites ecológicos e ambientais. Castro aponta que “... o desenvolvimento não consiste apenas num acumular de bens materiais, mas é também, acima de tudo, um resgate dos valores morais e da espiritualidade humana, da identidade de um povo e de sua cultura” (1997:4). Ainda, na dimensão político-cultural “A valorização da diversidade e da criatividade culturais, o acesso de todos aos bens da cultura, a formação ética dos cidadãos e cidadãs, a incorporação de orientações valorativas que, de um lado, favorecem a solidariedade e a compreensão social e, de outro, engendram todo um conjunto de valores que reforçam o sentido de responsabilidade perante a natureza e o meio ambiente. Essas orientações não podem prescindir nem de uma formação para o pleno exercício da cidadania e nem do fortalecimento das estruturas e mecanismos capazes de garantir a participação de todos na vida social”(Castro,1997:15). O Complexo Museológico será, efetivamente, um eficiente mecanismo na área sócio-cultural do PDSA, funcionando

como um instrumento catalisador e fomentador das iniciativas comunitárias, impedindo a dispersão dos projetos culturais, um dos problemas do PDSA apontado pelo Prof. Dr. Manoel Cabral de Castro.

Maiores detalhes sobre o PDSA consultar “Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental na Formulação de Políticas Públicas: a experiência do Estado do Amapá, do Prof. Manoel Cabral de Castro.

O paternalismo estatal das últimas décadas, fomentado especialmente nos ex-Territórios Federais, enraizou um processo anacrônico na população: dependência do poder público para solução de seus problemas cotidianos. Tal proteção oficial imprime um complexo de inferioridade na sociedade, em especial nos grupos sociais mais carentes. O despertar do poder de iniciativa comunitária já é presente em algumas regiões rurais do Estado, a partir do PDSA. Entretanto, faltam mecanismos interligados para disseminar e fomentar o projeto nas diversas regiões do Amapá. Nesse sentido, o Complexo Museológico poderá atuar. A confiança da comunidade em si mesma proporcionará auto-estima, possibilitará aos grupos sociais locais resolverem seus próprios problemas. São mecanismos básicos para a efetivação de um programa de desenvolvimento sustentável.

Processo de trabalho.

O Complexo Museológico do Estado do Amapá.

O complexo terá uma sede que funcionará na Fortaleza de São José de Macapá e diversos Núcleos de Culturas nos municípios.

O modelo de projeto museológico para a Fortaleza de São José de Macapá será apresentado no item seguinte, em detalhes.

Núcleos de Culturas(obs. poderá ter outro nome).

“Não existe nada real fora da comunidade, ou mesmo das comunidades entijoladas uma nas outras: nacionais, étnicas, de trabalho, de família, de lugar, de vida, de convicções filosóficas ou religiosas, de interesses materiais e morais... O ser humano é, por essência, um animal comunitário”(Varine-Bohan,1987:22).

Os Núcleos Culturais serão instituições criadas pelas várias comunidades amapaenses, em parceria com as Prefeituras, o Governo Estadual e a iniciativa privada. Essas instituições terão : uma exposição de longa duração sobre tema de relevância regional; um espaço para exposições temporárias; um setor de preservação, conservação e documentação; uma sala para reunião da comunidade. A administração será feita por uma comissão constituída de membros da comunidade, ou seja, uma gestão coletiva e soberana em suas decisões. Serão objetos de estudo de cada Núcleo: a população, o território e as várias esferas da cultura regional - esfera social, econômica, científica, educacional, artística e histórica. A sede (M.F.S.J.M.) dará suporte técnico-científico aos diversos Núcleos de Culturas.

As atividades culturais amapaenses serão descentralizadas, valorizando as populações regionais – demandas endógenas - e incentivando o turismo cultural no Estado. A primeira iniciativa para a formação dos Núcleos será externa – exógena - , pautada no Programa de Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, este programa se perpetuará, efetivamente, com o engajamento e evolução comunitária. Assim, logo a comunidade deverá tomar o processo para si, atuando ativamente em seu desenvolvimento sócio-cultural e na gestão de seu meio ambiente. Esse processo dialético será a base do Complexo Museológico.

Vale apontar que a divisão ou interesses diversificados dos grupos sociais de uma mesma região, mecanismos característicos da pluralidade cultural, serão, às vezes, obstáculos nas decisões comunitárias. Outro perigo será a influência externa. No primeiro momento, os Núcleos serão subvencionados pelo Estado ou Prefeituras, podendo sofrer pressões político-

ideológicas, entretanto, paulatinamente, desenvolverão mecanismos – serviços e produtos – e parcerias externas para gerar seus próprios recursos. Assim, os Núcleos deverão ter como uma das metas principais ultrapassar os fatores exógenos: a institucionalização pública e a dependência financeira e técnico-científica. Então, é mister criar um Programa de Ação ou Projeto adequável e viável à realidade local.

Finalizando, o modelo de Núcleo poderá sofrer alterações pela comunidade, pois não é um projeto fechado.

Estrutura do Complexo Museológico

A estrutura organizacional do Complexo poderá ser oficializada ou institucionalizada através de uma Fundação ou um Departamento ligado a FUNDECAP. As duas estruturas foram elaboradas para as dependências da Fortaleza – sede do Complexo Museológico(5.2.2.2.). O Governo do Estado do Amapá deverá optar por uma proposta. Entretanto, sugerimos o nome “Museu Fortaleza de São José de Macapá” para a instituição que irá funcionar na F.S.J.M., independente de sua vinculação oficial ou estrutura organizacional: Fundação ou Departamento. A justificativa da utilização do termo “Museu” será abordada no item “justificativa – esfera museológica”, em seguida. Porém, tal instituição poderá ter outro nome.

Do ponto de vista conceitual e metodológico, o Complexo só estará “formado” quando compor uma “rede” com os Núcleos de Culturas. A estruturação da sede – Museu Fortaleza de São José de Macapá – articulada por essa dissertação é apenas uma etapa do trabalho.

Os primeiros Núcleos de Culturas

Serão aproveitados os espaços sócio-culturais já implementados no Estado para a formação dos primeiros Núcleos.

Para este primeiro momento sugerimos os seguintes Núcleos:

- 1) Sede: Museu Fortaleza de São José de Macapá (projeto em anexo);
- 2) Sub-sede: Museu do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá – IEPA. Apoio nas áreas de recursos naturais renováveis (pesquisa, educação, turismo e lazer);
- 3) Centro de Cultura Afro-brasileira: atuação no campo afro-brasileiro (pesquisa, educação, turismo e lazer);
- 4) Centro Comunitário do Curiaú: exposição sobre formação da sociedade local;
- 5) Centro Comunitário de Mazagão Velho: exposição sobre a história da formação da sociedade da região ;
- 6) Centro Comunitário da região do Igarapé do Lago: exposição sobre as descobertas arqueológicas da região – Cerâmica Maracá. Roteiro turístico-cultural nos sítios arqueológicos;
- 7) Centro Comunitário do Oiapoque: exposição sobre os grupos étnicos da região ;
- 8) Museu da Base Aérea da 2ª Guerra Mundial do Amapá.

Cada Núcleo deverá articular suas próprias atividades sócio-culturais.

Outros núcleos serão implantados quando sugeridos pelas comunidades e Prefeituras.

Articulação prática do trabalho:

O trabalho poderá ser realizado em dois momentos:

1º momento:

Estruturação da Fundação ou Departamento na Sede – Museu Fortaleza de São José de Macapá – M.F.S.J.M..

Etapas

- 1) Formação de equipe para articulação de todo o Complexo Museológico: a Sede – Fundação ou Departamento – e os Núcleos de Culturas;
- 2) Restauração da Fortaleza – em andamento;
- 3) Articulação do projeto museológico para a Sede – F.S.J.M. - já desenvolvido no item 5.2. :Museu Fortaleza de São José de Macapá –M.J.S.J.M.;
- 4) Encaminhamento do projeto museológico da Sede – M.F.S.J.M. - para as instituições financiadoras e/ou empresariais;
- 5) Criação Oficial da Fundação ou Departamento que irá funcionar na Fortaleza: Museu Fortaleza de São José de Macapá;
- 6) Concurso ou nomeação provisória da equipe administrativa e técnico-científica da Fundação ou Departamento;
- 7) Planejamento e montagem das exposições, reservas técnicas, biblioteca, galeria de artes, restaurante, lojas, laboratórios e departamentos administrativos da sede – M.F.S.J.M.;
- 8) Lançamento das atividade ao público;
- 9) Avaliação do trabalho;
- 10) Revisão dos itens deficientes;
- 11) Início dos trabalhos de estruturação dos Núcleos de Culturas

2º Momento

Implantação dos Núcleos de Culturas.

Etapas

- 1) Apresentação do Complexo Museológico nas diversas regiões do Estado, cuja apresentação deverá despertar o poder de iniciativa das comunidades. Para tanto, a equipe expositora deverá realizar uma pesquisa prévia sobre as peculiaridades da região e sua população. A efetivação dessa “rede de solidariedade” será o único mecanismo característico da existência, de fato, do Complexo Museológico;

- 2) Formação de um grupo da comunidade, especialistas ou não, para coordenar o projeto local.
Tal grupo – trabalhadores sociais - deverá ser eleito pela comunidade;
- 3) Realização de reuniões comunitárias para debaterem os problemas locais. Participação da equipe local e os diversos segmentos sociais da região. Elaboração de um ante-projeto ou programa de ação do Núcleo. Etapa pautada, especialmente, pelo método empírico;
- 4) Contribuição dos técnicos do Complexo Museológico no projeto do Núcleo.
Aperfeiçoamento do Programa de ação comunitária – utilização do método científico;
- 5) Treinamento da equipe regional na Sede – M.F.S.J.M. e/ou Núcleos Culturais;
- 6) Elaboração do projeto final: discussão com a comunidade (estatuto, objetivos, financiamento, atividades e serviços, etc.);
- 7) Parcerias e financiamento do projeto do Núcleo;
- 8) Desenvolvimento do projeto: ação comunitária;
 - Resultados:- Criação dos Núcleos de Culturas e seus respectivos departamentos, serviços e atividades;
 - Contribuições efetivas para a vida quotidiana da população local;
- 9) Avaliação permanente e fixação de novos objetivos;
- 10) Início de novo Programa de ação comunitária.

5.2. Modelo de instituição museológica para a Fortaleza de São José de Macapá – FSJM: sede de um Complexo Museológico para o Amapá.

“a perspectiva de uma reorganização futura de um grande museu metropolitano de formação histórica, para atingir pontos altos de utilização social e cultural, passa pela criação de instituições museológicas periféricas, com a utilização de acervos subaproveitados em vitrines e reservas técnicas”(Silveira, 1992:48).

5.2.1. Museu Aberto

A Fortaleza de São José de Macapá se destaca por sua monumentalidade e representatividade cultural. Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, testemunha diversos aspectos das gerações passadas (referência material e documental). Também é presente nas memórias individuais e coletiva dos diversos grupos sociais do Estado do Amapá. Suas características estéticas reafirmam uma identidade própria para a região. Portanto, a preservação da Fortaleza representa uma efetiva contribuição ao processo de construção e reconstrução histórico-cultural da sociedade amapaense.

Entretanto, as características “monumentais” da Fortaleza são os principais dados históricos pesquisados. Desenvolver uma reeleitura sobre sua história, concebendo-a como um indicador das memórias das várias gerações locais, um testemunho material da história da formação da sociedade amapaense, trazendo tais informações histórico-sociais para a esfera cotidiana dos cidadãos e cidadãs amapaenses – realidade social –, é um dos objetivos do processo de musealização da F.S.J.M. Nesse sentido, a Fortaleza deverá ser documentada e exposta como um “Museu Aberto” ou ao “Museu ao Ar livre”. Então, a exposição da Fortaleza e a implantação de uma instituição museológica em suas dependências visam

prestar contribuições efetivas para a sociedade local, fomentar um processo de consciëntização histórica.

Objetivo geral e justificativa para a população

A preservação e conservação efetiva de monumentos históricos dependem, necessariamente, dos usos e significados que a sociedade lhes atribuem, pois o desuso é um fértil caminho para a deterioração de nossos testemunhos culturais do passado. Z. Schreiner comenta que "a questão é sempre salvar rapidamente aqueles testemunhos concretos e perecíveis do passado histórico, da natureza e da sociedade para o presente e para o futuro, já que podem se perder devido ao desenvolvimento da natureza e da sociedade, que não pode ser parado"(1990:69). Neste sentido, a F.S.J.M. deverá ser exposta. Suas características arquitetônicas originais e sua inter-relação com os vários grupos sociais da época serão ser ressaltadas, bem como os detalhes descobertos nas escavações e prospecções arqueológicas. Esses conteúdos informativos serão apresentados em placas, em três grafias - tupi-waiãpi, português e inglês -, posicionadas na entrada ou próximas de cada elemento arquitetônico da F.S.J.M.. Finalizando, uma grande placa posicionada na entrada da Fortaleza deverá conter o "texto de apresentação" ou "texto introdutório" da exposição da F.S.J.M. – Museu Aberto. O uso da grafia tupi-waiãpi já foi explicado no capítulo dois.

5.2.2. Museu Fortaleza de São José de Macapá

5.2.2.1. Alguns aspectos conceituais e metodológicos

A implantação de atividades educativas, científicas, culturais e de lazer, nas dependências da Fortaleza de São José de Macapá, são elementos eficientes para preservá-la e valorizá-la. Neste sentido, foi concebida a proposta de utilização social da Fortaleza. A instituição museológica projetada terá como metas principais catalisar, desenvolver e comunicar a herança cultural dos diversos segmentos sociais do Estado do Amapá, inserindo estas

questões no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado do Amapá. Também abrirá novos espaços de lazer e convivência para a população.

O nome sugerido para o modelo de instituição museológica da Fortaleza (sede) é: Museu Fortaleza de São José de Macapá. A justificativa será apresentada no item “justificativa – esfera museológica”. O termo “Museu” pode ser usado em uma estrutura organizacional de Fundação ou Departamento. O planejamento das atividades e serviços nos espaços físicos da Fortaleza foi desenvolvido com as duas propostas (5.2.2.3.), ficando a decisão a cargo do Governo do Estado do Amapá. Entretanto, o Complexo Museológico só estará composto quando os Núcleos de Culturas estiverem sendo implantados e fomentados pela Sede. A implantação da estrutura administrativa e técnico-científico (Fundação ou Departamento) na F.S.J.M. (Museu) é apenas uma parte do Complexo Museológico.

Vale ressaltar que a instituição poderá ter outro nome.

As atividades e serviços que serão implementados na F.S.J.M.:

- 1) Exposições: históricas, artísticas, folclóricas, religiosas e científicas;
- 2) Eventos: teatros, danças, palestras, vídeos, músicas, cultos religiosos, casamentos, batizados, etc;
- 3) Atividades: educativas e culturais;
- 4) Pesquisa e produção de conhecimentos populares e científicos;
- 5) Publicações: Nas diversas áreas de atuação do futuro museu;
- 6) Lazer: Restaurante, lojas, espaço de convivência, músicas, etc;
- 7) Suporte técnico-científico aos diversos Núcleos Regionais de Culturas.

No item “distribuição dos espaços arquitetônicos x serviços” tais atividades e serviços estarão materializados nas dependências da F.S.J.M.

Vale ressaltar que as necessidades e sugestões apresentadas para a F.S.J.M., pelas diversas instituições, estão inseridas neste Complexo Museológico.

Justificativa – esfera museológica

Vivemos numa época de mudanças bruscas e queda de antigos valores e paradigmas. A desenfreada busca dos meios de comunicação em homogeneizar traços culturais, com vistas a fomentar estruturas globalizantes, exigem maior profissionalização das instituições culturais para impedir a descaracterização das referências culturais regionais. A ausência dessas referências são pressupostos férteis para submissão sócio-econômico-cultural.

As instituições culturais brasileiras estão, paulatinamente, adotando novas formas de atuação social, afastando-se do amadorismo e das políticas culturais paternalistas. A realidade sócio-econômico-política do país aponta a necessidade de adequação aos novos tempos e às realidades regionais. Para tanto, quando se concebe uma instituição cultural, é necessário observar alguns aspectos básicos:

- a) Abrangência de atuação ou diversificação de atividades visando alcançar diversos grupos sociais: inserção social;
- b) Funcionalidade para possibilitar autogestão e captação de recursos junto à iniciativa privada;
- c) Apresentação de “produtos culturais” desenvolvidos a partir de pesquisas científicas e conhecimentos empíricos: justificativa social da instituição.

Neste sentido, é latente que a sacralização de monumentos públicos não fazem mais parte das discussões patrimoniais. O uso público é o dado balizador para a apropriação da herança patrimonial da humanidade. Então, o projeto de ocupação da Fortaleza aponta mecanismos que possibilitam autogestão administrativa e financeira e abrangências de atuação social.

As atividades e serviços projetados para a Fortaleza de São José de Macapá não têm caráter definitivo, ou seja, os suportes, mobiliários e equipamentos são semifixos, possibilitando

remanejamento de espaços. Ainda, todos os blocos terão infra-estrutura própria, podendo incorporar atividades múltiplas. O objetivo é adequar as atividades ao monumento e suas peculiaridades, já que a utilização social é passível de alteração de acordo com a dinâmica da sociedade.

A museologia, disciplina científica que historicamente articula formas de relação entre o homem e o objeto (herança cultural), em um cenário (instituição museológica), possibilita uma gama de atividades em monumentos históricos. A implantação de uma instituição museológica, na Fortaleza, abre uma infinidade de espaços e possibilidades de atuação devido ao seu campo multidisciplinar. Ainda, a metodologia museológica – salvaguarda (coleta, pesquisa, documentação e conservação) e comunicação museológica (exposição, educação e ação cultural) - adapta-se às peculiaridades sócio-culturais das diversas sociedades. Para tanto, o planejamento e a efetivação das atividades museológicas dependem, necessariamente, da compreensão da especificidade da sociedade (diversos segmentos sociais) e de seu território, a fim de detectar as múltiplas formas de articulação do homem com sua herança cultural (patrimonial). Nesta linha de pensamento a “Carta de Veneza” aponta que “A noção de monumento não é só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que está inserida. O monumento é inseparável do meio em que está situado e da história da qual é testemunho”.

O Museu, onde se estabelece a relação da coletividade com os processos e “produtos culturais”, foge do antigo paradigma de “templo sagrado”. Interage com o meio onde se localiza de forma dinâmica, como fenômeno social. Vale ainda ressaltar que a preservação e uso do patrimônio cultural são legados históricos que a sociedade atribui, especialmente, ao Museu.

Segundo o Conselho Internacional de Museu - ICOM: “Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe os testemunhos do homem e do seu meio, para fins de estudo, educação e lazer”. Então, as atividades características das instituições museológicas- estudo, educação e lazer - serão a base do projeto de reapropriação social da Fortaleza de São José de Macapá.

O projeto museológico foi desenvolvido após análise dos seguintes dados:

- a) Necessidade da reapropriação social da Fortaleza de São José de Macapá;
- b) Análise teórico-metodológica da disciplina museologia e áreas de conhecimentos similares;
- c) Observação das normas de uso de monumentos históricos tombados e estipulados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- d) Necessidades e sugestões da sociedade amapaense, da direção da FUNDECAP e da 2ª SR/IPHAN;
- e) Sugestões de funcionários da Fortaleza e do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva;
- f) Outros projetos desenvolvidos para a Fortaleza.

Os objetivos do Museu Fortaleza de São José de Macapá –M.F.S.J.M.:

- a) Ampliar a função social da Fortaleza através de atividades sócio-culturais;
- b) Contribuir para o desenvolvimento educativo - cultural da sociedade do Estado do Amapá;
- c) Catalisar, pesquisar, conservar e comunicar conhecimentos referentes à herança cultural dos diversos grupos sociais, estimulando sua autoconfiança;
- d) Preservar, conservar e difundir o Patrimônio Histórico, Artístico, Científico e Cultural do Estado;

- e) Incentivar o turismo cultural na região;
- f) Produzir eventos diversos: nova opção de lazer;
- g) Articular parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, visando gerar recursos técnicos e econômicos para projetos científicos e culturais;
- h) Capacitar profissionais da região: lideranças sociais;
- i) Familiarizar a população com as diversas atividades culturais da região;
- j) Pesquisar e detectar particularidades da população (perfil do público) a fim de atuar segundo a realidade local;
- l) Privilegiar as diversas memórias sociais, criando espaços democráticos para as várias manifestações culturais;
- m) Estimular a pesquisa científica através de atividades comunitárias;
- n) Promover e coordenar atividades museológicas.



5.2.2.2. Estrutura organizacional

Estamos propondo uma estrutura organizacional com acentuada presença de departamentos técnico-científicos. Acreditamos que equipes técnicas sólidas e bem estruturadas impedirão possíveis políticas culturais equivocadas.

As esferas conceituais, articuladas através da metodologia de salvaguarda e comunicação museológica, deverão ser materializadas através de uma estruturação organizacional de Fundação ou Departamento. Então, serão apresentadas duas propostas de instituição museológica para a F.S.J.M.: Departamento e Fundação. Sugerimos o nome desse Departamento ou Fundação de “Museu Fortaleza de São José de Macapá –M.F.S.J.M”. Assim, teremos 3 grandes blocos no organograma do “Museu Fortaleza de São José de Macapá”, de acordo com a metodologia museológica: Salvaguarda, Comunicação Museológica e Administração.

Exemplo: a) **Departamento**

Salvaguarda : Divisão de Pesquisa e Acervo Museológico

Comunicação Museológica: Divisão de Difusão e Ação Cultural

Administração: Seção Administrativo-financeiro

b) **Fundação**

Salvaguarda: Departamento de Pesquisa e Acervo Museológico

Comunicação Museológica: Departamento de Difusão e Ação Cultural

Administração: Departamento Administrativo-financeiro

Tais elementos administrativos e técnico-científicos estarão equacionados nos organogramas apresentados em seguida. Por seu lado, estes mecanismos deverão obedecer a uma adequação funcional espaços arquitetônicos x serviços/atividades.

Pressupostos básicos para a estruturação de uma instituição museológica:

Organização Administrativa e Técnico-científica	Organização dos espaços
Proposta – política cultural	Proposta - definição dos espaços físicos
Setores - Organograma	Espaços – Lay-out (adequação espaços x departamentos)
Função – viabilizar a política cultural do Museu	Função – viabilizar o funcionamento dos Departamentos
Objetivo geral: gerar produtos culturais com e para a sociedade.	

Vale apontar que as estruturas organizacionais foram desenvolvidas após análise dos seguintes dados:

- Articulação da metodologia de salvaguarda e comunicação museológica na estrutura organizacional do futuro Museu F.S.J.M.
- Estruturas de instituições museológicas brasileiras similares do Rio de Janeiro e São Paulo;
- Estruturas de instituições culturais amapaense (procedimentos legais);
- Necessidades técnico-científicas e administrativas do futuro Museu;
- Funcionalidade das atividades e serviços que serão oferecidos pelo Museu;
- Adequação dos serviços aos espaços da Fortaleza de São José de Macapá.

Ressaltamos que os modelos apresentados – Departamento e Fundação - deverão ser avaliados por especialistas em administração sócio-cultural.

Na sequência, apresentaremos as duas estruturas organizacionais.

As nomenclaturas sugeridas para os diversos cargos foram extraídas da estrutura administrativa do Governo do Estado do Amapá.

Estrutura Organizacional - Departamento

I - Direção Superior

1. Diretor
2. Conselho Consultivo e Deliberativo

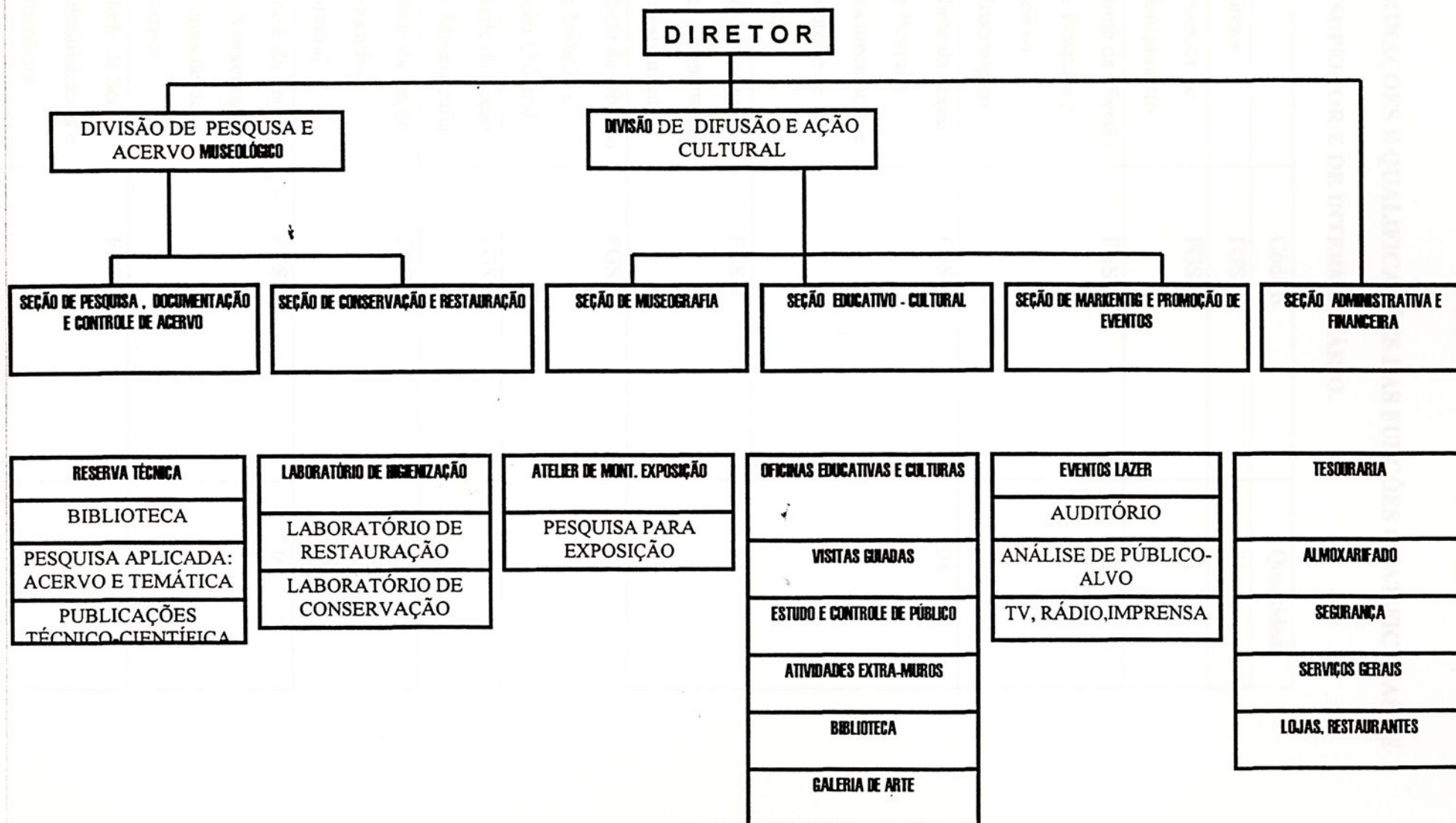
II- Unidades de Assessoramento

3. Gabinete
4. Assessoria de Planejamento

III- Unidades de Execução

5. Divisão de Pesquisa e Acervo Museológico
 - 5.1. Seção de Pesquisa, Documentação e Controle de Acervo
 - 5.2. Seção de Restauração e Conservação
6. Divisão de Difusão e Ação Cultural
 - 6.1. Seção de Museografia
 - 6.2. Seção Educativo-Cultural
 - 6.3. Seção de Marketing e Promoção de Eventos
7. Seção Administrativo-Financeiro

MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ



**DENOMINAÇÕES E QUALIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE
NÍVEL SUPERIOR E DE INTERMEDIÁRIO.**

Função	Código	Quantidade
Diretor	FGS-3	01
Assessor de Planejamento	FGS-2	01
Chefe da Divisão de Pesquisa e Acervo Museológico	FGS-2	01
Chefe da Seção de Pesquisa, Documentação e Controle de Acervo	FGS-1	01
Chefe da Seção de Conservação e Restauração	FGS-1	01
Chefe da Divisão de Difusão e Ação Cultural	FGS-2	01
Chefe da Seção de Museografia	FGS- 1	01
Chefe da Seção Educativo- Cultural	FGS-1	01
Chefe da Seção de Marketing e Promoção de Eventos	FGS-1	01
Chefe da Seção Administrativa e Financeira	FGS-1	01
Total		10

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Fundação

I - Direção Superior

1. Órgão Colegiado de Deliberação Coletiva
 - 1.1. Conselho Diretor
 - 1.2. Conselho Estadual de Cultura
2. Deliberação Singular
 - 2.1. Diretor-Presidente

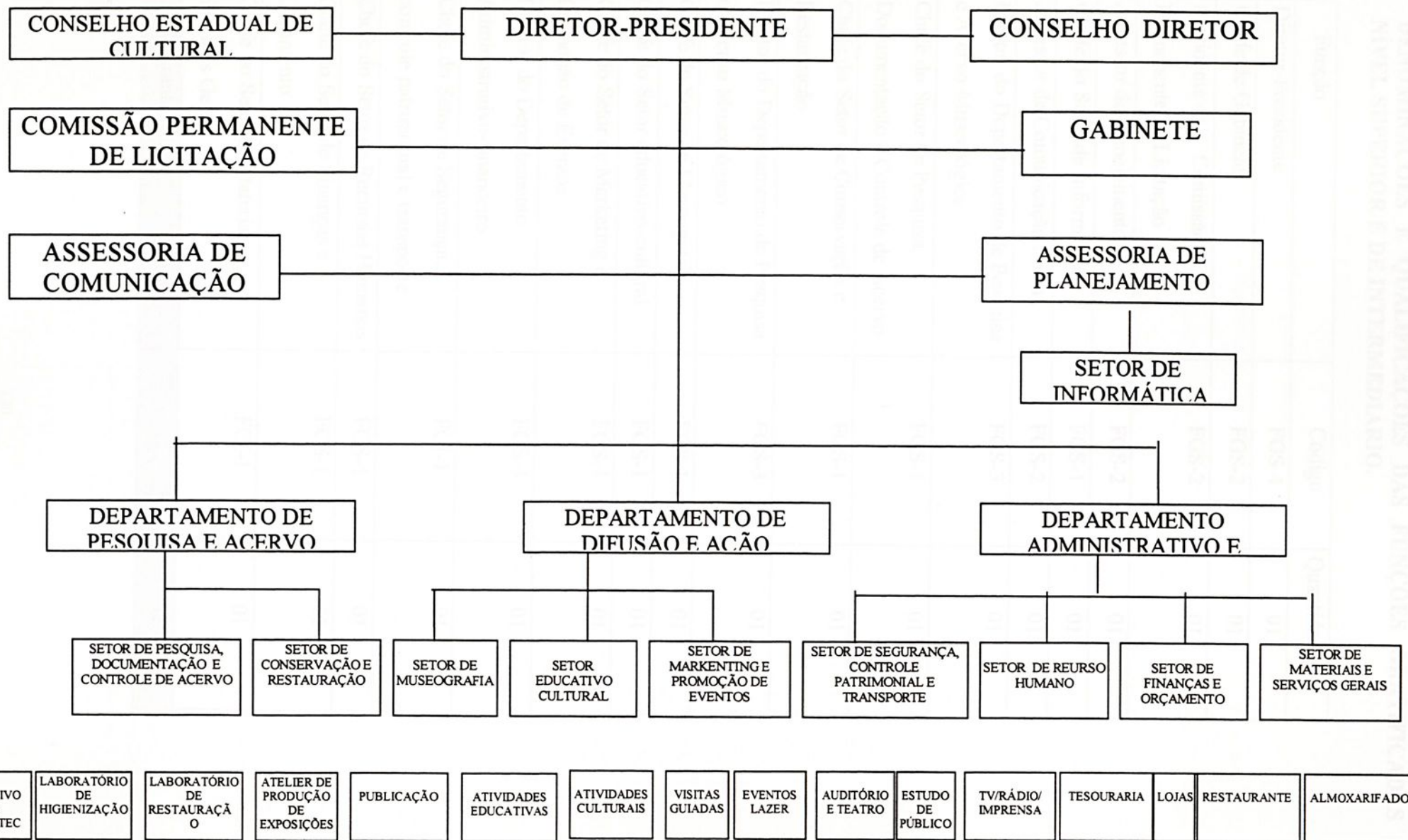
II- Unidades de Assessoramento

3. Gabinete
4. Comissão Permanente de Licitação
5. Assessoria de Planejamento
 - 5.1. Setor de Informática
6. Assessoria de Comunicação

III- Unidades de Execução

7. Departamento de Pesquisa e Acervo Museológico
 - 7.1. Setor de Pesquisa, documentação e controle de acervo
 - 7.2. Setor de restauração e conservação
8. Departamento de Difusão e Ação cultural
 - 8.1. Setor de museografia
 - 8.2. Setor educativo-cultural
 - 8.3. Setor de Marketing e Promoção de Eventos
9. Departamento Administrativo-financeiro
 - 9.1. Setor de Segurança, Controle Patrimonial e Transporte
 - 9.2. Setor de Recursos Humanos
 - 9.3. Setor de Finanças
 - 9.4. Setor de Materiais e serviços gerais

FUNDAÇÃO MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ



DENOMINAÇÕES E QUALIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE NÍVEL SUPERIOR E DE INTERMEDIÁRIO.

Função	Código	Quantidade
Diretor-Presidente	FGS-4	01
Chefe de Gabinete	FGS-2	01
Presidente da Comissão Permanente de Licitação	FGS-2	01
Assessor de Planejamento	FGS-2	01
Chefe do Setor de Informática	FGS-1	01
Assessor de Comunicação Social	FGS-2	01
Diretor do Departamento de Pesquisa e Acervo Museológico	FGS-3	01
Chefe do Setor de Pesquisa, Documentação e Controle de Acervo	FGS-1	01
Chefe do Setor de Conservação e Restauração	FGS-1	01
Diretor do Departamento de Pesquisa e Acervo Museológico	FGS-3	01
Chefe do Setor de Museografia	FGS-1	01
Chefe do Setor educativo-cultural	FGS-1	01
Chefe do Setor de Marketing e Promoção de Eventos	FGS-1	01
Diretor do Departamento Administrativo-financeiro	FGS-3	01
Chefe do Setor de Segurança, controle patrimonial e transporte	FGI-1	01
Chefe do Setor de Recursos Humanos	FGS-1	01
Chefe do Setor de Finanças e Orçamento	FGS-1	01
Chefe do Setor de Materiais e Serviços Gerais	FGI-1	01
Total		18



Visando limitar a contratação de profissionais sem qualificação para os departamentos, fato que comprometeria toda a estrutura funcional do Museu, sugerimos algumas qualificações profissionais – especialidades - para os Departamentos do Museu.

Obs: na impossibilidade de climatização da Casamata 1, os departamentos técnico-científicos e administrativos poderão ser transferidos para outro prédio, fora da Fortaleza. Tal fato não irá interferir nas atividades sócio-culturais e na administração central do Museu.

Departamento	Função/ Profissional	No.	Qualificação/ área de conhecimento	Localização na Fortaleza	Gratifi cação
Diretoria	Diretor-Presidente	01	Administração/Gestão de Instituição sócio-cultural	Bloco 3	FGS-4
	Chefe de Gabinete	01	Administração/ Gestão de instituição sócio-cultural		FGS-2
	Secretária	01	Informática/ inglês ou francês		S/G
	Motorista	01	Habilitação		S/G
Assessoria de Comunicação	Assessor de comunicação Estagiário	01	Comunicação social/Jornalismo	Casamata 1.9 Sala 2	FGS-2
		01	Comunicação Social		S/G.
Assessoria de Planejamento	Assessor de Planejamento	01	Administração/economia/atividades sócio-culturais	Casamata 1.9 Sala 1	FGS-2
Setor de Informática	Analista ou Técnico em Informática	01	Análise de Sistema/técnico em informática		FGS-1
Comissão Permanente de Licitação	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	01	Economia/administração/contabilidade	Casamata 1.11 Sala 2	FGS-2
Dept. Pesquisa e Acervo Museológico	Diretor de Departamento	01	História/arquivologia/museologia/Arqueologia	Casamata 1.4 Sala 1	FGS-3
	Secretária	01	Informática		
Setor de Pesquisa, Documentação e Controle de Acervo	Chefe de Setor	01	História/museologia/arquivologia/Biblioteconomia	Casamata 1.4 Sala 2	FGS-1
	Historiador	01	História	Biblioteca/bloco 2	S/G
	Museólogo	01	Museologia		S/G
	Bibliotecária	01	Biblioteconomia		S/G
	Estagiários	02	Área de documentação, pesquisa e informática		S/G
Setor de Conservação e Restauração	Chefe de Setor	01	Arqueólogo/restaurador/conservador	Casamata 1.5 Sala 2	FGS-1
	Restaurador	01	Restauração		S/G
	Arqueólogo	01	Arqueologia		S/G
	Estagiários	02	Áreas afins		S/G
Departamento de Difusão e Ação Cultural	Diretor de Departamento	01	Museologia/Comunicação social/Pedagogia/Arte-educação/sociologia/turismo	Casamata 1.8 Sala 2	FGS-3
	Secretária	01	Informática	Recepção e Guarda Volumes	S/G
	Receptionistas	04	Relações públicas		S/G
Setor de Museografia	Chefe de Setor	01	Museologia/arquitetura	Casamata 1.7 Sala 1	FGS-1
	Arquiteto/Desenhista projetista	01	AutoCad v.13 e 3D Studio		
	Historiador	01	História		S/G
	Estagiário	02	Montagem de exposições		S/G



Setor Educativo-cultural	Chefe de Setor Pedagogo Arte-educador Sociólogo/museólogo Guias Estagiários	01 01 01 01 08 02	Pedagogia/arte-educação / sociologia/museologia Pedagogia Arte-educação Sociologia/museologia Téc. turismo e história	Casamata 1.8 Sala 1	FGS-1 S/G S/G S/G S/G
Setor de Marketing e Promoção de Eventos	Chefe de Setor Sociólogo Jornalista Desenhista projetista Técnico em turismo Estagiários	01 01 01 01 02 02	Turismo/comunicação social/sociologia Sociologia Jornalismo Auto Cad e Corel Draw Turismo Pesquisa e estudo de público	Casamata 1.9 Sala 2 Pesquisas externas	FGS-1 S/G S/G S/G S/G
Departamento Administrativo-financeiro	Diretor de Departamento Secretária Mensageiro	01 01 01	Administração/Economia/contabilidade Informática Atividades externas	Casamata 1.10 Sala 1	FGS-3 S/G S/G
Setor de Segurança, Controle Patrimonial e Transporte	Chefe de Setor Técnico em Segurança Seguranças	01 02 15	Segurança pública Segurança Pública Policiamento Urbano	Casamata 1.12 Sala 2 Atuação em todos os espaços da Fortaleza	FGI-1 S/G S/G S/G
Setor de Recursos Humanos	Chefe de Setor Psicóloga/trabalhista Auxiliar de escritório Estagiário	01 01 01 01	Psicologia trabalhista/especialista em Recursos Humanos Especialista em ReH Técnico em informática	Casamata 1.11 Sala 1	FGS-1 S/G S/G S/G
Setor de Finanças e Orçamento	Chefe de Setor Contador/economista Auxiliar de escritório Estagiário	01 01 01 01	Economia/contabilidade " Contabilidade/informática	Casamata 1.10 Sala 2	FGS-1 S/G S/G
Setor de Materiais e Serviços Gerais	Chefe de Setor Sanitarista Auxiliar de Serviços gerais Estagiário	01 01 08 01	Técnico em almoxarife/sanitarista " Limpeza e serviços de manutenção	Casamata 1.12 Sala 1 Atuação em todos os espaços da Fortaleza	FGI-1 S/G S/G

Obs. Todos os Departamentos técnico-científicos terão estagiários. O objetivo é dar continuidade aos trabalhos quando determinados profissionais deixarem a instituição.

5.2.2.3. Distribuição Espaços Arquitetônicos x Serviços

Antes de abordarmos este tema, vale ressaltar as particularidades do público-alvo.

As pesquisas realizadas com o público visitante da Fortaleza e a análise de antigos livros de presença demonstraram que não há predominância de um tipo específico de visitante, ou seja, as pessoas que frequentavam e frequentam a Fortaleza são de diferentes níveis sócio-educativo-culturais.

Dessa forma, o Museu está sendo projetado com atividades diversificadas, visando alcançar os vários grupos sociais da sociedade amapaense. O objetivo é formar um grande público real, participante.

Deverão ser articuladas medidas para públicos especiais:

Deficientes físicos

- Rampa nas escadas
- Vitrines e painéis das exposições com distância e altura suficientes para circulação e visão do deficiente portador da cadeira de rodas.
- Piso não liso.
- Textos e etiquetas das exposições e atividades educativo-culturais com altura que possibilite a leitura pelo deficiente.
- Monitoria especializada nas dependências da Fundação.

Deficiente visual:

- Planta baixa do circuito das exposições em relevo.
- Objetos expostos com possibilidade de serem tateados (réplicas). Projetos específicos.
- Textos e etiquetas das exposições e atividades educativo-culturais em braile e táteis.
- Monitoria especializada.

- Corrimão nas salas de exposições

- Rampa nas escadas

Deficiente auditivo:

- monitoria especializada

- atividades especiais(linguagem gestual)

Deficiente mental:

- monitoria especializada

- atividades especiais, com acompanhamento de profissionais.

Obs. Serão desenvolvidos projetos especiais para os deficientes físicos pelo Setor educativo-cultural do Museu.

Articulação: Espaços Físicos x Serviços e Atividades do Museu

A articulação dos espaços x serviços levou em consideração a possibilidade de **captação de recursos** junto a iniciativa privada para a manutenção de parte do museu.

Na distribuição dos espaços físicos da F.S.J.M., os blocos centrais “nobres” foram designados para uso público - atividades sócio-culturais -, e as casamatas para as atividades administrativas e técnico-científicas.

Ressaltamos ainda que os conteúdos informativos das exposições de longa duração serão desenvolvidos após a formação das equipes técnicas do Museu.

Esta parte deve ser seguida com mapa da F.S.J.M. em anexo.

a)- Estacionamento para visitante.

Uso original: Esplanada

Estrutura para créditos - patrocinadores



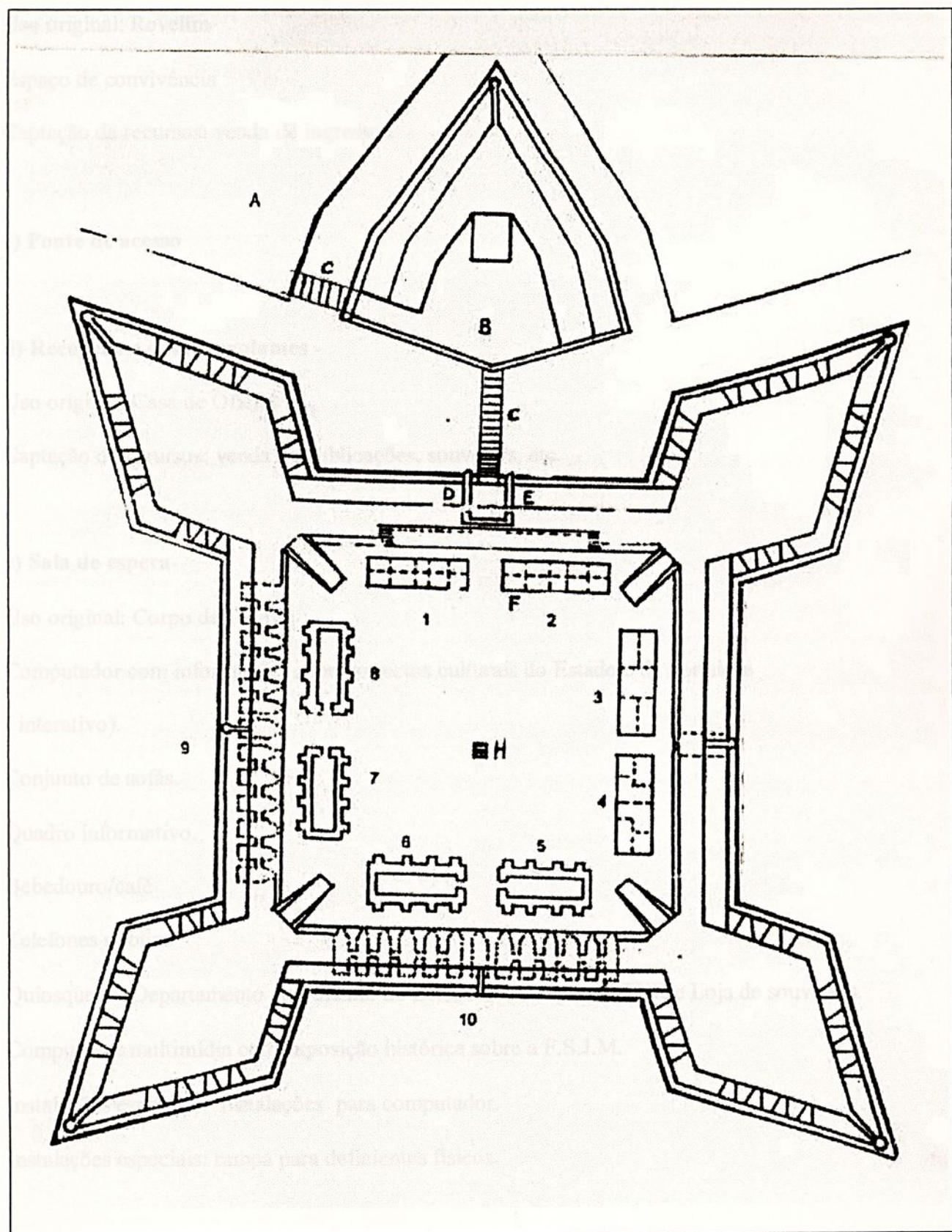
Obs: serão definidas, posteriormente, a localização e o formato da estrutura de crédito, que deverão obedecer às normas de uso do entorno do monumento estipuladas pelo IPHAN.

Placa com “texto introdutório” da exposição da F.S.J.M. – Museu Aberto.

Todas as dependências e detalhes arquitetônicos da Fortaleza estarão sendo expostos através de placas nas grafias tupi-waiãpi, português e inglês.

Captação de recursos: marketing cultural - empresas e instituições públicas

Planta da Fortaleza



b) - Bilheteria (obs. encontra-se em estudo a localização da bilheteria)

Uso original: Revelim

Espaço de convivência

Captação de recursos: venda de ingressos

c) Ponte de acesso

d) Recepção e guarda-volumes -

Uso original: Casa de Oficial

Captação de recursos: venda de publicações, souvenirs, etc.

e) Sala de espera-

Uso original: Corpo da Guarda

Computador com informações sobre aspectos culturais do Estado e da Fortaleza
(interativo).

Conjunto de sofás.

Quadro informativo.

Bebedouro/café

Telefones público

Quiosque do Departamento de Turismo do Estado do Amapá-**DETUR** e Loja de souvenirs.

Computador multimídia com exposição histórica sobre a F.S.J.M.

Instalações especiais: Instalações para computador.

Instalações especiais: rampa para deficientes físicos.

f) Blocos

Bloco 1 - Lanchonete de conveniência

Uso original: Alojamento de Oficiais



Captação de recursos: aluguel do espaço

Instalações: específica

1.1. Calabouço - Banheiros público e banheiros de funcionários

Uso original: Calabouço

Instalações: projeto específico

Instalações especiais: Rampa

Bloco 2 - Biblioteca

Uso original: Alojamento de Oficiais

Instalações: este espaço será climatizado: desumidificador com umidostato para controle da umidade relativa e ar condicionado AIR SPLIT para controle da temperatura. Deverá ter outro ar condicionado móvel de emergência para impedir as mudanças bruscas de temperatura, em caso de quebra de algum aparelho.

Será necessária a medição constante da temperatura e umidade por dois termo-higrógrafos, os quais se justificam pelo acervo da biblioteca que, em grande parte, são compostos por materiais orgânicos sensíveis ao excesso de temperatura e umidade, além do conforto do público.

Iluminação: artificial ou natural.

Serão reproduzidas e utilizadas as janelas e portas "originais". Entretanto, estas deverão isolar o micro-clima (ambiente interno) do macro-clima (ambiente externo).

Instalações especiais: Rampa para deficientes físicos.

Bloco 3

3.1. Espaço para Múltiplos Usos

3.2. Igreja (sacralização) e Sacristia.

Eventos religiosos.

3.3. Administração central

Uso original: Capela, Casa do Capelão e Casa do Cirurgião

Captação de recursos: podem ser cobrados taxas nas atividades realizadas no espaço para múltiplos usos - manutenção do Museu

Instalações: a sala da administração central será refrigerada.

Luz: iluminação ambiente - fluorescente .

Instalações especiais: Rampa.

Bloco 4 - Exposição Histórica - (readaptação da exposição do Museu Joaquim Caetano)

Uso original: Casa do Comandante

Exposição de longa duração, dissertando sobre a formação da sociedade amapaense.

Captação de recursos: possibilidade da empresa “adotar” a exposição - mantê-la.

Instalações: adotar as mesmas medidas de climatização do bloco 2.

Obs: será destinada uma sala p/ equipamento de ar condicionado.

Lâmpadas: dicróica ou fluorescente c/ filtro - emitem poucos raios ultravioleta e infravermelho, que, em excesso, deterioram os objetos orgânicos.

Iluminação artificial: portas e janelas fechadas. Vale ressaltar que a luz é um recurso fundamental ou de apoio para complementar as informações passadas pela exposição.

Deverá ser desenvolvido um projeto museológico e museográfico específico para a exposição, bem como um projeto pedagógico para o atendimento aos deficientes físicos.

Bloco 5 - Auditório

Uso original: Armazém de Munição de Guerra

Eventos: Teatro, vídeos, palestras, danças, etc.

Captação de Recursos: O espaço será alugado para eventos (congressos, músicas, poesias, peças teatrais, etc.).

Instalações: Climatização, palco, cadeiras, etc. (projeto específico)



Devem ser planejadas medidas de segurança especial para os blocos com uma só saída (blocos 5,6,7 e 8).

Iluminação: lâmpadas halógenas direcionadas para o teto.

Bloco 6 - Galeria de Arte

Uso original: Armazém de Boca/Alimentação

Eventos: Exposições de artes.

Captação de Recursos: Comissão na venda das obras.

Doação de uma obra para acervo da Fortaleza (criação de Pinacoteca no futuro)

Instalação: Climatização do espaço interno:

- Ar condicionado AIR SPLIT e um móvel (temperatura).
- Desumidificador com umidostato (umidade).
- Termo-higrógrafo (medir temperatura e umidade).
- Iluminação: lâmpadas halógenas direcionadas para o teto.

Obs: será necessária a utilização de "Dinner" para controle da intensidade luminosa, se for o caso.

Bloco 7 - Exposições de Arqueologia e Etnologia (longa duração)

Uso original: Armazém de Pólvora

Eventos: Exposição de longa duração, dissertando sobre a Pré-história da região e os principais grupos étnicos que formaram a sociedade amapaense.

Captação de recursos: possibilidade de financiamento por empresas privadas.

Deverá ser desenvolvido um projeto museológico e museográfico específico para a exposição, bem como um projeto pedagógico para atendimento aos deficientes físicos.

Instalações: Climatização (vide anterior).

Iluminação: artificial (de acordo com projeto museográfico).

Pontos de luz na entrada e final da sede (ambos os lados).



Bloco 8 – Reserva Técnica

Uso original: Enfermaria/Hospital.

Instalação: Climatização (vide anterior).

Pontos de luz entrada e saída da sala (ambos os lados).

Lâmpadas halógenas direcionadas para o teto (ambiente).

Iluminação: lâmpadas halógenas direcionadas para o teto.

9) Casamatas

Devido à excessiva umidade relativa e as infiltrações nas abobadas das casamatas, fatos que poderão afetar a saúde dos funcionários e deterioração rápida dos acervos do Museu, propusemos algumas medidas especiais. Na impossibilidade de implementação destes mecanismos, não aconselhamos a implantação das atividades ora sugeridas. Vale ressaltar que planejamos para esses espaços a implantação dos departamentos técnico-científicos e administrativos, pois, na impossibilidade de climatização da Casamata 1, tais serviços poderão ser transferidos para outro prédio, fora da Fortaleza, sem interferências nas atividades sócio-culturais e na administração central do Museu.

Assim, a administração central e uma reserva técnica, por questão de funcionalidade, estão localizadas nos blocos principais.

Alguns mecanismos para as casamatas:

- a) Atuação restaurativa para minimizar a umidade relativa do ar;
- b) Tratamento nas infiltrações das Casamatas;
- c) Treinamento de equipe p/ monitoramento constante de temperatura e umidade ;
- d) Monitoramento constante da temperatura e da umidade através de termo-higrógrafo (mede temperatura e umidade ao mesmo tempo). Semanal, mensal e anual;
- e) Aplicação de vidros com filtros solares (Clear Museum) nas janelas (controle dos raios ultravioleta e infravermelho);
- f) Utilização de desumidificador com umidostato para controle da umidade;

- g) Controle da temperatura;
- h) Controle da intensidade da luz;
- i) Utilização de minuteria nas reservas técnicas;
- j) Utilização de portas entre as salas - blindex(vedar os ambientes).

Estes mecanismos serão implantados na casamata 1.

No laboratório de higienização e conservação haverá necessidade de pias (pontos de água).

Obs. ver projeto específico da pesquisadora Yaci Ara Froner.

A casamata 2 não será climatizada, mantendo seus aspectos arquitetônicos originais.

9) Casamata 1

Obs: a casamata é composta de doze (12) espaços. Cada espaço está sendo dividido em duas salas: 1 e 2.

1.1. Reserva técnica – Urnas funerárias (salas 1 e 2).

1.2. Reserva técnica 2 – Material arqueológico de pequeno porte(salas 1 e 2).

1.3. Sala de documentação (salas 1 e 2).

1.4. Laboratório de pesquisa(salas 1 e 2).

1.5. Laboratório de conservação (salas 1 e 2).

1.6. Laboratório de higienização (salas 1 e 2).

Estacionamento de funcionários e entrada de serviço.

1.7. Ateliê de produção de exposições e oficinas- museografia (sala 1 e 2).

1.8. Setor administrativo .

1.9. Setor administrativo .

1.10. Setor administrativo.

1.11. Setor administrativo.

1.12. Almoxarifado e Área de serviço(1 e 2)

Eventos - casamata 1:

Preservação e conservação dos acervos museológicos da Instituição;

Documentação dos acervos;

Pesquisas científicas;

Montagem de eventos educativo-culturais;

Consultas bibliográficas e documentais;

Setor administrativo e financeiro.

Captação de recursos: poderão ser feitos convênios com centros de pesquisas do Brasil e do exterior para troca de experiências e prestação de serviços técnico-científicos.

10) Casamata 2

2.1. Oficinas Culturais - Múltiplos usos. Espaço para oficinas culturais, exposição temporária, lançamento de livros, etc. Todo evento deverá ser patrocinado pelos autores dos projetos ou seus patrocinadores, salvo casos específicos.

2.2. Exposição - Oficinas culturais - Múltiplos usos.

2.3. Exposição - Oficinas culturais - Múltiplos usos

2.4. Exposição - Múltiplos usos

2.5. Exposição - Múltiplos usos

2.6. Exposição – Múltiplos usos.

Ob. Estes eventos serão temporários, pois as “celas” estarão também em exposição.

2.7. Banheiro Público.

2.8. – 2.12.: Implantação de dez (10) Lojas de produtos típicos da região e uma (1) Livraria.

Cada cela terá duas lojas.

Instalações: A critério do lojista (respeitando normas do Museu).

Captação de Recursos: Cobrança de aluguel nas lojas.

g) Baluartes de São José e de Madre de Deus

Espaços de convivência.



Baluartes de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro

Espaços de convivência

Eventos: Local de convivência, eventos educativo-culturais.

Obs: O restaurante e as lojas poderão financiar o material desses núcleos.

h) Pátio

Utilização de palco móvel e desmontável.

Eventos culturais ao ar livre - música, dança, exposições, peças teatrais, etc...

Captação de recursos: cobrança de ingressos em eventos especiais.

i) Casa do Órgão

Em exposição

5.2.2.4. Considerações sobre o funcionamento do Museu Fortaleza de São José de Macapá – MFSJM.

Finalizando, vale apontar algumas peculiaridades do modelo de projeto museológico da Fortaleza de São José de Macapá.

a) Horário de funcionamento: das 10:00 às 22:00 horas.

Propusemos horário flexível para o funcionamento do Museu F.S.J.M. visando atender aos diversos grupos sociais da sociedade amapaense e os turistas.

b) Projeto para reciclagem do lixo: lixeiras com separação de materiais. Convênio com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá- SEMA.

c) Projeto de Programação Visual - informativo e sinalização.

Deverá ser desenvolvido projeto especial para sinalização e exposição (longa duração) das dependências da Fortaleza (dentro e fora). Frisamos que a Fortaleza de São José de Macapá.

d) Projeto de Informatização da F.S.J.M.:

Foi desenvolvido um projeto específico de informatização da Fortaleza “Projeto de Rede Local” pelo Depto. de Processamento de Dados do Amapá - PRODAP.

Neste caso, parte dos micro-computadores previstos para os departamentos da F.S.J.M. serão desnecessários.

e) Projeto de Preservação e Conservação

O Setor de Conservação e Restauração desenvolverá medidas específicas para preservar e conservar o acervo do Museu, incluindo a Fortaleza.



Algumas medidas básicas:

- Treinamento e formação de equipe especializada em detecção de deterioração do acervo e limpeza;
- Climatização dos espaços;
- Limpeza diária do acervo e das instalações;
- Imunização contra traças e cupins;
- Desratização e dedetização periódica;

Obs. A limpeza diária será o elemento principal da conservação. Através dela será possível detectar deteriorações do monumento e do acervo. Sendo assim, será necessário treinamento de equipes.

f) Projeto de Segurança

Medidas básicas de segurança do Público, dos funcionários, da Fortaleza e do acervo.

Contra incêndio, roubo, vandalismo, pânico, bomba e agressões.

- Importância de medidas preventivas - criação de “Brigada de emergência” –

Treinamento de pessoal para proteger os visitantes, funcionários e o acervo do museu;

- Projeto específico para combate de incêndio e sistema de alarme contra incêndio;
- Atividades educativas: informar o público os métodos de segurança;
- Plano de retirada de pessoal;
- Instalações especiais;
- Rota de fuga;
- Sistema de controle de incêndio - mangueira e hidrante;
- Plano de retirada de acervo "iceber";
- Documentação em duplicata;
- Inventário constante;
- Sistema próprio de segurança;



- Medidas especiais de segurança para os blocos com uma só saída.

Obs. requisitar avaliação dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança do patrimônio e da população (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Fiscais, etc.).

g) Projeto de Documentação do Acervo

Haverá critérios para aquisição, permutas e empréstimo de peças, ou seja, qualquer objeto terá uma avaliação prévia antes de ser incorporado ao acervo do Museu. Isto evitará que as reservas técnicas e os laboratórios sejam depósitos de objetos que não tenham relação com a política e a proposta sócio-cultural da Instituição. Esta avaliação será feita pelo Setor de Pesquisa, Documentação e Controle de Acervo.

Todo o acervo do Museu será higienizado, registrado (livro de registro ou tombo), marcado (nanquim c/ verniz) e catalogado (ficha de catalogação). Os conteúdos informativos das fichas de catalogação, posteriormente, serão informatizados. Quando necessário, haverá trabalho de restauração.

Os documentos utilizados para o acervo e as atividades básicas do Museu serão:

- Livro de presença
- Livro de registro ou tombo
- Ficha de catalogação p/ objetos diversos
- Ficha de empréstimo de acervo
- Relatório mensal de atividades
- Ficha de movimentação de peças
- Ficha de controle de umidade ambiental
- Ficha de controle de temperatura
- Ficha de catalogação de objetos arqueológicos



A ficha de catalogação segue metodologia de documentação do "Thesaurus para Acervos Museológicos" (vide Bibliografia).

As fichas de documentação de acervos museológicos foram desenvolvidas a partir de modelos do Núcleo de Preservação e Conservação da Universidade do Rio de Janeiro - NUPRECON-UNI-RIO.

Obs: as fichas estão no item "Anexos".

h) Materiais e serviços básicos para implantação do M.F.S.J.M.

Desenvolvemos uma relação de materiais e serviços básicos para a implantação do Museu.

Tal relação está no item "Anexos"

i) Cronograma de Atividades/Etapas para implantação do Museu Fortaleza de São José de Macapá: sede do complexo museológico.

Finalizando, apontamos um cronograma básico para o desenvolvimento do projeto. Tal modelo deve ser aperfeiçoado no momento de sua efetivação, ou seja, a equipe que irá desenvolver o projeto poderá efetivar alterações de acordo com sua dinâmica de trabalho.

O cronograma citado está no item "Anexos".

Obs.: os "Núcleos Culturais" serão articulados após a estruturação do Museu F.S.J.M.



Considerações finais

Procuramos sistematizar alguns elementos do universo museológico e museográfico, bem como sua inter-relação com o museu, espaço onde a ação museológica se desenvolve. Tal reflexão teórica foi essencial para o planejamento das ações museológicas do Complexo Museológico, cujas práticas trarão novos questionamentos, forçando a articulação de novas estratégias museais, tendo como objeto de análise a trilogia homem/bem cultural/território, articulada a partir da metodologia de salvaguarda e comunicação museológica. Nesse sentido, as metas da instituição museológica projetada se renovarão sistematicamente, fomentadas pelas demandas culturais da sociedade amapaense. Essa cadeia dialética deverá ser movimentada pela pesquisa científica, mecanismo básico para viabilizar a preservação e a comunicação das heranças patrimônias dos diversos grupos sociais locais, fortalecendo suas identidades culturais e impedindo a massificação e a linearidade histórico-cultural.

O trabalho mostrou que a museologia pode contribuir, efetivamente, em projetos que objetivam a apropriação social do Patrimônio Cultural, bem como sua utilização em mecanismos institucionais de desenvolvimento sócio-cultural, respondendo a questão proposta por essa dissertação. Dessa forma, o processo de apropriação museológica das dependências da Fortaleza de São José de Macapá foi uma etapa do projeto, não a síntese. Contribuir com o desenvolvimento da sociedade amapaense é o real objetivo de nosso projeto. Então, o Patrimônio Cultural, formado pelos bens culturais presentes nas múltiplas esferas da vida social, é um elemento fomentador da consciência social crítica, do exercício de cidadania. No fundo, apontamos algumas diretrizes básicas para articulação de uma política museológica para o Estado do Amapá.

O modelo de instituição museológica projetado para a F.S.J.M. possibilitará a captação de recursos na iniciativa privada e o intercâmbio com outros órgãos de pesquisas científicas. Também fomentará a implantação dos “Núcleos de Culturas”, formando o Complexo Museológico do Estado do Amapá. Para tanto, a transparência, seriedade e profissionalização da gestão administrativa atual da F.S.J.M., bem como a criação de equipes técnico-científicas multidisciplinares qualificadas nas diversas áreas, serão fundamentais para a efetivação desse projeto. Assim, o planejamento institucional deverá ser fomentado por demandas sociais e pesquisas técnico- científicas, dados balizadores de uma política cultural ética e democrática. Tal política cultural deverá fomentar o convívio social crítico e solidário, pautado no reconhecimento da pluralidade cultural.

Concebemos um Complexo Museológico e não somente uma estrutura museológica na F.S.J.M., pois acreditamos que não se justifica a retirada de objetos pertencentes à identidade cultural de determinada comunidade, em especial das comunidades tradicionais, para “enclausuramento” nos grandes museus urbanos e deleite visual de uma minoria “esclarecida”. O processo de musealização de objetos– salvaguarda e comunicação – não pode prescindir da participação da comunidade detentora das referências patrimoniais, nem da vinculação ao seu território de origem. A comunidade organizada tem capacidade de apresentar suas referências patrimoniais segundo sua ótica, em seu território, construindo seus próprios processos e produtos culturais. Uma produção cultural endógena, baseada na iniciativa e criatividade comunitária, é fundamental para o desenvolvimento do conhecimento global dos indivíduos e dos grupos sociais. Contudo, medidas externas, oficiais ou acadêmicas, podem despertar a iniciativa comunitária, mas a efetivação e o fomento de tais projetos passam, necessariamente, pela vontade local. Assim, apresentamos um modelo para os “Núcleos de Culturas” , entretanto, o ideal será construído pela coletividade, de acordo com sua dinâmica sócio-cultural. O assessoramento técnico-científico externo, num primeiro momento, irá impedir que tais Núcleos se transformem em “guetos” culturais, típicos de

alguns museus e centros culturais étnicos e antropológicos, pois a identidade cultural é um mecanismo reciclável e interativo, passível de influências emergentes e externas, associado à dinâmica social.

O Complexo Museológico – M.F.S.J.M. e “Núcleos de Culturas” – projetado poderá despertar as iniciativas comunitárias nas diversas regiões do Amapá, visando à reafirmação e fomento das identidades culturais regionais. Serão espaços comunitários para as relações e interações solidárias entre os indivíduos, os grupos sociais, as comunidades e as sociedades, componentes essenciais para a evolução social. Assim, tal instituição deverá ser utilizada para familiarizar os diversos grupos sociais locais com os processos museológicos e museográficos, como fundamentos metodológicos básicos para a implementação de programas de ações comunitárias. Acreditamos que a abertura de espaços comunitários para debates críticos e pesquisas científicas sobre a preservação e comunicação das referências culturais amapaenses são elementos fundamentais para a organização comunitária e, conseqüentemente, a articulação de programas de desenvolvimento sócio-cultural sustentável e preservação ambiental. Entretanto, esse trabalho não pode prescindir da iniciativa comunitária e de seus métodos empíricos, pois são elementos balizadores do processo de avanço social e de valorização das comunidades regionais. Neste sentido, o trabalho tem uma inter-relação com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA. Um posicionamento entorno do PDSA, ao contrário do que parece, não irá se esgotar com as possíveis alterações políticas, pois este programa ultrapassa a esfera do Governo do Estado do Amapá, apresentando-se como uma alternativa de desenvolvimento viável para toda a Amazônia brasileira, tendo, inclusive, o apoio de agências financiadoras internacionais como o G-7 (PPG-7), União Européia, em especial a França, PNU e BIRD, além de órgãos nacionais como o INCRA, IBAMA e FUNAI. Dessa forma, este programa ultrapassa as esferas político-partidárias. Um dos problemas apontados pelo Prof. Dr. Manoel Cabral de Castro ao analisar o PDSA é o risco de dispersão dos projetos, pois as diretrizes do citado

programa enfatizam a importância do processo de descentralização institucional. Então, o Complexo Museológico poderá ser um instrumento catalisador e fomentador das ações sócio-culturais comunitárias.

Os temas tratados nesta dissertação são amplos e demasiadamente controvertidos, fruto, especialmente, de seus aspectos multidisciplinares e multiculturais: tratamento e utilização do patrimônio global da humanidade. Entretanto, procuramos abordá-los em uma linguagem simplificada para possibilitar sua real apropriação por uma grande parcela da sociedade amapaense, já que os processos museológicos são pouco conhecidos na região. Tal desconhecimento foi um dos grandes entraves ao desenvolvimento desse trabalho, que trata especialmente de questões associadas às mentalidades da sociedade. Mentalidades, às vezes, defensoras de políticas culturais elitistas e anti-democráticas, com forte oposição às mudanças sociais. São processos culturais “fabricados” e acríticos, sem espaço para interações ou interrogações, enfim, paternalistas. Essa problemática estrutural e conjuntural da sociedade amapaense tem “raízes” profundas, fomentadas especialmente no antigo Território Federal do Amapá. A instituição museológica projetada deverá ingressar num processo de transformação social, contribuindo para a articulação de uma estrutura social pautada em mentalidades críticas e criativas, conscientes de seus direitos e deveres, exercício básico da cidadania.

Acreditamos que é impossível a neutralidade política e ideológica, pois o posicionamento crítico sobre a realidade social é automático, entretanto, tal posicionamento deve ter parâmetros conscientes para impedir políticas culturais alienantes. Neste sentido, o compromisso da instituição com a pesquisa científico-social é fundamental, ou seja, a necessidade de adequação à realidade econômica, política, social e cultural da sociedade, com o objetivo de responder a expectativa dos vários grupos sociais, afastando-se dos processos teóricos inviáveis e de políticas culturais equivocadas. Assim, a profissionalização

é fundamental para este empreendimento, pois sem um corpo técnico-científico que domine suas respectivas áreas de conhecimento, a perpetuação e manutenção dessa instituição será inviável.

Longe de acreditarmos que a implantação das atividades educativo-culturais na F.S.J.M. e a própria criação dos “Núcleos de Culturas” irão, de imediato, articular consciências individuais e/ou coletivas críticas, materializadas através do pleno exercício de cidadania. Serão longas etapas, planejadas, que requerem tempo, tempo que, na maioria das vezes, vai de encontro com as necessidades político-administrativas. Assim, a inserção social dessa instituição será lenta, pois será um trabalho crítico sobre as mentalidades sociais, um instrumento de transformação social.

Finalizando, o modelo de Complexo Museológico desenvolvido por esta dissertação não tem a pretensão de “resgatar” os discursos dos movimentos sociais da déc. de 70, preconizando uma suposta democratização dos bens culturais, bem como um processo político de militância popular, típico de alguns Ecomuseus. Também não busca um apelo econômico, associado a uma sociedade de consumo, típico de alguns museus metropolitanos dos E.U.A., nem tem a pretensão de ser um parque de diversões alienantes, articulado por atividades massificadoras ou “fabricações culturais” da indústria cultural. A pesquisa científica também não é o principal objetivo do projeto. Antes, um “forum” para debates críticos sobre a realidade social, um agente(instrumento) crítico, conscientizador e agregador das várias formas de expressões sócio-culturais, com posicionamento embasado em reflexões teóricas multidisciplinares e experiências práticas, passíveis de alterações e/ou complementações, aberto às transformações sociais e aos novos conhecimentos sobre a realidade social. Enfim, tal trabalho é uma reflexão para uma política museológica para o Estado do Amapá, um incentivo à abertura de linhas de pesquisas na área museológica.

7. Bibliografia

ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS – Três experiências. Apostila do I curso promovido pela Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas-FGV-RJ. Rio de Janeiro, 1981.

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva e ALCÂNTARA, Antonio Pedro Gomes de. Prognóstico Histórico e Físico da Fortaleza de São José de Macapá. Projeto de Restauração. Macapá – Amapá - Governo do Estado, 1979.

Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus, Rio de Janeiro, 1992.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). Produzindo o passado: estratégia de construção do Patrimônio Cultural. São Paulo. Brasiliense, 1989.

ARAUJO, Hermano. Perfil Histórico da Fortaleza de São José de Macapá. Macapá-AP. 1997 (apostila)

ARAUJO, M.M. e BRUNO, M.C.O. A memória do pensamento museológico contemporâneo. São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus-ICOM, 1995.

ARJONA, Marta. Patrimônio Cultural e Identidade. Letras Cubanas, Cuba, 1986.

ASTI VERA, Armando. Metodologia da Pesquisa Científica. Tradução de Maria Helena G. Crespo e Beatriz Magalhães. Porto Alegre, Globo, 1980.



BAENA, Antônio L. Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém:UFPA, 1969.

BARRETO, Anibal. Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1959.

BARROSO, Gustavo. Introdução à técnica de museus. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1946.

BINNI, Lanfranco & PINNA, Giovanni. Museo - Storia e Funzioni di una Macchina Culturale dal 500 a Oggi. Milano, Garzanti, 1980.

BRAIDE, Vanessa Araújo e OLIVEIRA, Giovana Costa. A restauração da Fortaleza de São José de Macapá. Gov. Estado Amapá, Macapá-AP, 1998 (mimeo.).

BRUNO, M.C.O. Musealização da arqueologia. Tese de doutorado, USP, 1995.

_____. Museologia e comunicação. Cadernos de sociomuseologia.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias., Lisboa, 1996.

Cadernos Museológicos. Sec. da Cultura da Presidência da República, n. 1 e2, IBPC, RJ, 1989.

CALMON, Pedro. História do Brasil: séc. XVI as Origens, séc. XVII, formação brasileira, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio ed., 1963, 2- vol.



CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortaleza de São José de Macapá (pesquisa). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, RJ, 1997/98.(2 volumes).

CASTRO, Manoel Cabral de. Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental na Formulação de Políticas Públicas: a experiência do Estado do Amapá. CEFORH e SEMA. Amapá, 1998.

CASTRO, Sônia Rabelo de. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro, Renovar, 1991.

CERVELLATI, Pier Luigi & SCARNNAVINI, Roberto. Bolonia, Política y Metodologia de Restauracion de Centros históricos. Barcelona, Guntavo Gill S.A., 1976.

COELHO NETTO, José Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo, Editora brasiliense, 1989.

_____. Usos da cultura: política de ação cultural. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1986.

_____. A cultura da Cidade: casa de cultura e ação cultural. ECA/USP, São Paulo, 1985 (tese de Livre-Docência).

CRUZ, Maury Rodrigues. Museus Reflexões. Paraná, Gov. Estado Paraná, Sec. Estadual de Cultura, 1993.



CURSO “temas de museologia”. Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE -USP. São Paulo, 1993.(apostila)

DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão(1755-1778). Coleção da Revista de História. Secção Gráfica, USP, SP, 1971.

Documento Final do Encontro Nacional do Conselho Internacional de Museus ICOM. Brasil. “Museus e Comunidades no Brasil: realidade e perspectivas. Rio de Janeiro, Museu Imperial de Petrópolis, 1995. (apostila)

ESPINELLI, João Jurandir.Arquitetura e Ambiente Urbano. SP.,1920-1940. Sec. Municipal de Cultura. SP,1990.

FERREZ, Helena Dedd e BIANCHINI, Maria Helena S. Thesaurus para acervo museológico. Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenação de Acervos museológicos,1987.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de São José de Macapá na tradição oral dos Waiãpi. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1994. (Estudos)

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3 ed. São Paulo, Editora Atlas, 1991.

GIRAUDY, Danièle e Bauilhet, Henri. O museu e a vida. Tradução: Jeanne F.F.F. Silva. RJ, Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.



GRINSPUN, Denise. Discussão para uma proposta de política educacional para a Divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall. São Paulo, ECA - USP, 1991. (dissertação de mestrado).

GUARNIERI, Waldisa Russio. Museu, museologia, museólogos e formação. Revista de museologia, SP, Inst. Museologia de São Paulo-FESP, v.1,n.1, pág. 7-11.

JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do social. Trad. Márcia Cavalcante, Rio de Janeiro, Florense Universitária,1990.

JÚNIOR, José Muniz. Fortes e fortificações do litoral santista, edição particular do autor, Santos-SP, série cultural I, 1982.

LOPES, Maria Margaret. Museu: uma perspectiva de educação em geologia. Campinas-SP, UNICAMP, 1988. (Dissertação de mestrado).

MAGALHÃES, Aloísio. E triunfo? : a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. Fundação Nacional Pró-Memória,1990.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Prospecções e Escavações Arqueológica na Fortaleza de São José de Macapá. Gov. Estado do Amapá, Macapá-AP, 1997 (mimeo).

MARTINS, Neide Marcondes. O partido Arquitetônico Rural do séc. XX (Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista). São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.



MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais.S.P. IN: Revista do IEB/SP, no. 34, São Paulo, 1991.

_____ A problemática da Identidade Cultural nos Museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). SP, Anais do Museu Paulista. Nova séries. N. 1. SP. 1993.

_____ Museus históricos: da celebração à consciência histórica. São Paulo, Revista IEB, pág. 7-10, 1997.

_____ Natureza da arqueologia e do documento arqueológico. São Paulo, curso patrocinado pelo IPHAN- FAU-USP. 1992 (apostila).

_____ Para que serve um Museu Histórico? São Paulo, Anais do Museu Paulista, pág. 3-6, 1997

MENSCH, Peter van. O objeto de estudo da museologia. Tradução: Débora Bolsanello e Vânia D. E. de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF. 1994.

_____ Metodologia da museologia e treinamento profissional. Cadernos Museológicos.No. 3, Sec. Pres. República. IBPC, RJ, 1990.

_____ Sociedade - Objeto - Museologia. Holanda, Reinwardt Akademie Leiden. Tradução de Tereza Scheiner , Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro -UNI-RIO, 1990.(apostila)



MIELI, Mário Sérgio. Aspectos das atividades de marketing praticadas pelos museus voltados às artes e à história: um estudo na Cidade de São Paulo. São Paulo, FEA-USP, 1983. (dissertação de mestrado).

MUSEOLOGIA y PATRIMONIO CULTURAL: críticas y perspectivas. Lima, UNESCO/PNUD, 1981.

MUSEU EDUCAÇÃO. Subsídios para o planejamento de atividades educativo-culturais dos Museus. Rio de Janeiro, MEC – Fundação Pró-Memória, Programa nacional de Museus-Setor educativo. 1985.

OGGIONI, Regina Fraga. A Nova Museologia e a Preservação. Monografia para bacharel em museologia. UNI-RIO, RJ, 1994.

OLIVEIRA, João Batista Gomes. O Projeto de ocupação da Fortaleza de São José de Macapá. Amapá, Diário do Amapá. Caderno 10. 14/11/97. (artigo)

PROJETO do Museu da Cidade. Departamento Patrimônio Histórico. Divisão de Iconografia e Museus. São Paulo, 1985. (apostila)

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia: ciência? Monografia para bacharel em museologia. UNI-RIO, RJ, 1995.

RAVENA, Nívia. O abastecimento no séc. XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vilas circunvizinhas. IN: A escrita da história paraense/ organização: Rosa E. Acevedo Marin. NAEA/UFGA. Belém. 1998



SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Formação de pessoal para Museus, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – O papel da Universidade – Salvador – Bahia. 1993.

SEGALL, Maurício. Uma proposta museológica num país em desenvolvimento. São Paulo, Museu Lasar Segall, 1985.

SCHMILCHK, Graciela. Un museo como piel de cebola. Revista ARTEUnesp, SP, v.7, p.31-36, 1991.

SCHREINER, Klaus. Discussão sobre o lugar da museologia no sistema das ciências. Cadernos Museológicos. Sec. Da Cultura da Presidência da República, n.3, IBPC. RJ, 1990.

SILVA, C. M. de S. e. Pesquisa de público em Museus e Instituições abertas à visitação - Fundamentos e metodologias. Rio de Janeiro, Escola de Comunicação/UFRJ, 1989.(dissertação de mestrado).

SILVEIRA, João Evangelista B. R. da. Os percursos do pictórico e suas interrogações. São Paulo, Departamento de Artes Plástica da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Tese de livre-docência, 1992.

SOLA, Tomislau. Contribuição para uma possível definição de museologia. Cadernos Museológicos. N. 3, Secretaria de Cultura da Presidência da República – IBPC, RJ, 1990



STRÁNSKY, Zbyněk Z. Para uma definição de uma teoria de Museus. Cadernos Museológicos. Sec. da Cultura da Presidência da República, n.3, IBPC, RJ, 1990.

TELLES, Antônio A. Queiroz. Tombamento e seu regimento jurídico, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1992.

VALENTE, Maria do Carmo. A museologia e os museus científicos brasileiros revisitados. Dissertação de mestrado em Adm. de Centros Culturais. UNI-RIO, RJ, 1994.

VARINE-BOHAN, Hugües. O tempo social. Rio de Janeiro, Ed. Eça, 1987.

VARINE-BOHAN, Hugües. A experiência Internacional, São Paulo, curso patrocinado pela IPHAN-FAU/USP, 1974. (apostila)

VIANA, Mário Gonçalves. Elementos de museologia: museologia geral e museologia aplicada. Lisboa, Boletim do Inst. Nacional de Ed. Física. ano 14, n.3, 1953.

Documentos

Documentos sobre a Fortaleza de São José de Macapá. Ministério do Ultramar – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Arquivo Histórico do Pará-PA

Classificação das fortalezas brasileiras. Direção Geral de Artilharia, Arquivo Histórico do Exército, RJ, 1906.



8. Anexos

8.1. Fichas de documentação do M.F.S.J.M.

8.2. Relação de materiais e serviços para implantação do Museu

8.3. Cronograma de atividades para implantação do Museu



8.1. Fichas de documentação do Museu

MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ DIVISÃO DE PESQUISA E ACERVO MUSEOLÓGICO SEÇÃO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE ACERVO. FICHA DE CATALOGAÇÃO																
OBJETO:		Nº DO REGISTRO		FOTOGRAFIA		NEGATIVO Nº										
TÍTULO:				FOTOGRAFO:												
CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA:		SUB-CLASSE:														
MATERIAL:		TÉCNICA														
ESTILO/ESCOLA/INFLUÊNCIAS:																
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:		LOCALIZAÇÃO														
☐ BOM ☐ REGULAR ☐ PRECÁRIO																
OBSERVAÇÕES:																
DESCRIÇÃO DA PEÇA:				<table border="1"> <tr> <td>ALTURA:</td> <td>LARGURA:</td> <td>COMPRIMENTO:</td> </tr> <tr> <td>PROFUNDIDADE:</td> <td>ESPESSURA:</td> <td>DIÂMETRO:</td> </tr> <tr> <td>PESO:</td> <td colspan="2">CIRCUMFERÊNCIA:</td> </tr> </table>				ALTURA:	LARGURA:	COMPRIMENTO:	PROFUNDIDADE:	ESPESSURA:	DIÂMETRO:	PESO:	CIRCUMFERÊNCIA:	
ALTURA:	LARGURA:	COMPRIMENTO:														
PROFUNDIDADE:	ESPESSURA:	DIÂMETRO:														
PESO:	CIRCUMFERÊNCIA:															



HISTÓRICO DA PEÇA		
ORIGEM		
PAÍS:	ESTADO:	CIDADE: DATA: (PEÇA)
PROCEDÊNCIA:	COLETOR / MESSÃO:	AUTOR / OFICINA / GRUPO CULTURAL / ÉTNICO
EXPOSIÇÕES:		MARCA / INSCRIÇÕES:
RESTAURAÇÕES	COLEÇÕES:	ASSINATURA / MARCA DO AUTOR:
BIBLIOGRAFIA:		

ENTRADA DA PEÇA		
DATA:	FORMA:	OBSERVAÇÕES:
SEGURADORA:		
VALOR DO SEGURO:	Nº DA APÓLICE:	
VALOR DO OBJETO:		
REGISTRADO POR:	DATA:	
REVISADO POR:	DATA:	



LIVRO DE PRESENÇA

NÚMERO	NOME	SEXO	PROFISSÃO GRAU INSTRUÇÃO	IDADE	PROCEDÊNCIA /ESTADO

LIVRO DE REGISTRO OU TOMBO

Nº	PEÇA/ OBJETO	MODO DE AQUISIÇÃO	PROCEDÊNCIA	DATA	VALOR	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES	RÚBRICA

FICHÁRIO

OBJETO	MATERIAL	COLEÇÃO
AUTOR	CATEGORIA	TÍTULO



FICHA DE MEDIÇÃO E CONTROLE DA UNIDADE AMBIENTAL

LOCAL:		MEDIÇÕES DA U.R.
ENDEREÇO:	TEL.:	
DATA:	HORÁRIO ÀS	
ESTAÇÃO DO ANO:		
TEMPO:	U.R.	
CONDIÇÕES DO MICRO - CLIMA		
VOLUME DO AMBIENTE EM M3	U.R.	
REVESTIMENTO (CHÃO, PAREDES):		
Nº DE PORTAS E JANELAS ABERTAS E / OU FECHADAS:		
Nº DE DESUMIFICADORES C/S UMIDOSTATO:		
AR CONDICIONADO CENTRAL:		
Nº DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO:		
Nº DE VENTILADORES / EXAUSTORES:		
Nº E TIPOS DE APARELHOS DE CONTROLE DE REGISTRO DA U.R.		
NATUREZA DO ACERVO:		
ACONDICIONAMENTO:		
CONDIÇÕES DE EXPOSIÇÃO:		

FICHA DE MEDIÇÃO E CONTROLE DA LUZ

LOCAL:		HORÁRIO	MEDIÇÃO DE PONTOS DE LUZ (NATURAL E ARTIFICIAL)
ENDEREÇO:		TEL:	
TEMPO:	ESTACÃO DO ANO:		
CONDIÇÕES DO LOCAL:			
LUZ NATURAL: () SIM () NÃO			
LUZ ARTIFICIAL:			
NÚMERO DE JANELAS E PORTAS:			
TIPOS DE PROTEÇÃO:			
NATUREZA DO ACERVO:			
ACONDICIONAMENTO:			
CONDIÇÕES DE EXPOSIÇÃO:			



DIAGNÓSTICOS:

SOLUÇÕES:

RESPONSÁVEL PELO LOCAL:

RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO E CONTROLE:

DATA:



**MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ -
DIVISÃO DE PESQUISA E ACERVO MUSEOLÓGICO
SEÇÃO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE ACERVO.**

FICHA DE EMPRÉSTIMO DE ACERVO

Aos _____ dias do mês de _____ de 19____, o Museu Fortaleza de São José de Macapá encaminha para empréstimo ao / a _____ situado _____ nº _____ cidade _____ estado _____ telefone _____ a (s) peça (s) abaixo relacionada (s) pelo prazo de _____ dia (s), que se compromete a devolvê-la (s) no estado em que foi recebida (s).

OBJETO

Nº DE REGISTRO

Material:

Técnica:

Dimensões:

Descrição do Objeto:

Estado de Conservação:

() muito bom () bom () regular

Recebi / Responsável

Visto do Responsável
Fundação F.S.J.M

Devolvido em: ____/____/____

Recebido por: _____



**MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ -
DIVISÃO DE PESQUISA E ACERVO MUSEOLÓGICO
SEÇÃO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE ACERVO.**

FICHA DE EMPRÉSTIMO DO ACERVO

Museu Fortaleza de São José de Macapá, solicita por empréstimo a (ao) _____
situado à _____ nº _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado _____ Telefone _____

O objeto abaixo relacionado, pelo prazo de _____ dias, que se compromete a devolvê-lo no estado em que foi recebido.

OBJETO

Nº DE REGISTRO

Material:
Técnica:
Dimensões:
Descrição do Objeto:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Estado de Conservação:
() muito bom () bom () regular

Recebido por: ____/____/____ Devolvido em: ____/____/____

Funcionário da Fundação F.S.J.M

Assinatura do responsável Proprietário



**MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ -
DIVISÃO DE PESQUISA E ACERVO MUSEOLÓGICO
SEÇÃO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE ACERVO.**

[illegible]

**MUSEU FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ -
DIVISÃO DE PESQUISA E ACERVO MUSEOLÓGICO
SEÇÃO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE ACERVO.**

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
MUSEU F.S.J.M.

Mês: _____ Ano: _____

1 - Visitação:

_____ pessoas _____ escolas / instituições

2 - Acervo

Registro e classificação de peças: _____

Registro e classificação de documentos: _____

Registro de fotografias: _____

3 - Peças enviadas para restauração:

Peça: _____

Local: _____

4 - Pesquisa museológica

peças: _____

5 - Pesquisas solicitadas por outros órgãos:

6 - Pesquisa de acervo:

7 - Intercâmbio com Museus e outras instituições:



8.2. Relação de materiais e serviços básicos para implantação do

Museu

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS	QUANTIDADE
1	RECEPÇÃO E GUARDA-VOLUME CASA DE OFICIAL	
1.1	BALCÃO C/ VITRINE : VENDAS DE PRODUTOS	01
1.2	CADEIRAS C/ ASSENTO ALMOFADADO	03
1.3	ARMÁRIO C/ COMPARTIMENTOS: GUARDA-VOLUME	01
2	SALA DE ESPERA CORPO DA GUARDA	
2.1	QUADRO PARA INFORMAÇÃO	01
2.2	SOFÁ C/ 3 LUGARES	02 CJ
2.3	SOFAS C/ 02 LUGARES	02 CJ
2.4	PLANTAS ORNAMENTAIS	04
2.5	BEBEDOURO	01
2.6	CIRCULADOR DE AR	02
2.7	QUIOSQUE DA DETUR	01
2.8	COMPUTADOR PENTIUM 200 MMX – PROGRAMA MULTIMÍDIA INTERATIVO: Serviços e equipamento	02
3	LOJA DE CONVENIÊNCIA – ALIMENTAÇÃO - BLOCO 1 INSTALAÇÕES E SERVIÇOS P/ CONTA DO LOCATÁRIO	
4	BIBLIOTECA BLOCO 2	
4.1	DESUMIDIFICADOR DE AR MODELO 200	03
4.2	MESA C/ 04 CADEIRAS –BIBLIOTECA	05 CJ
4.3	TERMOHIGRÓGRAFO MARCA SATO	02
4.4	COMPUTADOR PENTIUM 200 MMX : Equipamento e serviços	02
4.5	ESTANTE DE AÇO P/ BIBLIOTECA	05
4.6	ARMÁRIO DE AÇO P/ BIBLIOTECA	02
4.7	BALCÃO P/ RECEPÇÃO – BIBLIOTECA Serviços e materiais	01
5	IGREJA(1) E ADMISTRAÇÃO CENTRAL(2) – BLOCO 3	
5.1.	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: 03 DIVISÓRIAS	03
5.2.	MESAS c/ 01 CADEIRA CADA(ESCRITÓRIO)	03 CJ
5.3.	MESA P/ REUNIÃO C/ 08 CADEIRAS	01 CJ
5.4.	ARMÁRIO /ESCRITÓRIO	03
5.5.	COMPUTADOR PENTIUM 200 MMX C/ PROGRAMA MULTIMÍDIA INTERATIVO: Equipamento e serviços	02
5.6.	CIRCULADOR DE AR	03
5.7.	RECUPERAÇÃO DO ALTAR: Serviços e materiais	
6	EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO HISTÓRICA – BLOCO 4	
6.1	SERVIÇOS DE TERCEIROS/ASSESSORIA TÉCNICA	
6.2	PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO	
6.3	PAINÉIS, VITRINES E CUBOS	10 CJ
6.4	REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA E DOCUMENTAL	100
6.5	RECURSOS COMPLEMENTARES OU DE APOIO	
6.6	DESUMIDIFICADOR DE AR - MODELO 200	03

6.7	TERMOHIGRÓGRAFO	02
6.8	PROJETO GRÁFICO : Serviços e materiais	
6.9	COMPUTADOR PENTIUM 200 MMX C/ PROGRAMA MULTIMÍDIA INTERATIVO	02
6.10	TELEVISÃO 20 P. COLORIDA C/ VÍDEO K-7	01
7	AUDITÓRIO BLOCO 5	
7.1	CADEIRA C/ ASSENTO ALMOFADADO	60
8	GALERIA DE ARTE - BLOCO 6	
8.1	DESUMIDIFICADOR DE AR – MODELO 200	02
8.2	TERMOHIGRÓGRAFO DA MARCA SATO	01
8.3	SUPORTES DE AÇO P/ PENDURAR QUADROS	12
8.4	CUBOS	05
9	EXPOSIÇÕES DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA - BLOCO 7	
9.1	SERVIÇOS DE TERCEIROS/ASSESSORIA TÉCNICA	
9.2	PROJETO GRÁFICO	
9.3	AR CONDICIONADO MÓVEL: EMERGÊNCIA	01
9.4	PAINÉIS, CUBOS E VITRINES: Serviços e materiais	
9.5	PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO: Serviços e materiais	
9.6	RECURSOS COMPLEMENTARES OU DE APOIO	
9.7	REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA E DOCUMENTAL	
9.8	COMPUTADOR PENTIUM 200MMX C/ PROGRAMA MULTIMÍDIA-INTERATIVO	02
10	RESERVA TÉCNICA - BLOCO 8	
10.1	CONJUNTO DE ARMÁRIOS DE AÇO	01 CJ
10.2	AR CONDICIONADO MÓVEL	01
10.3	TERMOHIGRÓGRAFO DA MARCA SATO	01
10.4	CONJUNTO DE ESTANTES DE AÇO	01 CJ
10.5	DESUMIDIFICADOR DE AR 250	01
10.6	BANCADA C/ ESTANTE DE MADEIRA	02
10.7	MESA C/ 04 CADEIRAS (CADA)	04 CJ
10.8	COMPUTADOR PENTIUM 200MMX C/ PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DE ACERVO	02
10.9	MAPOTECA DE AÇO	03
10.11	MATERIAIS ESPECIALIZADOS:HIGIENIZAR E ACONDICIONAR ACERVO	01 CJ
11	DEPARTAMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E ADMINISTRATIVOS CASAMATAS 1	
11.1	PROJETOS ESPECIALIZADOS: CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO	
11.2	CONJUNTO DE ARMÁRIOS DE AÇO P/ RESERVA TÉCNICA E LABORATÓRIOS: SERVIÇO DE TERCEIROS	01 CJ
11.3	CONJUNTO DE ESTANTES DE AÇO P/ RESERVA TÉCNICA E LABORATÓRIOS: SERVIÇOS DE TERCEIRO	01 CJ

11.4	MESA c/ 01 CADEIRA P/ ESCRITÓRIO	20 CJ
11.5	PIAS C/ BANCADA	02
11.6	CÂMARA DE HIGIENIZAÇÃO	01 CJ
11.7	MAPOTECA	03
11.8	MATERIAIS ESPECIALIZADOS: HIGIENIZAR E ACONDICIONAR ACERVO	
11.9	DESUMIDIFICADOR DE AR	09
11.10	COMPUTADOR PENTIUM 200 MMX	07
11.11	TERMOHIGRÓGRAFO	05
11.12	MATERIAIS DE LIMPEZA	
11.13	ARMÁRIO P/ ESCRITÓRIO	08
11.14	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	
11.15	DESUMIDIFICADOR DE AR MODELO 250	05
11.16	DIVISÓRIAS P/ ESCRITÓRIOS	25
11.17	AP. DE AR CONDICIONADO – MÓVEL: EMERGÊNCIA – RESERVAS TÉCNICAS E LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO	04
11.18	PROGRAMA P/ INFORMATIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU E ASSESSORIA TÉCNICA	
12	OFICINAS CULTURAIS LOJAS E LIVRARIA CASAMATAS 2	
12.1	MESA C/ 04 CADEIRAS: ATIVIDADES EDUCATIVO-CULTURAIS	15 CJ
12.2	SERVIÇOS DE TERCEIROS/ ASSESSORIA TÉCNICA	
12.3	COMPUTADOR PENTIUM 200 MMX	04
12.4	TELEVISOR 20 COLORIDA C/ VÍDEO K-7	02
12.5	RECURSOS COMPLEMENTARES/APOIO	
12.6	MATERIAIS P/ ATIVIDADES EDUCATIVO-CULTURAIS	
12.7	CIRCULADOR DE AR	05
13	PROMAGRAÇÃO VISUAL – EXPOSIÇÃO DA FORTALEZA E SINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
13.1	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	
13.2.	MATERIAIS P/ CONFEÇÃO DAS PLACAS INDICATIVAS E TEXTOS	
14	PROJETO DO LIXO RECICLÁVEL: LIXEIRAS	
14.1	PROJETO E MATERIAIS	
15	PROJETO DE REDE LOCAL – PRODAP INFORMATIZAÇÃO	
15.1.	REDE DE LÓGICA	
15.2.	EQUIPAMENTOS	
15.3.	SOFTWARES	
15.4.	TREINAMENTOS	



8.3. Cronograma de atividades/etapas para implantação do Museu F.S.J.M.

ETAPA Obs: algumas etapas podem ser desenvolvidas paralelamente	ATIVIDADES/SERVIÇOS	PROFISSIONAIS/SETORES	PERÍODO Obs: algumas atividades podem ser intercaladas
1º	<i>Criação do projeto museológico para a Fortaleza de São José de Macapá.</i>	- Coordenador do projeto – museólogo; - Direção da FUNDECAP; - Coordenadora do IPHAN; - Equipe da Fortaleza e do Museu Histórico.	
2º	<i>Definição do projeto museológico . Criação oficial do Museu Fortaleza de São José de Macapá- Fundação ou Departamento</i>	- GEA - Governador; - FUNDECAP; - IPHAN; - Museólogo	01 mês
3º	<i>Captação de recursos na iniciativa privada: venda do projeto</i>	- FUNDECAP ou M.F.S.J.M.	03 meses
4º	<i>Formação e treinamento de equipes de trabalho nas diversas áreas do Museu F.S.J.M..</i>	-FUNDECAP (departamento) ou M.F.S.J.M. ; - Museólogo - Assessoria técnica nas diversas áreas do Museu.	06 meses – início Treinamento e avaliação constante
5º	<i>Preparação dos espaços físicos da Fortaleza para a implantação dos departamento e atividades</i>	-FUNDECAP ou M.F.S.J.M. -Museólogo/ Coordenador - Assessoria técnica	06 meses
6º	<i>Planejamento e definição dos projetos museológicos e museográficos das exposições de longa duração do Museu Fortaleza S. J. M.</i>	- Museólogo (coordenador) - Equipes do Museu F.S.J.M. - Assessorias técnicas especializadas	08 meses
7º	<i>Planejamento e implantação dos departamento administrativos e técnico-científicos</i>	- Museólogo (coordenador) - Equipes do Museu F.S.J.M. - Assessorias técnicas especializadas	08 meses
8º	<i>Identificação e higienização e documentação dos acervos a serem expostos.</i>	- Museólogo (coordenador) - Equipes do Museu F.S.J.M. - Assessorias técnicas especializadas	06 meses
9º	<i>Contrato de serviço de terceiros: suportes, recursos de apoio, segurança, limpeza, etc.</i>	FUNDECAP ou M.F.S.J.M. Museólogo	07 meses

10°	<i>Divulgação de todas as atividades que serão desenvolvidas no M.F.S.J.M.</i>	<i>Museólogo (coordenador) - Equipes do Museu F.S.J.M. - Assessorias técnicas especializadas</i>	<i>02 meses</i>
11°	<i>Preparação e montagem de exposição, laboratórios, oficinas e escritórios</i>	<i>Museólogo (coordenador) - Equipes do Museu F.S.J.M. - Assessorias técnicas especializadas</i>	<i>08 meses</i>
12°	<i>Implantação e treinamento da Equipe de Segurança</i>	<i>Museólogo Corpo de Bombeiros Defesa Civil</i>	<i>06 meses</i>
13°	<i>Inauguração</i>	<i>Todos os profissionais envolvidos nas etapas anteriores</i>	
14°	<i>Avaliação</i>	-	<i>01 mês</i>
15°	<i>Revisão de itens deficientes</i>	-	<i>01 mês</i>
16°	<i>Informatização do Acervo do Museu</i>	<i>Setor de documentação e Pesquisa</i>	<i>08 meses</i>
17°	<i>Início dos trabalhos de implantação dos "Núcleos de Culturas"</i>	<i>Departamento/Divisão de Difusão e Ação Cultural</i>	



